



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

ARQUITETURA E URBANISMO

**LIGADONAS NA TOMADA DO COOL DA MADRUGADA: DRAG QUEENS E A
VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM SANITÁRIOS DE BARES E CASAS NOTURNAS DE
FOZ DO IGUAÇU**

MATEUS GARCIA SPINDULA

Foz do Iguaçu
2018



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

ARQUITETURA E URBANISMO

**LIGADONAS NA TOMADA DO COOL DA MADRUGADA: DRAG QUEENS E A
VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM SANITÁRIOS DE BARES E CASAS NOTURNAS DE
FOZ DO IGUAÇU**

MATEUS GARCIA SPINDULA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo dos Passos Miranda Name.

Co-orientadora: Profa. Dra. Andreia Moassab.

Foz do Iguaçu
2018

MATEUS GARCIA SPINDULA

**LIGADONAS NA TOMADA DO COOL DA MADRUGADA: DRAG QUEENS E A
VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM SANITÁRIOS DE BARES E CASAS NOTURNAS DE FOZ
DO IGUAÇU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Andreia Silva Moassab
UNILA

Prof. Ma. Camilla Massola Sumi
UNILA

Prof. Me. Jonas Mateus Ferreira Araujo
IELA/UNILA

Foz do Iguaçu, 7 de dezembro de 2018.

Dedico este trabalho às mulheres, às 'sapatão', às bichas, às travestis, a nós que questionamos o que está posto, a nós que insistimos em não morrer, a nós que continuaremos resistindo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao orientador, Prof. Dr. Leonardo Name, e à co-orientadora, Prof. Dra. Andreia Moassab, pelo apoio, pelas inúmeras revisões, pelos seus importantes apontamentos e indicações que foram imprescindíveis para a elaboração desta monografia.

Agradeço à professora e pedagoga Amelia Madalena Garcia, minha mãe, por me apoiar e incentivar, desde muito cedo, a buscar pelo conhecimento.

Agradeço ao meu amigo Yuri Amaral pelo apoio, por estar sempre aberto a me escutar e orientar e, sobretudo, pelos seus importantíssimos apontamentos.

Agradeço às minhas colegas e amigas e aos meus colegas e amigos pelo apoio, por cederem seu tempo para longas conversas e por compartilharem comigo as suas experiências.

Agradeço à Alexandra Elbakyan por democratizar o que deveria ser de acesso de todas e todos.

*“Eu prefiro a Beyoncé do que você
Eu prefiro ver a Beyoncé do que você
**Eu prefiro um DVD, um karaokê, da Beyoncé do que
encontrar você com esse seu discurso demodé
Que quer me dizer que devo fazer, ser como você
Que quer me fazer, mas sem ninguém ver, sou mais
Beyoncé.**
**Tenta me entender, eu não vou ceder ao padrão clichê
Assim discreto, macho, não. Prefiro ser avantgardé**
Eu prefiro a Beyoncé dançando aqui do que você
Eu prefiro amanhecer, anoitecer, com a Beyoncé
Eu quero enfiar, bem feminina, sem você
E descer, e descer, e descer [...]” CTRL + N — Eu prefiro
a Beyoncé*

SPINDULA, Mateus Garcia. **Ligadonas na tomada do cool da madrugada: *Drag Queens*** e a violência de gênero em sanitários de bares e casas noturnas de Foz do Iguaçu. 2018. 108 pp. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMO

Através de uma análise da construção social e cultural do espaço público, privado e dos banheiros de uso coletivo, este trabalho monográfico busca fomentar uma discussão acerca das relações de poder e suas conexões com sexualidade, construção de identidade e relações de gênero dentro da prática projetiva da Arquitetura. Partindo das ausências, a proposta é tornar evidente a importância de abordar, dentro do ensino da prática projetiva, temas que são comumente delegados aos eixos teóricos do ensino de arquitetura, como a diferença social, sexual, e de gênero e a função social da Arquitetura. O trabalho, portanto, constrói uma narrativa que permeia conceitos fundamentais da arqueologia do saber e da genealogia do poder de Michel Foucault, relacionando-os aos conceitos de gênero, identidade, performatividade e a norma heterossexual em Judith Butler, Teresa de Laurentis, Adrienne Rich e Ochy Curiel. Ao mesmo passo, se conceitua a espacialização destas relações, e sua conjuntura enquanto repressão espacial, através de Mónica Cavedio e José Miguel G. Cortés. Munindo-se destes conceitos, embrenha-se, através de um método móvel de etnografia multilocalizada, na relação dos corpos e nas expressões dissidentes das *Drag Queens* dentro dos sanitários de bares e casas noturnas de Foz do Iguaçu, buscando evidenciar as relações de poder, expressões, opressões e violências de gênero que se materializam através do traçado arquitetônico destes espaços.

Palavras-chave: Arquitetura. Arquitetura e gênero. Heteronormatividade. Identidade. Sanitários. Drag Queens.

SPINDULA, Mateus Garcia. **Ligadonas na tomada do cool da madrugada: Drag Queens** y la violencia de género en bares y clubes nocturnos de Foz do Iguaçu. 2018. 108 pp. Tesis de Conclusión de Curso (Graduación en Arquitectura y Urbanismo) — Universidade Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMEN

A través de un análisis de la construcción social y cultural de los espacios públicos, privados e de los baños de uso colectivo, este trabajo monográfico busca fomentar una discusión acerca de las relaciones de poder y sus conexiones con la sexualidad, construcción de identidad y relaciones de género dentro de la práctica proyectiva de la Arquitectura. Partiendo de las ausencias la propuesta es evidenciar la importancia del abordaje dentro de la enseñanza y practica proyectiva los temas que son comúnmente delegados a los ejes teóricos de la enseñanza de Arquitectura. De este modo el trabajo construye una narrativa que permea conceptos fundamentales de la arqueología del saber y la genealogía del poder de Michel Foucault y relacionando los a los conceptos de género, identidad, performatividad y la norma heterosexual en Judith Butler, Teresa de Laurentis, Adrienne Rich y Ochy Curiel. Al mismo tiempo se conceptúa la espacialización de las relaciones y su conjetura en su calidad de represión espaciales a través de Mónica Cevedio y José Miguel G. Cortés. Mientras teniendo como aliados estos conceptos me embreño a través de un método móvil de etnografía multilocalizada en las relaciones de los cuerpos y en las expresiones disidentes de las *Drag Queens* en los baños de bares y clubes nocturnos de Foz do Iguaçu, buscando evidenciar las relaciones de poder, expresiones, opresiones y violencias de género que se materializan a través del diseño arquitectónico de estos espacios.

Palabras Claves: Arquitectura. Arquitectura y género. Heteronormatividad. Identidad. Baños. Drag Queens.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Ilustração de uma prática sexual homoerótica nos sanitários e vestiários, o “Banheirão”. Ilustração de Luiza Formagin.	20
Figura 2 — Muriel, por Laerte.....	28
Figura 3 — Muriel, por Laerte.....	36
Figura 4 — Muriel, por Laerte.....	36
Figura 5 — Muriel, por Laerte.....	39
Figura 6 — Muriel, por Laerte.....	40
Figura 7 — Muriel, por Laerte.....	42
Figura 8 — Muriel, por Laerte.....	43
Figura 9 — Muriel, por Laerte.....	47
Figura 10 — Muriel, por Laerte.....	47
Figura 11 — Muriel, por Laerte.....	49
Figura 12 — Quadro de tipias – Mapa das violências.....	65
Figura 13 — Mapa espaço-temporal 1.....	71
Figura 14 — Mapa espaço-temporal 2.....	72
Figura 15 — Mapa espaço-temporal 3.....	73
Figura 16 — Lead de notícia em portal digital.....	78
Figura 17 — Lead de notícia em portal digital.....	78
Figura 18 — Lead de notícia em portal digital.....	78
Figura 19 — Lead de notícia em portal digital.....	78
Figura 20 — Esboço de <i>collage</i> sobre lâminas de vidro, intitulada “Heterotopia”. Autoria minha.....	89

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Fotografia 1** — As *Drag Queens* Magenta Canterlot, Yala e Luna Blue no sanitário masculino de um bar em Foz do Iguaçu 51
- Fotografia 2** — O grupo de *Drag Queens* e *Drag Kings* andando pelo bairro “Vila Drag”.
..... 55
- Fotografia 3** — “*ELE NÃO X ELE SIM*”, por Rodrigo Zaim..... 60
- Fotografia 4** — O grupo no salão do “Djamila Lanche”. 62
- Fotografia 5** — *Collage* sobre lâminas de vidro. Síntese visual das experiências como *Drag Queen* nos banheiros de uso coletivo em bares e boates de Foz do Iguaçu. Autoria: Desirée Tavares 83
- Fotografia 6** — *Collage* sobre lâminas de vidro. Síntese visual das experiências como *Drag Queen* nos banheiros de uso coletivo em bares e boates de Foz do Iguaçu. Autoria: Luna Blue 84
- Fotografia 7** — *Collage* sobre lâminas de vidro. Síntese visual das experiências como *Drag Queen* nos banheiros de uso coletivo em bares e boates de Foz do Iguaçu. Autoria: Magenta Canterlot..... 85
- Fotografia 8** — *Collage* sobre lâminas de vidro. Síntese visual das experiências como *Drag Queen* nos banheiros de uso coletivo em bares e boates de Foz do Iguaçu. Autoria: Soraya 86
- Fotografia 9** — A obra “Heterotopia” durante a exposição na I Mostra de Arte Contemporânea da Tríplice Fronteira, entre os dias 3 e 6 de julho de 2018, no campus Jardim Universitário da Unila. Autoria minha. 90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ILATIT	Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território
PTI	Parque Tecnológico de Itaipu
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
LGBTI+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais e outras dissidências sexuais, identitárias e de gênero.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	12
1.1	EU VOU CANTAR ATÉ O FIM: UMA MONOGRAFIA SURTIDA DAS AUSÊNCIAS	16
1.2	ABORDAGEM METODOLOGICA.....	22
2	A NORMALIZAÇÃO DOS CORPOS: GÊNERO, SEXUALIDADE E ESPAÇO ...	26
3	ELA DISFARÇA BEM DEMAIS: <i>SHADOWING</i>, PRÁTICAS MÓVEIS E EXPERIÊNCIAS	52
3.1	ESTUDO DE CASO A PARTIR DOS MÉTODOS MÓVEIS.....	56
3.2	RELATOS E RESULTADOS ETNOGRÁFICOS	59
4	POR UM OUTRO BANHEIRO: (IN-)CONCLUSÕES ACERCA DA PRÁTICA PROJETIVA E A FICÇÃO DO ESPAÇO DESGENERIFICADO	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	BIBLIOGRAFIA	95
	ANEXOS	100
	ANEXO 1 – GLOSSÁRIO DAS SEXUALIDADES E IDENTIDADES DE GÊNERO DISSIDENTES	101
	ANEXO 2 – REFERÊNCIAS DE MAPAS ESPAÇO TEMPORAIS	104
	ANEXO 3 – REFERÊNCIAS PROJETIVAS DE BANHEIROS DE USO COLETIVO	106

1 APRESENTAÇÃO

A menina que não podia mijar

Era uma vez uma menina
Que tinha uma questão particular
Toda vez que sua bexiga chamava
Era algo de se desesperar
Mas não é porque ela tinha impedimentos
Ou alguma doença que dificultava a ação
Tudo estava em perfeito funcionamento
Então o que lhe causava tamanha aflição?
É tão simples usar o banheiro
Não há muito o que pensar
Tudo parece bem encaixado
Vou aqui recapitular
Para as mulheres é algo comum
Se tiver uma bonequinha visível ali
Basta essa porta atravessar
Abaixar as calças e fazer xixi
Para os homens é igual
Se tiver um bonequinho desenhado
Eles não pensam duas vezes
E deixam o vaso todo mijado
Mas vocês já devem estar curiosos
O que danado acontece com essa menina?
Se tudo está bem com seus órgãos
Por que diabos ela não libera a urina?
Quando a nossa menina nasceu
O médico disse “é menino!”
Porém um dia ela entendeu
Que não precisava seguir tal destino
Então logo ela foi buscar
Se vestir do jeito que gosta
Se expressar como sentia por dentro
Diferente da maneira que lhe era imposta
Ao mundo ela se apresentou
Mas quase ninguém compreendeu
E quando a sua jornada começou
Familiares e amigos ela perdeu
Muitas portas se fecharam
Inclusive a do banheiro
Teoricamente, um ambiente público
Mas, pra ela, nada hospitaleiro
Se ela entra no feminino
Só pra maquiagem retocar
As outras mulheres se incomodam
E logo expulsam ela de lá
Constrangida, vai ao masculino
Chamando muita atenção
Teme o tempo todo a violência
Pois ninguém entende sua situação
Inclusive, certa vez
A polícia alguém chamou
Ela se sentiu muito humilhada
Por toda agressão que vivenciou

Muitos são os argumentos
 Que as pessoas usam pra justificar
 Religião, cultura e preconceito
 “Por isso aqui você não pode entrar!”
 E vocês o que fariam
 Se estivessem no mesmo barco?
 Alguém já viu xixi tão polêmico?
 Por que negar um direito tão básico?
 A menina entristeceu
 Sua vida não parecia melhorar
 Até que um dia ela sentiu
 Que não podia desanimar
 E no mundo ela buscou
 Se juntar com quem se importa
 “Vamos fazer muito barulho
 Até que se abram todas as portas!”
 E agora estamos aqui
 Celebrando cada pequeno passo
 Hoje é um simples xixizinho
 Amanhã conquistaremos o espaço.¹

Edu Turte-Cavadinha

Este trabalho monográfico, elemento constituinte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da minha graduação em Arquitetura e Urbanismo, parte de uma resistência. Resistência às ausências, ao não-dito e a uma produção ativa do silêncio acerca do ensino da prática projetiva voltada para o capitalismo em Arquitetura enquanto rechaço, ou fomento, da diferença social, sexual e de gênero.

Em uma abordagem que toma como base as discussões dentro do tema da Arquitetura e Gênero, busco construir uma narrativa que evidencie as relações e os usos dos banheiros de uso coletivo; que compreendem sanitários, vestiários, banheiros família, unissex e outras instalações hidrossanitárias coletivas. Entre este conjunto aberto de relações, procura-se entender como estas se dão enquanto relações de poder, construções de identidade e, sobretudo, expressões, opressões e normalizações das sexualidades e das identidades de gênero.

Partindo da minha corporeidade, ou do meu lugar epistemológico, enquanto homem *gay*, bicha, transformista e *Drag Queen*², a narrativa vem responder a uma inquietude pessoal por não encontrar uma discussão aprofundada sobre as relações de gênero e o espaço no ensino e na teoria de Arquitetura e Urbanismo — em especial dentro do ensino da prática projetiva.

Ao vivenciar repressões espaciais — Isso é, efeitos de poder que são

¹ Ver TURTE-CAVADINHA, Edu. **A menina que não podia mijar**. [?]:[?],[?]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/gudiuepg/posts/a-menina-que-não-podia-mijarera-uma-vez-uma-menina-que-tinha-uma-questão-particul/929207737135569/>>. Acesso em 15 nov. 2018.

² Ver Anexo 1 – Glossário das sexualidades e identidades de gênero dissidentes.

exercidos sobre aquelas e aqueles que fogem a norma da masculinidade hegemônica imposta pelo e ao espaço (CORTÉS, 2008, p. 134), e que resultam em processos violentos pontuais ou não³, que vão desde o mal estar e a exclusão até violências psicológicas, físicas, sexuais e políticas (LAN, 2011, p. 121-122) —, e não perceber dentro do ensino uma discussão acerca da relação do traçado destes espaços e estes processos violência, a inquietude pessoal urgia por tomar forma e ganhar o mundo.

Portanto, em um processo “em negativo”, a monografia colocou-se como o suporte onde, por contar com uma maior autonomia, poderia ser formulada, fundamentada e visibilizada uma discussão, partindo das relações de gênero, acerca da função social da prática projetual. Prática esta que (re-)organiza, (re-)ordena e (re-)produz o espaço que, historicamente, invisibiliza e rechaça materialmente e de forma violenta as diferenças sociais, sexuais e de gênero; em uma tentativa de universalização dos corpos e das formas de ser.

A medida que a discussão vai se estabelecendo, e partindo do objetivo principal de esboçar um viés possível de compreensão da espacialização destas relações, delimita-se a abordagem do espaço arquitetural e urbanístico através do apanhado das práticas e experiências dos corpos que questionam os processos de normalização — nomeadamente os corpos das *Drag Queens* e dos *Drag Kings*. Com tal objetivo, foi elencado o estudo dos banheiros de uso coletivo de bares e boates da cidade, tomando estes enquanto catalizadores das relações de poder, conflitos e processo violentos espacializados na representação, na projeção e nos usos destes espaços. Partindo deste recorte, busco, atrelado aos conceitos fundamentais, evidenciar como a norma heterossexual — ou heteronormatividade —, a hegemonia masculina e outras relações, efeitos ou mecanismos do poder se dão nos corpos e na materialidade dos banheiros de uso coletivo.

Enquanto estratégia metodológica, busco analisar social e culturalmente estes espaços, conceituando os dispositivos, a norma, controle social e os efeitos de poder; como a repressão espacial e as violências sexuais e de gênero. Do mesmo modo se estabelece uma discussão acerca da “função social” da prática projetiva, lançando mão de conceitos e teorias que possibilitem uma análise crítica do “fazer” Arquitetura e, por conseguinte, do projeto dos banheiros de uso coletivo enquanto ativamente (re-)produtor de repressões espaciais; isso é, a segregação espacial, o rechaço, o mal-estar e demais processos violentos que têm como palco os espaços públicos e privados que perpassam o

³ Processos violentos pontuais e particulares, que se dão no nível das relações individuais, ou sistêmicos e engendrados no controle do corpo social e em projetos específicos de poder.

traçado arquitetônico.

Munido de princípios de análise e embasando a discussão, direciono a metodologia a uma etnografia multilocalizada. Consciente do papel universalizante que historicamente é atribuído ao levantamento arquitetônico, busco implementar meios de análise que, ao invés de inviabilizarem, trazem à tona e colocam como caráter central as diferenças, fundamentalmente as de sexualidades e de gênero. Para tanto lanço mão do acompanhamento — ou *shadowing* — proposto por Paola Jirón (2012), buscando, através de um trabalho coletivo com base nas práticas móveis e nas experiências dos corpos, desvelar a sobreposição de camadas que compõem o entorno social, bem como os modelos sociais de comportamento e as relações de poder que têm como palco os sanitários de bares e boates da cidade.

De um modo geral, por meio desta abordagem intersubjetiva do estudo, busco deixar de lado o levantamento arquitetônico tradicional e embrenho-me nos nuances das relações dos corpos com estes espaços. Não com o intuito de “revelar” as práticas sexuais e de construção identitárias tidas como dissidentes, mas, sobretudo — uma vez que estas práticas fogem da norma incutida no espaço dos banheiros de uso coletivo — evidenciar as violências que se dão com base nas sexualidades e nas identidades de gênero.

Por fim, reitero que este trabalho monográfico tem como objetivo perfazer uma crítica e uma provocação à prática projetiva, abordando as relações e as violências de gênero dentro do espaço dos sanitários a partir dos corpos das *Drag Queens* e *Drag Kings*. Mesmo enfrentando dificuldades para encontrar uma produção científica acerca do tema dos banheiros de uso coletivo — que pode ser encontrada em língua estrangeira, em livros caríssimos e, ainda assim, de maneira escassa — resolvi levar a diante o desafio; percorrendo um caminho mais modesto, baseando-me na produção acadêmica de livre acesso e na literatura apresentada pela co-orientadora e pelo o orientador.

Depois do período de pesquisa ao qual este trabalho dispendeu, torna-se evidente a profundidade e complexidade das relações entre gênero, identidade e a Arquitetura. Ao mesmo tempo que a escassez de uma produção científica sobre o assunto dentro da área é desanimadora, a profusão de trabalhos sobre a mesma temática produzidos neste mesmo período — em um contexto próximo — inspira novos ares. Resistir ao silêncio é uma das formas de derrocar a lógica da dominação masculina e da norma heterossexual que permeia a (re-)produção dos espaços sociais, arquiteturais e urbanísticos.

Cada vez mais é necessário evidenciar os processos violentos e de

repressão espacial, produzindo narrativas e espaços coerentes que deem voz às diferenças. Hoje, mais do que nunca, é hora de retomar o fôlego e seguir cantando e resistindo.

1.1 EU VOU CANTAR ATÉ O FIM: UMA MONOGRAFIA SURTIDA DAS AUSÊNCIAS

Meu choro não é nada além de carnaval
É lágrima de samba na ponta dos pés
A multidão avança como vendaval
Me joga na avenida que não sei qual é

Pirata e Super-Homem cantam o calor
Um peixe amarelo beija minha mão
As asas de um anjo soltas pelo chão
Na chuva de confetes deixo a minha dor

Na avenida deixei lá
A pele preta⁴ e a minha paz
Na avenida deixei lá
A minha farra minha opinião
A minha casa minha solidão
Joguei do alto do terceiro andar

Quebrei a cara e me livrei do resto dessa vida
Na avenida dura até o fim
Mulher do fim do mundo
Eu sou e vou até o fim cantar

[...]

Eu quero cantar até o fim
Me deixem cantar até o fim
Até o fim eu vou cantar
Eu vou cantar até o fim
Eu sou mulher do fim do mundo
Eu vou, eu vou cantar, me deixem cantar até o fim

Até o fim eu vou cantar, eu quero cantar
Eu quero é cantar eu vou cantar até o fim
Eu vou cantar, me deixem cantar até o fim.⁵

Elza Soares

O ímpeto em discutir o espaço dos banheiros de uso coletivo não surgiu de

⁴ As palavras de Elza Soares transparecem importantes questionamentos acerca deste trabalho, fazendo extremamente necessária esta nota: Embora compreenda a indissociabilidade entre gênero, raça e classe, a abordagem desta monografia — enquanto uma primeira aproximação da questão dos banheiros de uso coletivo — tem como foco os processos violentos e as identidades de gênero, a sexualidade, as transesteridades e as corporeidades dissidentes dentro da sistema sexo-gênero-desejo.

⁵ Ver SOARES, Elza. Mulher do fim do mundo. In: **Mulher do fim do mundo**. Rio de Janeiro: Circus, 2015. 1 CD. Faixa 2.

um simples processo de alteridade ou, tão pouco, da empatia do (futuro-)arquiteto que, de cima, observa, analisa e propõe o espaço que “a Outra” ou “o Outro” utilizará. A abordagem parte de uma inquietude pessoal e, posso dizer assim, de um ato de resistência. Em um processo em negativo, apofático, do empenho de definição do tema do trabalho monográfico, decidi debater sobre a questão por não encontrar uma discussão aprofundada sobre as relações de gênero e espaço no ensino e no debate em Arquitetura e Urbanismo.

Partindo do entendimento que a pouca existência dessa discussão é ativamente produzida, conduzi à elaboração desta monografia enquanto uma experimentação de uma sociologia das ausências⁶.

Vivenciar processos violentos — de mal estar, exclusão, até violências psicológicas, físicas, sexuais etc. —, pontuais ou não, de rechaço e de supressão do meu motivo condutor⁷ — ou seja, da minha personalidade, do meu entendimento de mundo e da minha corporeidade —, e de todos os demais corpos dissidentes, dentro de determinados **espaços** coletivos, por questões relacionadas à sexualidade e à identidade de gênero, resultou no eixo condutor da narrativa de proposição de outras arquiteturas.

O corpo é político, e o espaço — indissociavelmente atrelado à realidade social (LEFEBVRE, 2006) — está em função da norma heterossexual e da lógica hegemônica patriarcal, moldando e colonizando este corpo; através da dor, da opressão, do abuso e da humilhação (CORTÉS, 2008, p. 84).

O tema surgiu, portanto, a partir de uma série de posicionamentos e ponderações sobre essas relações espaciais que não encontraram abertura para essa discussão durante o início da graduação — dentro do conteúdo programático das disciplinas de projeto e sobre a prática projetiva — e que urgiam em tomar forma e ganharem o mundo.

Enquanto corpo que percebe o espaço — com minha própria narrativa e entendimento do mundo — estar dentro dos banheiros de uso coletivo da escola, da instituição religiosa, do centro comercial, da universidade, da boate etc., expandiu a minha compreensão destes espaços enquanto lugares de conflito. Viver uma série de processos

⁶ Ver SANTOS, Boaventura de Souza. **Por uma sociologia das ausências e sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciência Sociais, 63, Outubro 2002: 237-280.

⁷ Motivo condutor, tradução de *leitmotiv*, termo em alemão que caracteriza motivo musical condutor ou tema repetitivo que caracteriza determinada personagem dentro de uma peça musical. Por extensão de sentido, é uma frase, ideia ou fórmula que surge com frequência dentro de uma obra literária ou discurso. O motivo condutor é, frequentemente, relacionado à personalidade, às características únicas ou à construção social da personagem.

violentos, de exclusão à violência sexual, e de repressão espacial⁸ nestes lugares construiu meu “modo de operação”⁹, que busca salvaguardar a minha integridade, dentro destes espaços. Ou seja, as relações sociais estabelecidas dentro desse espaço — que é projetado — moldou a forma como eu deveria utilizar esse espaço, forma essa que transborda o programa, os usos e os fluxos estabelecidos em projeto; e relaciona-se, profundamente, a uma performance de gênero requerida pela normalização dos corpos dentro da matriz heterossexual. Esse “modo de operação” dentro dos banheiros de uso coletivo, certamente, avançam para além dos limites destes, replicando-se em todos os espaços coletivos, públicos e privados em que meu corpo percorre.

É certo que os conflitos e violências racial, de gênero e relacionados à sexualidade, identidades e as camadas do entorno social se dão em diversas escalas — no espaço social, arquitetural e urbanístico, na paisagem, no território¹⁰ —, mas os banheiros de uso coletivo colocaram-se como ponto chave de uma série das reflexões sobre estes conflitos dentro da Arquitetura. Este processo dialético foi fundamental para a construção da minha identidade — não-heterossexual, bicha, transformista, *Drag Queen* etc. —, ao passo que me proporcionava outras formas de construir e desconstruir meu entendimento sobre a Outra e o Outro.

Se houve um processo de sensibilização que, de algum modo, resultou na corporificação desse trabalho, certamente foi o de buscar, constantemente e em um esforço consciente, a alteridade; entender a Outra e o Outro, calçar os seus sapatos, reconhecer meus privilégios e meu lugar de fala/lugar epistemológico¹¹. Durante este processo de construção e desconstrução as dimensões das questões dos espaços coletivos se evidenciaram; estes se demonstraram uma sobreposição de conflitos, de relações de poder e violências que atingiam todos os corpos tidos como dissidentes sexuais, identitários e de gênero — a mulher lésbica, a bicha, a travesti, a transexual, a transformista, *Drag Queen*, o *Drag King*, etc.

Entretanto, neste ponto se faz necessário elucidar os nuances dos termos

⁸ Termo apresentado por José Miguel G. Cortés e a ser abordado adiante. Ver CORTÉS, 2008, p.134.

⁹ Modo de operação, ou *Modus operandi*, específico e individual relacionados à expressão corporal e performatividade dentro destes espaços. Tento estabelecer, embora de maneira rudimentar, uma relação entre a relação individual com o espaço do sanitário e processos autônomos de reprodução dos sistemas sociais e sistemas psíquicos (NERY, 2007, p.74-75).

¹⁰ Ver FERREIRA, Ignez Ferreira Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. **Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana**. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), São Paulo, n. 18, p. 155-168, aug. 2005.

¹¹ Enquanto indivíduo que é submetido a relações de poder específicas, mas que também submete e reproduz relações de poder específicas sobre a outra e o outro.

utilizados para se referir às identidades de gênero¹². Lançando mão das definições de Jaqueline Gomes de Jesus (2012) e Igor Amanajás (2014), é possível dividir as transgeneridade em duas categorias de vivências: o gênero vivido enquanto identidade, que diz respeito às travestis, às transexuais e aos transexuais e às demais transgeneridades ligadas à identidade; e o gênero vivido enquanto funcionalidade, como a vivência das *Drag Queens*, dos *Drag Kings*, das transformistas e dos transformistas e das *crossdressers* e dos *crossdressers*. (JESUS, 2012, p. 7)

Ao passo que as pessoas transexuais vivenciam o gênero enquanto identidade — e reivindicam o seu reconhecimento enquanto homem ou mulher —, as *Drag Queens*, os *Drag Kings* e as transformistas e os transformistas fazem uso de uma feminilidade ou masculinidade estereotipada enquanto estética e poética visual em suas apresentações. Travestis, por sua vez, são pessoas que vivenciam papéis de gênero tidos como femininos, embora não se considerem nem mulheres, nem homens, mas sim de um “terceiro gênero ou de um não gênero” (Ibid., p. 9). *Crossdressers*, muito mais próximas das vivências das *Drag Queens* e dos *Drag Kings*, são homens — costumeiramente heterossexuais e casado — que não se consideram transexuais ou travestis, mas que se travestem e buscam vivenciar diferentes papéis de gênero — quer por satisfação emocional ou sexual (Ibid., p. 10).

É imprescindível ressaltar, entretanto, que as transgeneridades, quer ligadas a vivência enquanto identidade ou enquanto funcionalidade, independem da orientação sexual. Do mesmo modo que uma pessoa cisgênero — isso é, que se identifica com seu gênero designado no nascimento — pode descobrir-se heterossexual, homossexual, bissexual, assexual, etc., uma pessoa transexual, travesti, *Drag Queen*, *Drag King*, transformista ou *crossdresser* também o são, dependendo, como coloca Jesus (2012), “do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai afetivo-sexualmente”. (Ibid., p. 8)

Tendo em vista estes corpos tidos como dissidentes, os banheiros de uso coletivo colocam-se como catalisadores de conflitos entre diferentes discursos, mais ou menos relacionados à (re-)produção das — ou à resistência às — relações de poder, resultando em processos violentos. Dentro deste espaço, que transita entre o público, o privado e o íntimo, todas as interações ganham força. As pretensões de um uso de asseio pessoal não limitam outros empregos a este ambiente; intuitivamente, uma vez que faz parte do *habitat*, os banheiros de uso coletivo são suportes de diversas relações humanas.

¹² Para maiores informações, ver o Anexo 1 – Glossário das sexualidades e identidades de gênero dissidentes.

Paradoxalmente, para além do asseio, percebemos os sanitários e vestiários como locais de **convivência** — de conversação, de encontro e de embelezamento —, **refúgio** — de esconderijo aos olhos do corpo social, de reclusão e introspeção —, de **expressão de identidades e sexualidades dissidentes** — de afirmação das identidades de gênero, de encontro entre grupos excluídos, da troca de olhares, da pegação, *cottaging*, *cruising* e práticas sexuais — e, ao mesmo tempo, locais de constante **vigília e insegurança** — por ser um espaço territorializado, normalizado e por ser palco de pressões sócias e repressões espaciais —, **resistência** — de desobediência, de expressão e de troca de mensagens e grifos nas paredes, nas portas — e **palco de violências psicológicas, físicas, sexuais e de gênero** — de exclusões, rechaços, humilhações, assédios, estupros, espancamentos e homicídios.



Figura 1 - Ilustração de uma prática sexual homoerótica nos sanitários e vestiários, o “Banheirão”. Ilustração de Luiza Formagin. (Fonte: DECLERCQ, 2018)

Em um momento que o ensino de arquitetura tende à renovação de suas discussões — em que cursos, como o da Unila, voltam-se para a revisão de discursos e tipologias hegemônicas — é alarmante perceber como as externalidades, ou seja, os efeitos colaterais e as consequências da prática projetiva relacionadas às questões da sexualidade e das identidades de gênero, em especial a (re-)produção de relações de poder no traçado destes espaços, é pouquíssimo debatida dentro da graduação. A questão dos banheiros de uso coletivo é, então, praticamente esquecida — surgindo, como verifiquei ao acompanhar algumas exposições públicas das disciplinas de projeto durante a graduação, de maneira individual e que não partiam de um debate aprofundado dentro do conteúdo programático.

Tomando como base o plano pedagógico de curso da graduação em

arquitetura e urbanismo da UNILA, podemos nos aproximar do entendimento do que seria o caráter crítico desta renovação do debate. A proposta de ensino do curso está voltada para uma formação de egressas e egressos que compreendam o meio físico e as dinâmicas sociais do espaço, entendendo as dimensões “sociais, culturais, históricas, políticas, econômicas, espaciais e ambientais” inerentes ao projeto arquitetônico e urbanístico (PPC — ARQUITETURA E URBANISMO, 2014, p.14). Ao descrever os eixos de instrumentação crítica (id. *ibid.*, p.30) e instrumentação em práticas de leitura e representação (*ibid.*, p.32) evidencia-se a postura vocacional de uma formação que compreenda como a questão de gênero e raça se dão na história da arquitetura. Busca-se, também, um entendimento dos sistemas de representação e a prática projetual enquanto inseridos “[...] em contextos histórico-político-culturais” e seus papéis de afirmação da “arquitetura como prática profissional significativa na delimitação identitária dos povos.” (PPC — ARQUITETURA E URBANISMO, 2014, p.32).

Contudo, ao longo da minha formação, enquanto o eixo de instrumentação crítica despendia grandes esforços para analisar e discutir estas questões, as disciplinas de instrumentação em práticas de leitura e representação — e o ateliê integrado, que está voltado a uma profunda prática interdisciplinar (*ibid.*, p.25) — pouco abordaram e discutiram como os conflitos das questões de raça, gênero e identidade reverberam nas morfologias dos espaços projetados.

O eixo condutor desta monografia, enquanto surtido das ausências e das faltas, deve passar por esse debate acerca do ensino de arquitetura, pela crítica ao traçado arquitetônico e, sobretudo, pela proposição uma discussão que venha preencher essa lacuna dentro da formação em Arquitetura e Urbanismo. Portanto, o trabalho anseia demonstrar uma possibilidade de discussão das questões de gênero e das relações de poder dentro da prática projetiva. Essa reflexão ganha corpo através de um estudo dos banheiros de uso coletivo da universidade, buscando evidenciar as relações de poder, conflitos e processos violentos espacializados na projeção e nos usos destes espaços.

Este estudo parte de uma breve análise social e cultural — levantando questões identitárias e de gênero — dos banheiros de uso coletivo, perpassando conceitos importantes acerca da linguagem, das normas e da representação enquanto mecanismo de produção e reprodução de relações de poder (CORTÉS, 2008, *passim*; ESCOBAR, 2016, *passim*). Almejo a proposição de outras soluções arquitetônicas¹³, entretanto, a

¹³ Enquanto uma tentativa consciente de ir além da análise das relações de poder sobre os corpos e os espaços apenas enquanto (re-)produzidas pela materialidade dos banheiros de uso coletivo; bus-

prática de investigação, conceituação, análise e o registro das relações e usos da comunidade acadêmica com os banheiros de uso coletivo colocar-se-ia como essa possibilidade de discussão dentro da prática projetiva — um “ponto de checagem” necessário para, só então, dar mais um passo na questão. Enquanto crítica, o principal objetivo é a proposição de um viés possível a se percorrer no debate de uma prática projetiva crítica e de resistência ante à repressão espacial.

A proposição de uma discussão acerca do espaço e os conflitos decorrentes da prática arquitetônica é, certamente, frutos de um curso voltado à formação crítica. A existência de suportes para a reverberação de críticas construtivas, espaços de incentivo à pesquisa e revisões da prática projetiva demonstram o caráter democrático desejado dentro da academia.

1.2 ABORDAGEM METODOLOGICA

Inspirando-me em outros trabalhos que tencionam a espacialização do debate acerca da sexualidade, da identidade, gênero e as relações de poder, como o trabalho de Silva (2008), Brown (2000) e Jirón (2012), busquei estabelecer uma metodologia que desvelasse as camadas da questão da violência de gênero dentro da arquitetura dos banheiros de uso coletivo. Prezei, portanto, por um embasamento teórico da discussão, buscando ferramentas que pudessem auxiliar na compreensão da espacialidade das práticas e das experiências dos corpos dissidentes — e das violências ao qual são submetidos — dentro dos espaços que percorriam — a rua, o bar, o sanitário.

Ao passo que estabeleço as relações entre os conceitos fundamentais, que explico o papel de (re-)produção de relações de poder do desenho arquitetônico, nomeadamente através dos textos de Cevedio (2012) e Cortés (2008), e evidencio o espaço dos banheiros de uso coletivo enquanto lugares de expressão, opressão e normalização de sexualidades e identidades de gênero, através de Silva (2008).

O caminho percorrido pela narrativa da monografia tenciona a análise destas relações dentro de um contexto do qual faço parte. Deste modo, em uma tentativa de viabilizar uma etnografia multilocalizada a partir de métodos móveis, delimito o campo de pesquisa ao acompanhamento dos corpos de um grupo de *Drag Queens* e *Drag Kings* da cidade de Foz do Iguaçu.

cando, de fato, demonstrar a capacidade do desenho projetivo enquanto ampliador da “gama de possíveis formas de ser através de nossos corpos, espaços e materialidades [...]” (ESCOBAR, 2016, p.43)

Enquanto estratégia de abordagem do tema, examinei produções científicas que já tivessem trilhado um caminho no estudo dos banheiros de uso coletivo. Encontrei pouquíssimo material, a maior parte em língua inglesa¹⁴, mas que demonstraram-se cruciais para orientar a pesquisa na direção de textos já abordados durante a minha formação — dentro dos eixos teóricos. Deste modo, iniciei a leitura de produções fundamentais da teoria de gênero, tais como a *História da Sexualidade*, de Michel Foucault (FOUCAULT, 1988) e *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, de Judith Butler (BUTLER, 2007) — e produções de outras autoras e outros autores que partem da produção desta e deste.¹⁵

Enquanto buscava encontrar docentes interessadas e interessados na orientação do meu trabalho, e recebia indicações destas e destes, criei uma rede, ainda que de maneira singela, entre os textos que abordavam a sexualidade, gênero e as relações de poder¹⁶. Para além destes textos básicos, partindo da *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2008), *Microfísica do Poder* (Id., 1979) e *Os Anormais* (Id., 2001), de Michel Foucault, transitei por pesquisas de mapeamento de processos de violência e invisibilização de determinadas sexualidades, identidades e performatividades, consideradas dissidentes, nos espaços, o que ampliou a tessitura dos conflitos a serem abordados¹⁷.

Definidos a docente co-orientadora e o docente orientador, direcionei a pesquisa à bibliografia que a mesma e o mesmo indicaram. Pude, em virtude dos preciosos apontamentos desta e deste, construir um aporte teórico mais específico, sólido,

¹⁴ Nomeadamente os textos *Another (In)Convenience: Tracing Same-Sex Desires*, de Fernando P. Ferreira (FERREIRA, 2017) e *Introduction: The private life of public conveniences*, de Olga Gerhenson (GERSHENSON, 2009).

¹⁵ Nomeadamente os textos *Disciplina e segurança em Michel Foucault: A normalização e a regulação da delinquência*, de Cesar Candiotti (CANDIOTTO, 2012); *A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem*, de Moneda Oliveira Ribeiro (RIBEIRO, 1999); *A Teoria Queer como representação da cultura de uma minoria*, de Olinson Colinho Miranda e Paulo César Garcia (MIRANDA; GARCIA, 2012); *Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler*, de Baujke Prins e Irene Costera Meijer (PRINS; MEIJER, 2002) e *Gênero: Flashes de uma construção*, de Nadia Veronique Jourda Kovaleski, Cintia de Souza Batista Tortato e Marília Gomes de Carvalho (KOVALESKI; TORTATO; CARVALHO, 2011). Entre outros.

¹⁶ Nomeadamente os textos *Men's Room*, de Lee Edelman (EDELMAN, 1996) e *Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction*, de Jane Rendell, Barbara Penner e Ian Border (RENDELL; PENNER; BORDER, 2000).

¹⁷ Nomeadamente os textos *Geographies of sexuality — a review of progress*, de Jon Binnie e Gil Valentine (BINNIE; VALENTINE, 1999); *Homosexuality and the City: An Historical Overview*, de Robert Aldrich (ALDRICH, 2004); *Gender and Sexuality in Design: Discourses on Gender, Sexuality and Inclusivity in Community Design and Analysis of Theoretical Frameworks for Gender-Neutral and Gender-Sensitive Design*, de Phaedra Maria Maicantis (MAICANTIS, 2016); *Arquitetura material-simbólica dos banheiros: funcionalidade a quem?*, de Kessila Maria da Silva, Geni Daniela Nuñez Longhini e Felipe Bruno Fernandes (SILVA; LONGHINI; FERNANDES, 2014). Entre outros.

evidentemente mais próximo da realidade latino-americana e que, sobretudo, tencionavam o debate dentro da área das Ciências Sociais Aplicadas, especialmente da área de desenho projetivo, ou *diseño*¹⁸, e da Arquitetura e Urbanismo. Estes textos ora abordam a discussão de gênero, sexualidade e identidade e o espaço através da Ciências Sociais, como nos textos *Epistemologia do Armário*, de Eve Kosofsky Sedgwick (2007); *Basura y género. Mear/cagar. Masculino/feminino*, de Paul Beatriz Preciado ([2002]); *A tecnologia do gênero*, de Teresa de Laurentis (1994); *Género, espacio y poder*, de Mino Vianello e Elena Caramazza (2002), *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*, de Adrienne Rich (2010) e *La Nación Heterossexual*, de Ochy Curiel (2013); ora através da Geografia, como em *Closet Space: Geographies of Metaphor from the Body to the Globe*, de Michael P. Brown (2000); *Aeminiumqueer, a Cidade Armário: Quotidianos Lésbicos e Gays em Espaço Urbano e Mobilidades, Migrações* (VIEIRA, 2010) e *Orientações Sexuais. Percurso em torno das fronteiras reais e imaginárias* (VIEIRA, 2011), de Paulo Jorge Vieira — colocando-se como bibliografias complementares aos textos de Sedgwick (2007) e Brown (2000) —; *Práticas Espaciais de 'Pegação' Homoerótica: O Caso dos Banheiros Públicos nas Cidades de Presidente Prudente (SP) e Vitória da Conquista (BA)*, de Benhur Pinós da Costa (2014); *A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade*, de Joseli Maria Silva (2008) — importante complementação aos textos de Butler — e *Espaço, gênero e feminilidades Ibero-americanas*, organizado por Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Junior (2011); ora através da discussão do desenho projetivo e da Arquitetura e Urbanismo, nomeadamente nos textos *Arquitectura y género: espacio público/espacio privado*, de Mónica Cevedio (2010) e *Políticas do espaço: Arquitetura, gênero e controle social*, de José Miguel G. Cortés (2008).

Assim, a pesquisa se direcionou a um estabelecimento de relações fundamentadas pela teoria de gênero e *queer*, analisando o traçado arquitetônico enquanto (re-)produtor de relações de poder e, a partir disso, perfazendo uma etnografia multilocalizada dos banheiros de uso coletivo — sanitários, vestiários, banheiros família e banheiro unissex —, evidenciando seus processos de normalização, e de invisibilização das pessoas à margem dessas normas; procurando reunir ferramentas para a análise dos espaços, do *diseño* e da prática projetiva dos banheiros de uso coletivo para, então, perfazer uma provocação à prática projetiva a sua suposta isenção acerca da espacialização das relações de gênero — em especial os processo violentos.

Desta maneira, a fundamentação teórica se dá através de um “conceito-

¹⁸ Uma tentativa de não traduzir intuitivamente o termo *diseño*, do espanhol, para *design*, do inglês.

chave” maior, partindo das relações de poder, normalização e a construção da sexualidade em Foucault, perpassando o conceito de gênero, identidade e norma heterossexual em Butler e afunilando a discussão em direção às análises das relações de gênero, normalização e poder dentro da Arquitetura e Urbanismo e da prática projetiva — em Costa, Silva, Escobar, Cevedio e Cortés. Paralelamente lanço mão de análises sobre o espaço do banheiro de uso coletivo e as relações de poder, questões identitárias e de gênero e sexualidade — em Sedgwick, Brown, Preciado e Laurentis. Com isso, busco construir a base para a possibilidade de discussão dentro da prática projetiva, ímpeto inicial deste trabalho monográfico.

Por fim, a abordagem desta monografia não pretende estabelecer um consenso ou um outro caminho cômodo para a projeção destes espaços. De maneira consciente, e buscando a construção de uma narrativa coerente, este trabalho de conclusão de curso é um “grito que não cabe no peito”, um grito que busca dar voz à demandas sociais e de identidade, um grito que vem fazer coro à resistência aos processos de invisibilização e perpetuação de desigualdades dentro da Arquitetura e Urbanismo — uma área historicamente elitista, machista, racista e euro-centrada. E, por essas e outras, eu digo: Eu vou, eu vou cantar até o fim, me deixem cantar até o fim.

2 A NORMALIZAÇÃO DOS CORPOS: GÊNERO, SEXUALIDADE E ESPAÇO

O segurança me pediu o crachá
 Eu disse: nada de crachá, meu chapa
 Sou um escrachado, um extra achado
 Num galpão abandonado, nada de crachá
 lé, uô, uô, ié
 Sei que o senhor é pago pra suspeitar
 Mas eu estou acima de qualquer suspeita
 Em meu planeta todo o povo me respeita
 Sou tratado assim como um paxá
 lé, uô, uô, ié
 Essa aparência de um mero vagabundo
 É mera coincidência
 Deve-se ao fato de eu ter vindo
 ao seu mundo com a incumbência
 De andar a terra, saber por que o amor
 Saber por que a guerra
 Olhar a cara da pessoa comum e da pessoa rara
 Um dia rico, um dia pobre, um dia no poder
 Um dia chanceler, um dia sem comer
 Coincidiu de hoje ser meu dia de mendigo
 Meu amigo, se eu quisesse, eu entraria sem
 você me ver, sem você me ver, sem você me ver [...]¹⁹
Gilberto Gil

Em dado momento da produção de Michel Foucault a questão do poder é construída, complementando a arqueologia do saber que propunha já no início das suas obras, e assinala uma “formulação de objetivos teóricos e políticos” que até então não foram explicitamente colocados. Em *Vigiar e Punir*, de 1975, e no primeiro volume de *História da Sexualidade, A vontade de Saber*, de 1976, o autor introduz uma genealogia do poder, através de uma análise histórica, enquanto um instrumento de análise que dá suporte á explicação de Foucault acerca da produção dos saberes. (MACHADO apud FOUCAULT, 1979, pp. VII-X)

Em sua análise, ou sua genealogia, Foucault considera o poder como algo que não faz parte ou, sobretudo, que não pode ser definido como uma “realidade que possua uma natureza, uma essência” (Ibid., p.X) que poderia ser definida pelas suas características universais (Ibid. p. X). Roberto Machado, no prefácio de *A Vontade de Saber*, ainda aponta que não existiria algo “unitário e global” que é chamado de poder, mas sim formas “dispersas, heterogêneas e em constante transformação”. (Ibid. p. X)

O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como

¹⁹ Ver GILL, Gilberto. Extra II (O Rock do Segurança). In: **Raça Humana**. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1984. Mídia digital/2005. Faixa 1.

tal, constituída historicamente. Esta razão, no entanto, não é suficiente, pois, na realidade, deixa sempre aberta a possibilidade de se procurar reduzir a multiplicidade e a dispersão das práticas de poder através de uma teoria geral que subordine a variedade e a descontinuidade a um conceito universal. (MACHADO apud FOUCAULT, 1979, p.X-XI)

Foucault, na mesma obra aponta que “o poder não existe” (FOUCAULT, 1979, p.248). Esta ideia de que há um poder que “parte” ou “emana” de um determinado ponto ou que algo é um poder, segundo o autor, “parece baseada em uma análise enganosa” e que, embora aparentemente pareça responder algumas questões, não daria conta de uma série de fenômenos (Ibid. p.248). O poder, partindo das formas heterogêneas apontadas por Machado ainda no prefácio, estaria muito mais próximo de um feixe aberto de relações, não de um epicentro ou uma só relação vertical entre as sujeitas e os sujeitos. Este feixe de relações, segundo Foucault, estaria mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado e mais ou menos coordenado. (Ibid. p.248)

Seguindo este entendimento, Foucault aponta que o problema não é a formulação de uma teoria sobre o poder que tem como função partir de uma tentativa de refazer o caminho percorrido pelas teorias de Boulanviller ou de Roussau, entendendo que a partir de um momento “as pessoas não tiveram mais direitos e surgiu o poder” (Ibid. p.248). Embora sempre haja “a necessidade de considera-lo como algo que surgiu de um determinado ponto” (Ibid., p.248), o único problema da formulação de uma teoria sobre o poder, enquanto feixe aberto, é de buscar ferramentas ou “munir-se de princípios de análise” que permitam analisar estas relações de poder. (Ibid., p.248)

Foucault, portanto, neste processo que busca “munir-se de princípios de análise”, estabelece a sua genealogia do poder. Machado aponta que o filósofo intenta caracterizar as “grandes transformações do sistema estatal” (MACHADO apud FOUCAULT, 1979, p.XII), sobretudo, evidenciando as mudanças de regime político que dizem respeito aos seus mecanismos gerais e os “efeitos de conjunto e a mecânica de poder” que permeiam a sociedade e assumem formas mais pormenorizadas, “regionais e concretas”, atreladas ao “investimento em instituições e tomando corpo em técnicas de dominação” (Ibid., p.XII). O poder, enquanto este “feixe de relação mais ou menos organizadas, mais ou menos piramidalizada, mais ou menos coordenado”, atua na própria materialidade, atingindo o que Machado denomina “a realidade mais concreta dos indivíduos — o seu corpo [...]” (Ibid., p. XII) e, a despeito de um entendimento universal e epicêntrico do poder, está arraigado dentro, e ao mesmo nível, do próprio corpo social e “penetrado na vida cotidiana”. Machado ainda afirma que, em virtude disso, o mesmo pode ser caracterizado como “micro-poder”. (Ibid.)

Foucault, em entrevista à B. Gallagher e A. Wilson, em junho de 1982, coloca o poder como caracterizado pelo fato de que este “constitui uma relação estratégica que se estabeleceu nas instituições”. Enquanto as relações de poder são limitadas apenas pela sua mobilidade, algumas “fortalezas” seriam “muito difíceis de derrubar” por fazerem parte de instituições e pelas suas influências se darem no “curso da justiça, nos códigos”. Portanto, as relações estratégicas **entre os indivíduos** — não entre as formas do poder — se caracterizam pela rigidez. (FOUCAULT, 2011, [p. 16])

Dentro da sua teoria do poder, o discurso se coloca como muito mais do que uma manifestação da linguagem. O discurso, como apontado por Ochy Curiel, é uma prática social que tem “efeitos materiais e objetivos” dentro das relações sociais e acabam por converterem-se em “leis gerais” (CURIEL, 2013, pp. 36-37). A autora ainda aponta que o discurso conforma-se a partir do “conjunto de coisas ditas ou escritas” que têm impacto na vida social, e cujo “fim é, fundamentalmente, a produção de ideologias e, às vezes, expressado por meio destas”. (Ibid., p. 37)



Figura 2 - Muriel, por Laerte. (Fonte: http://murieltotal.zip.net/arch2010-07-11_2010-07-17.html)

Sobre o discurso, Foucault aponta que é precisamente neste que se articulam saber e poder (FOUCAULT, 1988, p.94). Os discursos não devem ser, dentro de um entendimento hierárquico das relações de poder, cindidos entre discursos “admitidos” e discursos “excluídos”, mas sim como uma “multiplicidade de elementos discursivos” que podem se encontrar como partes de diferentes estratégias (Ibid.). Para Foucault essa distribuição precisa se “recompôr”. Portanto o discurso pode admitir o dito e oculto, admitir “enunciações exigidas e interditas” e ser composto de “variantes diferentes segundo que fala, sua posição de poder, o contexto institucional que se encontra” (Ibid., p. 95).

Enquanto parte do poder, tanto os discursos quanto os **silêncios** não estariam nem submetidos, nem opostos a este; seriam parte de um “jogo complexo e instável” onde o discurso pode, ao mesmo tempo, ser “instrumento e efeito de poder, e

também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (Ibid.). Tal qual aquilo que é dito, é necessário prestar atenção ao oculto, às ausências e aos silêncios porque — como colocado por Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Junior — estes “protegem a força e poder dos discurso hegemônicos”. (SILVA et. al., 2011, pp. 22-23)

O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras. (FOUCAULT, 1988, p.95-96)

Ao partir de um entendimento universalista e epicêntrico acerca do poder, é possível que se imagine a repressão como o principal produto das relações de poder. Entretanto, como apontado por Foucault em *Microfísica do Poder* (1979), a noção de repressão é inadequada para “dar conta do que existe justamente de produto de poder” (Ibid. pp. 7-8). Embora essa noção possa parecer “se adaptar a uma série de fenômenos que dizem respeito aos efeitos de poder”, quando se define efeitos pela repressão têm-se “uma concepção puramente jurídica do mesmo poder”, ou seja, atrela-se o poder simplesmente a “uma lei que diz não”. Foucault coloca esta noção como “negativa, estreita, esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou” (Ibid. p. 8). Para Foucault, se o poder se concluísse na noção de repressão, o mesmo dificilmente seria obedecido. Essa “obediência” do poder, entretanto, se dá por outros mecanismos. O que faz com que o mesmo se mantenha e “seja aceito” é justamente o fato de que este não “pesa só como uma força que diz não” (Ibid. p. 8), o poder é permeável, produtivo e, nas palavras de Foucault, “induz ao prazer, forma saber, produz um discurso” (Ibid. p. 8). O poder configura-se como uma extensa “rede produtiva” que, como colocado por Machado, está embrenhado em todo o corpo social e se coloca como muito mais do que uma “instância negativa que tem por função reprimir”. (Ibid. p. 8)

Judith Butler, citando Foucault, complementa dizendo que os “sistemas jurídicos do poder” produzem, ativamente, os sujeitos e estes, mais tarde, representam os próprios “sistemas jurídicos do poder” (BUTLER, 2007, p. 47). Para Butler, a noção “jurídica do poder” aparentemente regula a esfera pública apenas em “termos negativos de limitação, proibição, regulamentação, controle” e, também, a própria proteção das pessoas ligadas às estruturas políticas do poder. (Ibid.) Butler ainda diz que esta problemática da sujeita e do sujeito é “fundamental para a política, e concretamente para a política feminista”, uma vez que a construção do sujeito jurídico sempre se dá por meio de “certas

práticas excludentes”, e estas, uma vez determinada a “estrutura jurídica da política”, não são perceptíveis. (Ibid.)

Partindo destes primeiros conceitos fundamentais, e buscando estabelecer relações com a obra de Judith Butler, é possível tencionar a abordagem ao debate da sexualidade. A antropóloga Gayle Rubin, citada por Tamsim Spargo, em seu livro *Foucault e a Teoria Queer*, aponta que a sexualidade, ou o seu “reino”, “tem suas próprias políticas, iniquidades e modos de opressão internos” (RUBIN, 1993 apud SPARGO, 2006, pp. 5-6). Tal qual outros aspectos do comportamento humano, as instituições concretas da sexualidade são, em qualquer tempo e local, produzidas pela atividade humana. Rubin ainda aponta que estas instituições estão permeadas por conflitos de interesses e manobras políticas, e que o sexo é sempre político (Ibid., p. 6). A antropóloga, entretanto, pondera dizendo que: “[...] existem também períodos históricos em que a sexualidade é mais acirradamente contestada e mais abertamente politizada. Em tais períodos, o domínio da vida erótica é, com efeito, renegociado.” (Ibid., p. 6)

Neste sentido, Foucault, em *A Vontade de Saber* (1988), parte da sua teoria sobre o saber e poder em direção a uma abordagem histórica dessa construção política e as renegociações da sexualidade. Neste volume — corroborando com a sua crítica, ainda em *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1979, pp. 7-8), acerca da repressão — Foucault, como aponta Moneda Oliveira Ribeiro, antes de fazer uma “sociologia histórica da proibição” da sexualidade, propõe-se a analisar a “história política da produção de verdade” relacionada a sexualidade (RIBEIRO, 1999, p. 359). Dentro de uma sociedade que, como apontado por Ribeiro, produz “discursos tidos como verdades”, a produção destes discursos de verdade resultaria na formação de “poderes” específicos. Deste modo, Foucault, através do seu enfoque na apreensão dos “mecanismos positivos” que a produzem, demonstra como as verdades produzidas em relação à sexualidade, uma vez que levam a efeitos repressivos e de “miséria sexual”, tornaram-se um problema no Ocidente. (FOUCAULT, 1979, p. 8)

Ao abordar a produção de Foucault neste primeiro volume de *História da Sexualidade*, Tamsim Spargo destaca que, nos “relatos tradicionais”, a sexualidade é vista como uma imanência, um “aspecto natural”, que foi reprimido a partir do século XVII na sociedade e na cultura ocidental (SPARGO, 2006, pp. 10-11). “A sexualidade continuava lá, borbulhando levemente sob a superfície afetada da respeitabilidade burguesa do século XIX, mas sufocada por proibições e repressões” até que esta e nós “fomos liberados na era da minissaia e do analista, revelando nossas pernas e nossos desejos mais profundos, trazendo tudo à tona” (Ibid.). Entretanto Foucault (1988, p. 14) rejeita essa hipótese

repressiva e, como apontado por Spargo, demonstra evidências do século XIX que apontam não a uma “proibição de falar sobre a sexualidade”, mas, contra intuitivamente à hipótese repressiva, uma notável “proliferação de discursos sobre sexualidade”. (SPARGO, 2006, pp. 11-12)

A autora ainda aponta que, dentro da argumentação de Foucault, um dos aspectos fundamentais é que a sexualidade, ao contrário do que se pensa, não é uma característica ou fato natural da vida humana, mas sim uma “categoria construída da experiência”, desatrelada de origens biológicas, calcada em construções históricas, sociais e culturais. (Ibid.) Em determinado ponto do livro, Foucault ainda vai além, esmiuçando estas relações, e coloca a sexualidade enquanto um “conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos [e] nas relações sócias” em detrimento do que chama de “um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa” (FOUCAULT, 1988, p.119).

A partir do século XVIII, argumenta Foucault, a sexualidade foi vista como algo a ser regulado e administrado em vez de julgado. A Igreja e a Lei Divina há muito preocupavam-se com a regulação da sexualidade, mas durante o iluminismo foram desenvolvidos novos regimes governamentais que tiveram como enfoque o indivíduo corporificado e sexual. Versões modificadas e seculares de confissão estavam no centro de uma variedade de técnicas para internalizar normas sociais. Foi nesse contexto que muitas das maneiras de entender a sexualidade ainda hoje dominantes começam a ser formuladas, inclusive a oposição entre homossexualidade e heterossexualidade. (SPARGO, 2006, p. 15)

Enquanto construção, a sexualidade, não deve ser entendida como “alguma propriedade natural e inerte ao próprio sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 69), mas sim enquanto um dispositivo. Foucault vai, aos poucos, cunhando este dispositivo de sexualidade. Este sendo um “dispositivo histórico”, inventado e instalado pelas sociedades ocidentais a partir do século XVIII, que se articula “aos parceiros sexuais” por meio de técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder”. (Ibid., p.100)

O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global. (Ibid.)

Ao buscar melhor compreender o que Foucault chama de dispositivo de sexualidade, é importante abordar, sob a luz da genealogia do poder, o conceito de dispositivo. Neste sentido, Moneda Ribeiro aponta o dispositivo enquanto os discursos que

compõem “um programa de uma instituição, ou uma justificativa de uma prática (ou sua reinterpretação e/ou uma nova racionalidade” (RIBEIRO, 1999, p.261). Foucault, em *Microfísica do Poder* (1979), demonstra o termo enquanto uma tentativa sua em demarcar um “conjunto decididamente heterogêneo” de elementos que abarca “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Ibid. p. 244). Em suma, o dito e o não dito são, como apontado pelo autor, elementos do dispositivo, e este se dá a partir da rede que se estabelece entre estes elementos. (Ibid. p. 244)

Entretanto, segundo Foucault, o tipo de formação do dispositivo se dá dentro de um determinado momento histórico (Ibid.). O dispositivo surge e tem como função principal a resposta de uma “urgência” e tem uma “função estratégica dominante”. (Ibid.)

[...] gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. (FOUCAULT, 1979, p.244)

Da mesma forma, ao partir de uma análise do poder enquanto universal e epicêntrico, têm-se a ideia de que o dispositivo está atrelado a um ente. Para Foucault, entretanto, como apontado por Moneda Ribeiro, o dispositivo é uma “estratégia sem sujeito” (RIBEIRO, 1999, p. 361). Esta rede que se entrelaça por meio dos elementos que constituem o dispositivo conforma, sobretudo, uma “rede de instituições e mecanismos de apoio” que se unem e (re-)inventam, modificam e reajustam suas relações de poder segundo “as circunstâncias do momento e do lugar” a fim de obter uma “estratégia global, coerente, racional” (Ibid. p. 361). Entretanto, como reafirma a autora, não é possível saber quem, qual indivíduo ou qual ente, que originou a estratégia. Ribeiro ainda coloca que: “Para ele [Foucault], uma classe dominante não é uma abstração, mas também não é um dado prévio, é efeito de táticas sistemáticas efetivas das grandes estratégias que fixam e reproduzem a dominação”. (Ibid. p.361)

Partindo desta ideia de dominação, um dos conceitos chaves em Foucault é o de disciplina. A disciplina, segundo Foucault e através de Candiotti, é a “técnica do poder que fabrica os indivíduos” que se utiliza de uma “anatomia política do corpo”, enquanto plataforma (CANDIOTTI, 2012, p.20). A disciplina busca, a partir de uma “distribuição e repartição superficial dos corpos em um espaço determinado”, a docilização

e a transformação destes corpos em corpos úteis. Evidentemente, este entendimento de disciplina está intimamente relacionado ao entendimento do corpo enquanto parte de um contexto maior, engendrado no capitalismo.

Foucault, dentro da sua proposta de “genealogia da alma moderna”, aponta, mediante um apanhado histórico destas técnicas do poder disciplinar que incidem sobre o corpo, que a própria construção dessa “alma”, ou consciência, psique ou subjetividade moderna, é, muito longe de ser uma realidade preexistente, um constructo de um “investimento político sobre o corpo” (FOUCAULT, 1987, p.29, apud CANDIOTTO, 2012, p.20). Ainda segundo Candiotto, esta construção busca — por meio de um conjunto de técnicas, de “investimentos microfísicos e capilares”, de “espaços arquiteturais organizados” — somar forças, tornar possível um projeto maior de adestramento e docilização destes corpos. (Ibid. p. 20)

Na fábrica, na escola, no hospital, no convento, no regimento militar ou na prisão trata-se sempre da constituição de uma anatomia política pela distribuição espacial dos indivíduos e o controle de suas atividades; ou pela combinação dos corpos e das forças, de modo a deles extrair a máxima utilidade. (CANDIOTTO, 2012, p. 20)

Candiotto atenta para o trabalho de Foucault ao elencar, e descrever, os mecanismos da microfísica do poder, uma “espécie de combinação entre vigilância hierárquica e sanção normalizadora, que conflui no exame disciplinar” (Ibid. p.20). O planejamento dos espaços, enquanto (re-)produção de “espaços arquiteturais organizados” (Ibid. p.20), ganha corpo enquanto mais um dos dispositivos; isso é, discursos que contribuem para a consolidação do poder disciplinar. Por meio de estruturas como hospitais, fábricas, escolas etc, a materialidade dos espaços tende a funcionar como “microscópio do comportamento humano”. (Ibid. p.20)

Partindo da vigilância, segundo Candiotto, o poder torna-se uma “maquinaria múltipla, automática e anônima” e configura-se como um poder, ao mesmo tempo, “indiscreto” e “discreto”, pois “se de um lado ele está em toda parte e sempre alerta, de outro funciona sempre em silêncio”. (CANDIOTTO, 2012, p. 21)

A vigilância hierarquizada, contínua e funcional não é, sem dúvida, uma das grandes “invenções” técnicas do século XVIII, mas sua insidiosa extensão deve sua importância às novas mecânicas de poder, que traz consigo. O poder disciplinar, graças a ela, torna-se um sistema “integrado”, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também de um certo ponto de baixo para

cima e lateralmente; essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. (FOUCAULT, 1987, p. 148)

Candiotto ainda aponta que, para que a vigilância hierárquica seja efetiva esta deve ser acompanhada da sansão normalizadora (CANDIOTTO, 2012, p. 21). O autor ainda aponta que Foucault, ao abordar a sansão normalizadora, não se refere à “punição jurídica ou sanção normativa” e ainda que a “norma disciplinar vai além da punição imputada ao indivíduo por ocasião de infrações, delitos e crimes cometidos” (Ibid. p.21). A sansão normalizadora visa evitar a “virtude” do comportamento perigoso, e para tanto faz uso de “pequenas correções e recompensas”. (Ibid. p.21) Foucault, em *Vigiar e Punir* (1987), demonstra que aparece, através das disciplinas, o poder da norma (Ibid. p.153). Esta remonta do século XVIII e que veio “unir-se a outros poderes” e obrigando-os a “novas delimitações: o da Lei, o da Palavra e do Texto” (Ibid. p.153).

O Normal se estabelece como princípio de coerção do ensino, com a instauração de uma educação estandardizada e a criação de escolas normais; estabelece-se no esforço para organizar um corpo médio e um quadro hospitalar da nação capazes de funcionar normas gerais de saúde; estabelece-se na regularização dos processos e dos produtos industriais. Tal como a vigilância e junto com ela, a regulamentação é um dos grandes instrumentos de poder no fim da era clássica. (Ibid. p.153)

Pontua ainda, Candiotto, que nas sociedades modernas a “norma tem maior alcance que a lei” e prevalece como um o aspecto fundamental das relações de poder (CANDIOTTO, 2012, p. 21). Para ele: “Enquanto a lei é exterior ao indivíduo, ao operar unicamente por ocasião da violação de um ato considerado proibido, a norma envolve o conjunto da existência humana” (Ibid. p.21). Presente no cotidiano da existência humana, a norma alcança a sua interioridade por meio de “distribuições espaciais e controles temporais das condutas” (Ibid. p.21). A lei coloca-se como uma coerção, ou asserção, direta e teatral, já a norma é difusa e indireta e funciona a partir de, ou como, padrões culturalmente construídos e que divide, “por dentro”, o corpo social entre indivíduos “normais” e “anormais”. (Ibid.)

Assim como Foucault coloca em *Vigiar e Punir* (1987, p. 153), Candiotto atribui ao propósito da norma a estandardização do ensino e a criação das “escolas normais” do século XVIII (CANDIOTTO, 2012, p. 21). Do mesmo modo há a constituição de um corpo médico, intimamente relacionado ao dispositivo da sexualidade e a *scientia*

*sexualis*²⁰, que visa colocar em prática “normas gerais da saúde”, a qual, partindo desta, cinde a coletividade entre indivíduos “saudáveis” e “doentes” e, ainda atuando dentre destes corpos sociais “homogêneos”, estabelecendo “graus de normalidade ao situar cada um no seu devido lugar” (Ibid. p.21). Candiotta ainda afirma que: “Posso ser considerado normal, mas não igual aos demais normais. Ninguém é igual a qualquer outro. Além de homogeneizar, a norma individualiza, inclusive integra os prováveis desvios no interior de um mesmo grupo.” (Ibid. p.21)

Outro desdobramento da vigilância e da disciplina é o exame. Foucault aponta que este é uma combinação da técnica da “hierarquia que vigia” e a da “sansão que normaliza” (FOUCAULT, 1987, p. 154). O exame é um controle normalizante e uma “vigilância que permite qualificar, classificar e punir” ao estabelecer sobre o corpo social uma “visibilidade” que possibilita que este sejam diferenciados e sancionados (Ibid.). Candiotta, acerca do exame, aponta que este opera como “mecanismo de controle e vigilância em uma ampla rede de instituições psiquiátricas, pedagógicas e médicas” (CANDIOTTO, 2012, pp. 21-22).

Por meio destas instituições as condutas são, então, classificadas por exames de bom comportamento e rebeldia, sanidade e doença mental. Extremamente ritualizado e individualizado, o exame, ao combinar vigilância e sansão normalizadora, como coloca Candiotta, “estuda o desenvolvimento infantil para compreender o adulto, analisa o delinquente para definir os limites do cidadão normal” (Ibid., p. 22). O autor ainda aponta que: “Depreende-se que o adulto saudável, normal e correto, geralmente considerado sujeito pela medicina, pela moral e pelo direito, é continuamente elidido pelo seu outro, a saber: a criança, o doente, o louco, o delinquente [, a mulher, a travesti, a transexual, a bicha.]” (Ibid., p.22)

Através dessa intrincada rede de instituições que, a partir dos séculos XVIII e XIX, começam a “normalizar” os corpos, Moneda Ribeiro aponta, citando Foucault, que os psiquiatras passam, em torno de 1870, a considerar a homossexualidade como um “objeto de análise médica” e dão o pontapé inicial para a “introjeção de novas intervenções e controles” dessa população²¹ (RIBEIRO, 1999, p. 360). Segundo a autora, a partir dessas asserções da medicina e da psiquiatria sobre os corpos dissidente, os homossexuais

²⁰ Para um maior aprofundamento no conceito de *Scientia Sexualis*, ver as páginas 54, 57 e 66 de *A Vontade de Saber* (FOUCAULT, 1988, pp. 54-66).

²¹ “[...] Uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, foi o surgimento da “população”, como problema econômico e político: população-riqueza, população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe.” (FOUCAULT, 1988, p. 28)

passam a ser percebidos como “loucos ou doentes do instinto sexual”. (Ibid. p.360)

Neste âmbito, Foucault considera que este mesmo dispositivo produz fenômenos semelhantes, ou efeitos de poder semelhantes (Ibid. p. 360). Para a autora, a mesma estratégia que produziu a patologização da e do homossexual foi a que, também, “produziu a da mulher, da criança e de outras minorias”. (Ibid. p. 360)



Figura 3 - Muriel, por Laerte. (Fonte: http://murieltotal.zip.net/arch2012-03-18_2012-03-24.html)



Figura 4- Muriel, por Laerte. (Fonte: http://murieltotal.zip.net/arch2012-07-22_2012-07-28.html)

O dispositivo da sexualidade, que já existia antes da modernidade, impõe, segundo Ribeiro, a “regulamentação sexual” e este configura-se como um mecanismo essencial à organização social (Ibid. p. 360). Moneda Ribeiro, neste íterim, aponta que “a sexualidade é um comutador que nenhum sistema moderno de poder pode dispensar”, e esta não é aquilo que o poder “tem medo”, e por isso instaura uma repressão, mas sim é aquilo que este usa para o seu exercício (Ibid. p.360). A repressão — que, sim, existe — da sexualidade e a libertação sexual andam, lado a lado, enquanto discursos que fazem parte de um mesmo feixe de relações de poder que têm um “domínio exterior sobre o desejo” e sobre a normalização dos corpos e do corpo social. (FOUCAULT, 1988, pp. 79 e 86)

A partir destes conceitos fundamentais é possível estabelecer, portanto, relações entre esta genealogia da sexualidade proposta por Foucault e outras construções relacionadas à sexualidade e ao espaço. Entre elas estão sexo, gênero e identidade de gênero.

É possível perceber na obra de Judith Butler uma relação, ou um embasamento, na afirmação de Foucault que a sexualidade, ou a “vontade de verdade”, atua até mesmo em nível biológico, no sexo-natureza (FOUCAULT, 1988, pp. 67-68). Butler, em *Problemas de Gênero* (2007), vai justamente questionar esta relação biológica do sexo e afirmar, portanto, que o sexo é construção social. A crítica à distinção sexo/gênero de Butler conecta-se, portanto, profundamente com a genealogia proposta por Foucault.

O gênero, como apontam Mino Vianello e Elena Caramazza, colocar-se-ia como a dimensão mais “extensa, completa e radical” das relações de poder que, independente de suas formas, estão “intimamente ligadas à esfera pública” (VIANELLO; CARAMAZZA, 2002, p. 19). Estas relações de poder, segundo a autora e o autor, sempre e em todo lugar excluíram as mulheres da vida pública (Ibid. p. 19).

Vianello e Caramazza ainda apontam que, por ser “consustancial a estrutura de poder em todas suas formas”, é preciso dar prioridade à uma análise de gênero dentro de “qualquer análise dos fenômenos políticos, econômicos e sociais” (Ibid.). Partindo do espaço generificado, uma análise da construção social e cultural dos banheiros de uso coletivo deve, primeiramente, propor-se a compreender as relações de gênero inerente a estes espaços públicos, privados e/ou íntimos.

Para Butler, as concepções humanistas do sujeito tendem a afirmar que há uma “pessoa substantiva” que “porta diferentes atributos essenciais e não essenciais” (BUTLER, 2007, p. 60). Ao seu ver, um posicionamento feminista humanista pode, facilmente, sustentar a tese de que o gênero é um “atributo de um ser humano” e é caracterizado essencialmente como um uma “substância ou ‘núcleo’ anterior ao gênero denominada ‘pessoa’, que designa uma capacidade universal para o raciocínio, a deliberação moral e a linguagem” (Ibid.). Esta “concepção universal da pessoa” tem sido substituída como um ponto de partida a uma teoria social do gênero pelo que a autora chama de “posturas históricas e antropológicas que consideram o gênero como uma ‘relação’ entre sujeitos socialmente constituídos em contextos concretos” (Ibid, pp. 60-61). Butler critica a visão dualista entre pessoa/essência ou “alma” — “consciência e mente” — e corpo. Segundo Butler este entendimento dualista sempre “defende relações de subordinação e hierarquia política e psíquica”. (Ibid., p. 61).

En consecuencia, toda reproducción sin reservas de la diferenciación entre mente/ cuerpo debe replantearse en virtud de la jerarquía implícita de los géneros que esa diferenciación ha creado, mantenido y racionalizado

comunmente. (Ibid., p. 61)²²

Ochy Curiel destaca que o feminismo e suas diferentes vertentes se colocaram como “chaves neste processo de questionar o paradigma patriarcal, androcêntrico e heterocêntrico da ciência” (2013, p. 20), evidenciando o que chama de “implicações sociais e políticas” da divisão sexual do trabalho (Ibid. p. 20). Para além disso, e principalmente, o movimento feminista se propôs a crítica a “naturalização das categorias de homem, mulher, sexo” e o que está relacionado à raça e a classe (Ibid. p. 20). Em um desdobramento do debate, as teóricas feministas têm relacionado o pensamento com a ação desde o que Curiel chama de “experiências que geram um ponto de vista particular” (Ibid. p.20).

Entretanto é preciso elucidar o fato de que, ao lançar mão do conceito de gênero, não é, necessariamente, preciso estabelecer um estudo comparativo entre os “universos femininos e masculinos”. Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Junior (2011, pp. 26-27) evidenciam que, conforma essa “dimensão relacional” que a ideia de gênero envolve é possível, uma vez que “os seres não estão isolados nem estáticos”, estabelecer relações e “operar com o conceito de gênero” e “restringir um recorte social” de um determinado grupo dentro da pesquisa — desde que este seja compreendido de forma “relacional e processual” dentro da “estrutura socioespacial” a que pertence. (Ibid., pp. 26-27)

Para estas autoras e estes autores, citando Butler, houve um certo reducionismo na compreensão da relação entre gênero e o corpo (Ibid., p. 27). Em uma “concepção universal da pessoa”, este entendimento de que o gênero é uma construção sugere, segundo Butler, um certo determinismo que significa gênero enquanto inscrito em “corpos anatomicamente diferenciados”, e se acredita que estes corpos são receptores passivos da “lei cultural inevitável” (BUTLER, 2007, p. 57). A autora ainda coloca que quando essa “‘cultura’ pertinente que ‘constrói’ o gênero” se entende em função dessa lei, ou conjunto de leis, portanto, tem-se a impressão de que o gênero é “tão preciso e fixo” quando na sua formulação atrelada aos sexo-natureza, ou “na formulação de que a biologia é o destino” — “Neste caso, a cultura, e não a biologia, se converte em destino”. (Ibid., p. 57)

Desatreladas do sexo-natureza, as categorias de gênero, como posto por Silva, Ornat e Chimin Junior, formam uma “complexidade permanentemente aberta pelo

²² “Conseqüentemente, toda reprodução sem ressalvas da diferenciação entre mente e corpo deve reformular-se em virtude da hierarquia implícita entre os gêneros que esta diferenciação criou, manteve e amplamente racionalizou”. (BUTLER, 2007, p. 61, tradução minha).

movimento da vivência cotidiana” (SILVA et. al., 2011, pp. 27-28). Para Butler o gênero não é uma “categoria fixa e pré-discursiva”, mas sim construído através de “atos repetidos e estilizados pelo sujeito generificado” (SILVA, 2008, p. 6). As “combinações possíveis” entre as variáveis que compõem o gênero conformam-se enquanto um amplo espectro de possibilidades. Estas autoras e estes autores, enquanto exemplo, demonstram que: “Há corpos biologicamente categorizados como mulheres que podem desenvolver identidades de gênero masculina e ainda desejar outros corpos, tanto masculinos como femininos”. (Op. Cit., pp. 27-28)



Figura 5 - Muriel, por Laerte. (Fonte:http://murieltotal.zip.net/arch2012-01-29_2012-02-04.html)

A compreensão de gênero extrapola uma simples representação de papéis a serem desempenhados pelos corpos de “homens” e “mulheres” sob a normalização dentro da matriz heterossexual — ou o que Silva vai chamar de heteronormatividade — mas, de certa forma, uma vez que é “complexidade permanentemente aberta” e se dá na corporeidade, faz parte de uma lógica de representações. (SILVA, 2008, p. 6; SILVA et. al., 2011, pp. 27-29)

Partindo deste ponto, o gênero pode ser entendido como uma representação que, por meio de suas performances, é experienciada pelos sujeitos sociais através da “vivência espacial cotidiana e concreta” (SILVA, 2008, p. 6). Estas relações individuais de gênero podem ser compreendidas, certamente partindo dos apontamentos de Foucault acerca da dissociação da sexualidade e do sexo-natureza, como uma série de combinações possíveis entre sexo, gênero e, como Butler coloca em sua crítica, o desejo. Estas combinações, segundo Silva, Ornat e Chimin Junior, são o que desestabilizam as fronteiras rígidas da heterossexualidade e, portanto “subvertem a lógica naturalizante das construções identitárias baseadas nos polos hierarquicamente estabelecidos entre masculino e feminino”. (SILVA et. al., 2011, p. 28)

Acerca deste entendimento do gênero enquanto representação — e partindo dessa visão foucaultinana que entende a sexualidade enquanto tecnologia sexual

e “vontades de verdade”, De Laurentis vai além e propõe que o gênero, enquanto entendido como uma representação e como uma auto-representação, é o produto de “diferentes tecnologias sociais”, de discursos, epistemologias e “práticas críticas institucionalizadas” e “práticas da vida cotidiana”. (DE LAURENTIS, 1994, p. 208)

Dentro deste complexo emaranhado de práticas, existe, em uma instância muito íntima, a identidade de gênero. José Miguel G. Cortés coloca a “identidade de gênero” enquanto um indicativo da forma ou do meio pela qual fazemos ou nos valem para satisfazer nossas necessidades e os modos de relacionamento entre nós e as outras pessoas (CORTÉS, 2008, p. 139). Ao fazer tal afirmativa, Cortés baseia-se nas identidades de gênero masculina e feminina, e, neste interim, evidencia que a existência dessas “diferenças tão marcadas” entre os gêneros é, sobretudo, um produto de uma “distribuição desigual de responsabilidades da reprodução social da existência que beneficia claramente a masculinidade”. (Ibid., p. 139)



Figura 6 - Muriel, por Laerte. (Fonte: http://murieltotal.zip.net/arch2011-05-01_2011-05-07.html)

Esta diferença estaria embasada em valores de gênero, estes, por sua vez, produzidos — aprendidos e reproduzidos — pelo entorno social. Cortés ainda aponta que estes valores se colocam como um “fator decisivo na comunicação que transmitimos através da linguagem e da aparência”, as quais compreenderiam os “elementos de interação com os demais”. Entre estes elementos — ou expressões de gênero — estão o modo como nos movimentamos, gesticulamos e expressamos, o tom de voz, os espaços que ocupamos, a forma como nos vestimos e o que “lemos nos outros” ou como percebemos, decodificamos, interpretamos, rotulamos e “usamos a informação que nos vem” da outra e o outro (Ibid., p. 139). Cortés vai além e, tencionando a materialização do debate, coloca:

E entre esses elementos de interação com os demais, que nos servem para definir a identidade, têm destacada importância os que se referem às

divisões espaciais, que foram traçadas historicamente em obediência a algumas posições binárias em função do gênero: público/privado, fora/dentro, trabalho externo/trabalho interno, produção/consumo, etc. (Ibid., p. 139)

Butler, ao situar seu debate sobre o gênero dentro do que chama de performatividade, diz que o gênero não é substantivo — ou um “núcleo de gênero” —, muito menos um “conjunto de atributos vagos” — como “homem” ou “mulher — (2007, p. 84). Para ela os efeitos substantivos do gênero são, sim, produzidos performativamente e são impostos pelas “práticas reguladoras de coerência do gênero” (Ibid. p. 84). O gênero, portanto, se configura enquanto um “fazer”. Butler ainda afirma que por detrás dessas expressões de gênero não existe uma identidade de gênero, ao passo que essa identidade é construída “performativamente pelas mesmas ‘expressões’ que, parecem, são resultado desta”. (Ibid., 84-85)

Estas práticas reguladoras de coerência de gênero que Butler aponta podem ser, certamente, compreendidas enquanto a “normalização dentro da matriz heterossexual”, ou heteronormatividade. E, partindo desta substantivação dos sujeitos generificados elencado por Butler, Cortés coloca o gênero como sendo algo que é “inevitavelmente performativo” (CORTÉS, 2008, p. 137). Para Cortés, o gênero — a despeito de uma visão reducionista das relações entre gênero e o “corpo” — vai muito além de algo “estático e reativo” e é constantemente posto em prática como uma “complexa encenação de auto-representação e auto definição”. (Ibid., p. 137)

Assim entendendo, Cortés traz ressalvas a uma tentativa de compreender o gênero através de uma análise histórica recortada. Para o autor, o gênero, por ser algo tão “complexo e arriscado de se definir”, dificilmente poderá ser compreendido completamente ao ser analisado em um “momento histórico determinado” (Ibid., p. 137). Para ele não existem “traços, atitudes, temperamentos ou aspectos próprios e intrínsecos de um sexo” fixados em um momento temporal, mas sim a construção, ou seleção e fixação através da cultura, de **modelos sociais de comportamento** ao longo de uma “evolução histórica da sociedade”. (Ibid., p. 137)

Ao sobrepor a heteronormatividade e modelos sociais de comportamento é possível perceber um movimento que busca uma determinada “universalidade” dos corpos. Butler aborda o tema denominando-o “unidade de gênero” (2007, p. 95-96). Esta unidade é consequência das práticas reguladoras que buscam, segundo as palavras da autora, “uniformizar a identidade de gênero mediante uma heterossexualidade obrigatória”. (Ibid., p. 96)

Esta heterossexualidade obrigatória configurar-se-ia enquanto uma

hegemonia engendrada pela norma heterossexual e pela dominação masculina. Curiel, ao abordar o tema através de Antonio Gramsci, aponta que a hegemonia só existe quando a classe dominante não só consegue obrigar uma classe social subordinada ou “minoritária” a satisfazer seus interesses, mas, sobretudo, quando imputa na classe domina a assimilação dos próprios princípios dominantes (GRAMSCI, 1975 apud CURIEL, 2013, pp. 35-36). E a hegemonia, além de na maior parte das vezes não se dar enquanto um processo explícito — se não sutil e muitas vezes inevitável —, não é algo estático ou “imodificável” (Ibid., pp. 35-36).

Segundo Curiel, a hegemonia é um produto da “criação de ideologias através de instâncias como a ciência, seus intelectuais orgânicos, os meios de comunicação, os partidos políticos, etc.” (Ibid., p. 36). Do mesmo modo que o onde há relação de poder há resistência (FOUCAULT, 2011, [p. 12]), Curiel aponta que a hegemonia muitas vezes se manifesta — tal qual o poder em Foucault — em “relações entre forças políticas que muitas vezes se renovam”, também encontram resistências e, deste modo, constroem posições contra-hegemônicas. (CURIEL, 2013, p. 36)

Cortés melhor conceitua o que seria a dominação masculina. Para o autor não se pode dizer que “se tem masculinidade”, mas sim que “se exerce masculinidade”, e o poder coloca-se como eixo central da constituição e exercício da masculinidade (CORTÉS, 2008, pp. 139).



Figura 7 - Muriel, por Laerte. (Fonte: http://murieltotal.zip.net/arch2010-03-07_2010-03-13.html)

Corroborando com o entendimento de hegemonia, a masculinidade não é algo que se está dado de antemão, e sim é conquistada aos poucos ao passo que o indivíduo masculino a garante e a define em relação à outra e ao outro (Ibid. p. 139). Cortés ainda diz que: “Mais que uma realidade inalterável e fixa, a masculinidade é efeito da cultura, uma construção, uma *performance*, um baile de máscaras” (Ibid. p.139).



Figura 8 - Muriel, por Laerte. (Fonte: http://murieltotal.zip.net/arch2010-03-07_2010-03-13.html)

Em uma tentativa de se manter neste posto, evidentemente de dominação dentro da nossa sociedade, o indivíduo masculino deve sempre situar-se opostamente, ilidindo, essa outra e esse outro em “uma posição que, subjetivamente, tenha valor feminino” (Ibid. p.139). Cortés ainda coloca o seguinte:

A masculinidade não é uma essência num universal nem natural ou constante, mas uma montagem fluida e mutável de significados, atitudes e comportamentos que variam de maneira significativa segundo os contextos (de idade, etnia, classe social, religião, opção sexual [SIC!], etc.) nos quais se desenvolvem e que se referem a relação do domínio, marginalização e cumplicidade entre as pessoas.” (Ibid., pp. 139-140, interpolação minha)

Por fim, esta masculinidade hegemônica coloca-se enquanto um parâmetro mediante o qual se mede “tudo o mais”, sejam, como elencado por Cortés, relações sociais, comportamentos afetivos e sexuais, utilização do espaço, atitudes físicas e formas corporais (Ibid., p. 140). Para o autor, a dominação masculina impôs-se como a “única forma possível e natural”. Em meio a esta antítese do “feminino” — e entendendo que, uma vez embrenhado dentro do corpo social, o poder da hegemonia masculina se estende, se reformula e reifica seus mecanismos dentro de toda a sociedade — este conseguiu estender essa imposição à outros setores sociais, “fundamentalmente mulheres e gays”, para que e estes a “tomassem como própria e, caso não conseguissem, que se sentissem culpados, desvalorizados e inferiores por não estar à altura do ideal necessário para ser considerados seres (homens) normais”. (Ibid., p. 140)

Ochy Curiel, através dos aportes de Adrienne Rich (1980[2010]) e Monique Wittig (1982) — e corroborando com o dito anteriormente através de Butler e Cortés — aponta a heterossexualidade como um regime político que perpassa a relações sociais e afeta, fundamentalmente, as mulheres e as (mulheres) lésbicas (CURIEL, 2013, p. 28). Curiel evidencia que a heterossexualidade não é uma “prática sexual dentro da

diversidade”, mas sim, se observado através de Rich, uma complexa instituição obrigatória ou, através de Wittig, um regime político (Ibid., p. 28). Enquanto parte de uma hegemonia masculina, a autora aponta que, em um viés da antropologia, a heterossexualidade é considerada uma prática sexual hegemônica que está ligada a outras instituições sociais com a família, a reprodução e a produção e a “divisão sexual do trabalho em torno das relações entre os sexos”. (Ibid., p. 28)

Tencionando uma materialização dessas relações sociais — e relações de poder —, lanço mão das definições de Cortés acerca do espaço (2008, p. 21-22). Para o autor, o espaço não é algo homogêneo, muito menos “apolítico” (Ibid., p. 21). O espaço configura-se como um produto da história” e se dá enquanto um lugar de “reencontro dos aspectos materiais, financeiros, culturas, etc.” (Ibid., p. 21). Cortés assim coloca: “O espaço, mais que uma construção prévia (um lugar), é o resultado de uma atividade, portando possui uma dimensão temporal” (Ibid., p. 21). E este configura-se como algo que não é estático, é, ao mesmo tempo, “criador e criação” de relações dialéticas que permanecem em constante transformações e as quais são, também constantemente, alteradas pelo espaço. (Ibid., p. 22)

Ao citar Lefebvre, Cortés elenca o espaço enquanto conformado por três aspectos se estão inter-relacionados: “prática espacial”, “representação do espaço” e “espaço representacional” — que Lefebvre chama de “triplicidade percebido-concebido-vivido” (LEFEVRE apud CORTÉS, 2008, p. 22). Estes aspectos apenas ganham significado, uma vez que o espaço *per si* não dá as relações sociais, quando estão “relacionados ao corpo humano” (Ibid., p. 22). A interação do corpo, segundo Cortés, “com suas capacidades, movimentos e relações” é que dá meios do espaço adquirir seu pleno significado. Este corpo, então, “produz o espaço, vive o espaço, faz parte desse espaço, situa-se nele e o percebe a sua volta”. (Ibid., p. 22)

Lefebvre, em sua “triplicidade percebido-concebido-vivido” denomina a prática espacial enquanto uma união entre produção, reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais que são próprios de cada “formação social” e que, por meio destes, assegura a sua continuidade em uma “relativa coesão” (LEFEVRE, 2006, pp. 82 e 105). Lefebvre continua dizendo: “Essa coesão implica, no que concerne ao espaço social e à relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço, ao mesmo tempo uma competência certa e uma certa performance” (Ibid., p. 82).

A representação do espaço estaria, por sua vez, ligada às relações de produção, à ordem que estas impõem e, portanto, “ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações ‘frontais’” (Ibid., p. 83). Já os espaços de representação são

compostos por símbolos complexos e se configuram enquanto ligados ao “lado clandestino e subterrâneo da vida social” e à arte (Ibid., p. 84). Lefebvre ainda aponta que: “poder-se-ia definir não como código do espaço, mas código dos espaços de representação”. (Ibid., p. 84)

Ao relacionar o espaço socialmente construído e a Arquitetura, Cortés aponta que as “concepções arquitetônicas mais tradicionais” atribuíram um verdadeiro “sistema imunológico” ao levantamento arquitetônico — ou seja, um levantamento que entende do espaço enquanto uno e que desconsidera aquilo que foge à norma — e que tende ao embasamento de todas as suas “opções” em “pretensos projetos profissionais de caráter técnico (de conteúdo geométrico) e que, assim, evita abordar o espaço enquanto um amplo espectro (CORTÉS, 2008, p. 123). Portanto, o levantamento arquitetônico evita abordar, como o autor coloca, o questão da diferença social, sexual ou relacionada ao gênero ou, para além disso, evita que estes aspectos “anormais” “contaminem a sua prática e teoria”. (Ibid., p. 123)

Para o autor, esta “prática e teoria”, em um primeiro momento, pode parecer apresentar decisões puramente econômicas ou pragmáticas, mas, ao passo que se observa com atenção, revela-se enquanto uma conceituação específica acerca da “natureza dos seres humanos e das relações sociais” (Ibid., p.123). O projeto de arquitetura, ou a a cidade planejada pelas e pelos profissionais da Arquitetura e Urbanismo, está a serviço de um projeto específico poder, e este, por sua vez, se opõe a “cidade praticada pelos indivíduos que a usam no dia-a-dia e que lhe conferem conteúdo com seus atos cotidianos” (Ibid., p.123). Cortés aponta que isso ocorre em virtude de que cada grupo social possui necessidades específicas que perpassam a sua relação como espaço urbano em uma ação de construção de identidade. Estes grupos necessitariam “encontrar espaços e lugares, signos e sinais com os quais se identificar e reforçar a própria identidade”. (Ibid., p. 123)

O espaço projetado da cidade — e faço um paralelo com outros espaços construídos, públicos e privados — ordena e organiza a convivência, que produz “social, sexual e discursivamente” a corporeidade daquelas e daqueles que a utilizam (Ibid., p. 123). Em meio a este processo de ordenação e organização, o espaço “se limita, se hierarquiza, se valoriza [e] se modifica” ao passo que, ao engendrar estes processos, altera a forma como é experimentado e como aquela que é sujeita e aquele que é sujeito a este espaço percebe a outra e o outro. (Ibid., p. 123)

O espaço não é um lugar inerte — ou como coloca Cortés: “[...] o espaço não é um mero cenário no qual ocorrem coisas de vez em quando” (Ibid., p. 123) —, é,

sobretudo, resultado de uma miríade de ações e discursos dos diferentes setores sociais que o compõem e, deste modo, assume um papel central na construção da identidade. (Ibid., p. 123) Cortés, partindo deste entendimento, diz que: “Tanto as pessoas como os espaços têm um gênero, e tanto as relações sociais como as espaciais se engendram mutuamente”. (Ibid., p. 123-124)

Portanto é possível afirmar que esta organização e ordenação — que são, evidentemente, projetos — além de definirem a forma e a estrutura da cidade, estão, por consequência, orientando e “ajudando a organizar” as relações familiares, sexuais e sociais e coproduzindo “o contexto no qual as regras e as expectativas se interiorizam na forma de costumes para assegurar a conformidade social” (Ibid., p. 124). E, do mesmo modo que a tradição arquitetônica, a todo custo, evitava “contaminar” a sua prática com as diferenças sociais, sexuais e de gênero, reprimiu-se a sexualidade do espaço e o conservou “esterilizado” enquanto uma “economia técnica sob o controle do mito da arquitetura de projetos”. (Ibid., p. 124)

O autor vai apontar que o gênero — e, por consequência, a sexualidade — e a Arquitetura estão conectados através de uma “difícil e complexa interdependência”, uma vez que ambos são produzidos culturalmente e em uma época histórica determinada e estão são “suscetíveis de modificação” (CORTÉS, 2008, p.135). No contexto da construção do espaço social, Cortés vai apontar que dentro da sociedade ocidental, que segue a lógica da masculinidade hegemônica, a “cultura de subordinação do feminino” com maior evidência por aquilo que é negado do que aquilo que é dito (Ibid., p. 135). Para ele: “O espaço urbano estabelece — em sua distribuição, utilização, transferência e simbolização — hierarquias e prioridades que favorecem determinados valores e anulam outros” (Ibid., p.135). Portanto o trabalho, as atividades e, sobretudo, as prioridades e necessidades tidas como masculinas são o que organizam, dão forma à casa e a cidade e “se adaptam aos movimentos, tempos e desejos” dessa masculinidade hegemônica e, de modo contrário, omitem as “experiências diferentes ou dissidentes dessa masculinidade”. (Ibid., p. 135)

Dentro dessa lógica, o “homem viril” se “apropria, controla e vigia o entorno urbano” e, como aponta Cortés, trata de dotar o espaço como características “femininas” — como a “passividade” e a docilidade — e encerra e invisibiliza outras possibilidades sexuais e de gênero em uma tentativa de “descorporizar e dessexualizar” o espaço urbano (Ibid., p. 135-136). Mais uma vez, a tentativa da lógica hegemônica é ir em direção ao “uno”, negar as diferenças e dar a entender que “só existe um corpo, uma sexualidade, um gênero: o majoritário, que quer se fazer passar por único” (Ibid., p.136). Dessa forma, como apontar Cortés, a ideologia masculina dominante se reproduz constantemente no espaço (Ibid., p.

136).

Cortés, em determinado momento do seu livro, ao referir-se ao romance *El cuarto de Giovanni*, de James Baldwin — romance entre dois homens e têm como cenário principal um quarto —, aponta que este jogo de poderes da dominação masculina no espaço exerce uma pressão social sobre aquelas e aqueles que fogem dessa norma (Ibid., p. 134). O espaço — não só o da cidade, o “público”, mas também essa fortaleza que acaba tornando-se o espaço “privado”— exerce sobre a mulher, a mulher lésbica, o *gay* — e a travesti, e a transexual e todas as minorias políticas — imputam uma narrativa de que estas e estes não fazem parte daquele espaço e reificam um sentimento de culpa, desvalorização e inferiorização (Ibid., p. 140).



Figura 9 - Muriel, por Laerte. (Fonte: http://murieltotal.zip.net/arch2011-07-31_2011-08-06.html)



Figura 10 - Muriel, por Laerte. (Fonte: http://murieltotal.zip.net/arch2011-08-07_2011-08-13.html)

Para além de um sentimento “internalizado da dominação”, essa pressão social imposta pela hegemonia masculina configura-se como o que Cortés chama de **repressão espacial** (Ibid., p. 134). Dentro deste conjunto maior, a segregação espacial é um dos mecanismos que este “grupo com mais poder” se vale para perpetuar sua vantagem (Ibid., p. 141), mas não é o único dentro destes efeitos de poder inerentes a lógica

hegemônica inculcada no espaço. Todos estes processos enfrentam resistência e partem para o exercício do seu poder por meio da força.

De acordo com Diana Lan, todo exercício de poder que se dá por meio da força sobre as pessoas é uma forma de violência (LAN, 2011, p. 121), e a violência exercida através da repressão espacial, uma vez que se dá pela transferência dos efeitos de poder à outra pessoa, é uma forma de controle que termina por se apropriar da liberdade e, sobretudo, da dignidade daquela e daquele a qual ela é submetida (Ibid., p. 121). Lan vai além e conceitua a violência enquanto uma “ação deliberada que provoca danos físicos ou psicológicos em outras pessoas” e, embora comumente associada à agressão física, também pode ser de ordem psicológica, emocional, verbal, sexual ou política. (Ibid., pp 121-122)

[...] La violencia no es algo natural, sino que es provocada por las relaciones de dominación y subordinación, que casi siempre se da contra la persona que parece más débil o contra la que es vulnerable o se encuentra imposibilitada de defenderse. Los tipos de violencia van desde una ofensa verbal hasta el homicidio y se pueden dar dentro del mismo ámbito cotidiano²³. (Ibid., p. 122)

Por fim, torna-se evidente que o projeto de Arquitetura e Urbanismo que seguem o que Cortés chama de “concepções arquitetônicas mais tradicionais” — hegemônico, de aspiração Modernista e, infelizmente, a com atuação mais expressiva no mundo ocidental —, contribui para a perpetuação de relações de poder e violências específicas. Este trabalho monográfico, portanto, busca perceber o espaço dos banheiros de uso coletivo através das experiências dos corpos das *Drag Queens* e dos *Drag Kings*, evidenciando parte do feixe de relações de poder que, por meio da atividade projetiva destes espaços, são imputados naquela e naquele que o utilizam. Através destes conceitos fundamentais se estabelece uma discussão melhor embasada e, sobretudo, munida de princípios de análise que possam construir uma narrativa coerente acerca das relações de poder e dos processos violentos que recaem sobre mulheres, mulheres lésbicas, gays, travestis, transexuais e demais sexualidades e identidades dissidentes que utilizem o espaço dos sanitários, vestiários, banheiros família e banheiros unissex.

Os banheiros de uso coletivo enquanto um espaço que está dentro de uma

²³ “[...] A violência não é algo natural, mas é provocada pelas relações de dominação e subordinação, que quase sempre se dá contra a pessoa que parece mais débil ou contra a que é mais vulnerável ou que se encontra impossibilitada de se defender. Os tipos de violência vão desde uma ofensa verbal até o homicídio, e podem se dar dentro do mesmo âmbito cotidiano. “ (LAN, 2011, p. 122, tradução minha)

faixa muito peculiar que transita entre o público, o privado e o íntimo, está subjugado à lógica de organização e concepção espacial da dominação masculina. Ao relatar a os conflitos enfrentados pelas travestis dentro do espaço escolar, em *A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade*, Silva aponta que os de maior intensidade ocorriam dentro dos banheiros (SILVA, 2008, p. 13). Segundo a autora, a “rígida organização física” que separava estes entre masculino e feminino marcou a existência destas pessoas que, cotidianamente, já enfrentam e resistem ante a heteronormatividade e a ordem instituída. (Ibid., p. 13)

Com uma pretensão de asseio pessoal, o espaço do banheiro de uso coletivo não limita outros empregos a este ambiente. Uma vez que faz parte do *habitat*, os banheiros de uso coletivo são suportes de diversas relações humanas. Segundo Silva, o banheiro é “parte fundamental da reprodução de corpos generificados” e aparecem enquanto “espaços privilegiados para marcar de forma definitiva as fronteiras entre feminino e masculino” (Ibid., p. 13). Não só enquanto cisão entre os sexos e identidades de gênero — que, na disposição binária obtusa dos sanitários enquanto masculino e feminino, só admite duas únicas possibilidades —, o espaço do banheiro é catalisador de processos violentos.



Figura 11 - Muriel, por Laerte. (Fonte: http://murieltotal.zip.net/arch2012-02-05_2012-02-11.html)

Segundo Silva, o sofrimento causado por esta limitação dos banheiros é, também, recorrente nas falas das travestis (Ibid, pp. 13-14). Não fazer parte desta norma, tal qual Cortés aponta, reverbera em sentimentos de sentimento de culpa, desvalorização e inferiorização (CORTÉS, 2008, p. 140). Através do primoroso trabalho de Joseli Maria Silva, as travestis evidenciam que a sua limitação em “incorporar a ordem” espacial que lhes é imposta resulta em efeitos de poder que vão desde um “mal-estar, até a exclusão e a violência” (SILVA, 2008, p. 13). O relato de *Linda*, uma das travestis entrevistadas por Silva, diz o seguinte:

Eu nunca fui nos banheiros da escola. Eu não fazia xixi a aula inteira, ficava me segurando. Eu nem sei como era o banheiro dessa escola porque eu tinha medo, porque eu sabia: ou eu vou apanhar, ou os meninos vão querer me fazer alguma coisa. Eles me assediavam. Era essa a relação com os meninos, ou eles me batiam, ou me cantavam. Ou queriam se aproveitar, ou me bater. (Linda) (Ibid., p.14)

Gomes aponta que “[...] os banheiros são representações de valores culturais, e sua presença física e arranjos espaciais constroem as condições para que esses valores possam ser vividos” (GOMES, 2005, p. 47). Portanto, do mesmo modo que o espaço da cidade, o banheiro de uso coletivo ordena e organiza a convivência ou, nos termos de Foucault, coloca-se como um “espaço arquitetural organizado” (CORTÉS, 2008, p. 123; CANDIOTTO, 2012, p.20).

A prática projetiva destes espaços — e, portanto, a Arquitetura — estão intimamente relacionadas aos processos violentos que se dão nos banheiros de uso coletivo. Enquanto traçado que (re-)produz repressões espaciais e pressões sociais, cabe à profissional e/ou ao profissional de arquitetura — e o ensino — propor um **outro diseño** dos sanitários, dos vestiários, dos “banheiros família”, dos banheiros unissex etc. Gomes (2005, p. 47) assim coloca, ao propor uma “Geografia dos banheiros”:

Assim, entender a forma e o lugar (nos dois sentidos da palavra) dos banheiros é entendê-los como parte de um processo cultural e histórico. Vê-los em sua espacialidade é tirar da localização e suas associações significados explicativos e (por que não?) uma Geografia [e uma Arquitetura!]. (Ibid., p. 47, interpolação minha)

Para o filósofo francês Georges Bataille, a arquitetura “é a expressão do próprio ser das sociedades” (BATAILLE, 1929, apud CORTÉS, 2008, p.40). Cortés, abordando a fala Bataille, aponta que as composições arquitetônicas manifestam o conjunto de ordens e proibição da autoridade. A Arquitetura desempenharia, portanto, “um papel fundamental na formação do sujeito”, na reiteração do discurso do “uno” e da “unicidade”. (Ibid., p. 40)



Fotografia 1 - As *Drag Queens* Magenta Canterlot, Yala e Luna Blue no sanitário masculino do “Geni” Old Bar em Foz do Iguaçu. (Fonte: própria)

Devemos, portanto, propor uma Arquitetura que entenda este espaço enquanto uma construção, que perceba a parcialidade do traçado arquitetônico enquanto (re-)produtor de relações de poder, modelos sociais de comportamento e práticas reguladoras de coerência de gênero. Esta proposta converge a um **outro** banheiro de uso coletivo, a uma outra concepção, e representação, do espaço enquanto admitindo “muitos mundos”, que fomente, não solape, a diversidade social, sexual e de gênero.

3 ELA DISFARÇA BEM DEMAIS: *SHADOWING*, PRÁTICAS MÓVEIS E EXPERIÊNCIAS

Pra quê dissimular?
 Se ela me segue aonde quer que eu vá?
 Melhor encarar
 E aprender com ela a caminhar
 Não vou mais negar
 Por todo caminho, minha sombra está

Eu quero saber me querer
 Com toda a beleza e abominação
 Que há em mim

[...]

Eu quero saber me querer
 Com toda a beleza e abominação
 Que há em mim
 Eu quero saber me querer
 Com toda a beleza e abominação
 Que há em mim
 Que há em mim
 Que há em mim.²⁴ **Pitty**

O método do *shadowing* como apresentado por Paola Jirón (2012), coloca-se como uma metodologia híbrida e interdisciplinar que busca, a partir de um olhar fenomenológico, entender as experiências (Ibid., p. 1). Em *Transformando-me en la "Sombra"*, a autora apresenta a metodologia enquanto viés possível para entender a experiência da mobilidade em Santiago, no Chile. Para Jirón, acompanhar as viajantes ou os viajantes e seus deslocamento e a suas ocupações diárias por um período de tempo, através de um método reflexivo e intersubjetivo, torna-se necessário quando se propõe entender a experiência de “estar no mundo” inerente ao estar em movimento. (Ibid., p. 1)

Tornar-se sombra, na tentativa de compreender a dimensão fenomenológica do que se estuda, perpassa o entendimento de que as experiências nunca podem ser apreendidas em sua totalidade pela investigadora e pelo investigador (Ibid., p. 1); uma vez que a experiência, quer a de movimentar-se pela cidade, quer, por extensão do uso da metodologia, a de movimentar-se pelos banheiros de uso coletivo, “sempre será parcial, incompleta, em curso e em transformação”. (Ibid., p. 1)

Para se embrenhar nas experiências se faz necessário, portanto, a

²⁴ Ver LEONE, Priscilla Novaes (Pitty). A Sombra. In: **Chiaroscuro**. Rio de Janeiro: Deck-disc/Polysom, 2009. 1 CD. Faixa 10.

utilização de um método que perpassa processos reflexivos onde a investigadora ou o investigador está constantemente buscando entender sua própria posição. Assim sendo, o método constantemente se reavalia e se transforma ao passo que “revela” as experiências; A investigadora ou o investigador aceita a sua própria posição, sua própria subjetividade, e suas experiências como parte do entendimento da dimensão fenomenológica da Outra e do Outro (Ibid., pp. 1-2).

Así, este ‘seguimiento’ de las prácticas de movilidad, en cuanto empresa reflexiva, implica no sólo reconocer rutinas, sino también entrar en prácticas, diálogo e interacción en un compromiso constante con la personas de cuyas vidas forman parte. A lo largo de esto, la posición del investigador y los métodos de investigación necesitan ser adaptados reflexivamente. (Ibid., p. 2)²⁵

Paola Jirón, em sua construção do método, faz um apanhado de diferentes movimentos de investigações das ciências sociais, nomeadamente as ciências sociais aplicadas e a Geografia, que partem de um “giro em direção à mobilidade” (Ibid., pp. 1-3). Estes métodos móveis, como a autora denomina, buscam melhor capturar as formas que se dão as práticas de mobilidade e sua influência nos ambientes urbanos (Ibid., p. 3). Para Jirón, estes métodos devem, sobretudo, abordar como a vida se entrelaçam com as práticas de mobilidade, como estas experiências afetam a vida em conjunto e como as “práticas espaciais são incorporadas no espaço e vice-e-versa”. (Ibid., p. 12)

Observando de cerca las experiencias, las ideas de fijación, permanencia y dualidad presentes en la mayoría de los análisis urbanos son cuestionadas, y las experiencias móviles emergen como procesos fluidos y multi-escalares en su complejidad localizada. (Ibid., p. 2)²⁶

Esta observação agrega, em sua profundidade, não só as dimensões espaciais, mas, também, as dimensões temporais que compõem o espaço. Ao abordar a geografia do tempo, Jirón, citando Pred (1996) e Hagerstrand (1970), aponta que um estudo de populações agregadas mascararia a “verdadeira natureza dos padrões humanos de movimento” (JIRÓN, 2012, pp. 3-4). A compreensão, antes de mais nada, deve se dar

²⁵ “Assim, este ‘acompanhamento’ das práticas móveis, enquanto empenho reflexivo, implica não só em reconhecer rotinas, mas também entrar em práticas, diálogos e interações em um compromisso constante com as pessoas cujas vidas fazem parte. Ao longo disto, a posição do investigador e dos métodos de investigação necessitam ser adaptados reflexivamente”. (JIRÓN, 2012, p. 2, tradução minha)

²⁶ “Observando de perto as experiências, as ideias de fixação, permanência e dualidade presentes na maior parte das análises urbanas são questionadas, e as experiências móveis emergem como processos fluidos e multiescalares em sua complexidade localizada.”. (JIRÓN, 2012, p. 2, tradução minha)

através de “comportamentos espaciais desagregados” (Hagerstrand, 1970, apud. JIRÓN, 2012, p. 3); isso é, apesar da premissa de que espaço e tempo seriam universais e estariam inseparavelmente vinculados, a dimensão temporal “não se experimenta, valora ou se encontra disponível da mesma forma para todos, portanto esta se encontra também espacializada”. (JARVIS Et. al., 2001, apud. JIRÓN, 2012, pp. 4)

A movimentação e as experiências móveis acontecem, portanto, em um ambiente espaço-temporal. Jirón aponta que, em uma tentativa de ilustrar estes trajetos simultâneos por dimensões espaciais e temporais específicas, desenvolveram-se o mapeamentos espaço-temporal. A produção “tradicional” dos mapas espaço-temporais, entretanto, é criticada pela sua ênfase na objetificação das sujeitas e dos sujeitos, por ser “demasiado físico, mecanicista e um expoente da engenharia social” (LENNTORP, 1999, p. 156, apud. JIRÓN, 2012, p. 4), por tratar indivíduos enquanto independentes dos ambientes sociais cotidianos e prestar “escassa atenção ao caráter transformativo essencial de todas as ações humana”. (GIDDENS, 1985, apud. JIRÓN, 2012, p. 4)

La dimensión espacio-temporal de las prácticas fue incorporada a través de mapas espacio-temporales, para los cuales se registró el tiempo y la locación, los cuales eran después georreferenciados en los mapas. Los mapas fueron usados de un modo cualitativo, para proveer una expresión clara del uso espacial de la ciudad.” (Ibid., p. 8)²⁷

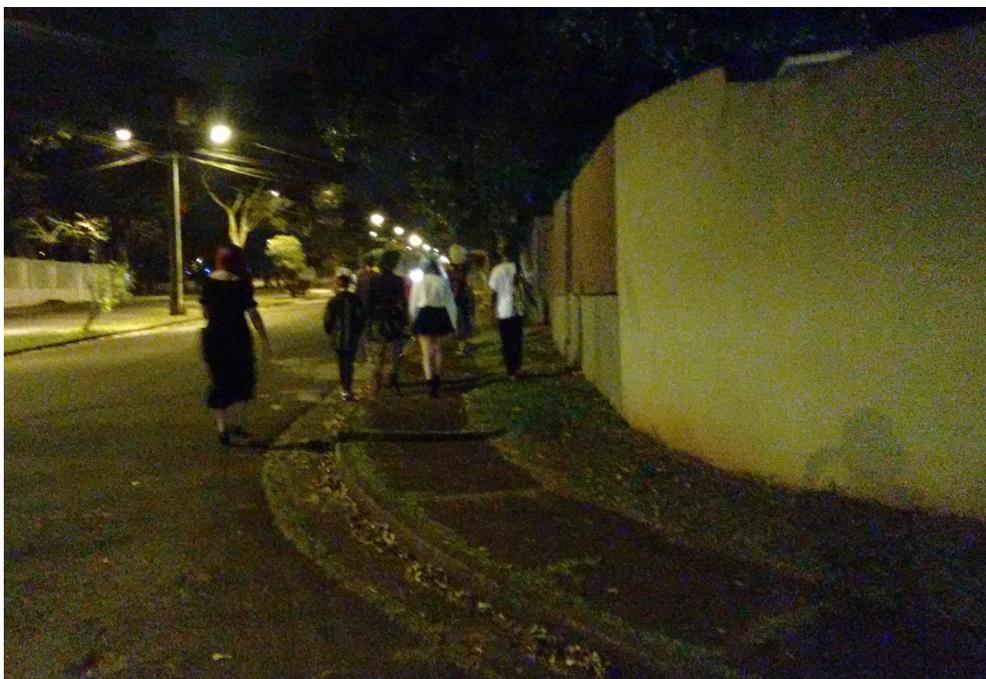
A ferramenta dos mapas espaço-temporais, em um movimento que busca agrega-las ao método do acompanhamento, passa por ponderações da autora. Para Jirón, os mapas espaço-temporais devem dispor de outras aproximações, as quais permitam descobrir “as relações de poder, significados, incorporações e consequências da experiência *in situ*” (Ibid., p. 4). Estas aproximações, seguindo o exemplo dado por Paola Jirón acerca do trabalho de Alan Latham, podem lançar mão de processos participativos de elaboração e discussão, onde transpareçam relações que, em um primeiro momento, ficariam ocultas a um mapa que fala apenas sobre a Outra e o Outro. (Ibid., p. 5)

Un ejemplo más sofisticado de esto es el trabajo de Alan Latham, quien utiliza el mapeo espacio-temporal de una manera participativa, a través de un método de diarios de fotos y entrevistas, solicitando a las personas escribir diarios y fotografiar sus experiencias cotidianas, así como los

²⁷ “A dimensão espaço-temporal das práticas foi incorporada através de mapas espaço-temporais, para os quais foram registrados o tempo e a localização, os quais eram, depois, georeferenciados nos mapas. Os mapas foram usados de um modo qualitativo para prover uma clara expressão do uso espacial da cidade.” (JIRÓN, 2012, p. 8, tradução minha)

lugares y eventos interesantes y significativos de la semana. (Ibid., p. 5)²⁸

Partindo da intersubjetividade, Jirón aponta que uma aproximação etnográfica seria a mais adequada para o método. A possibilidade de embrenhar-se na observação e na produção do estudo resultaria em uma “descrição em profundidade da prática através do trabalho de campo” (Ibid., p. 2). Uma etnografia das experiências móveis percorreria, portanto, a participação e o acompanhamento da vida da Outra e do Outro, observando, escutando, perguntando, trocando informações e recolhendo dados que deem corpo aos temas que constroem o foco da investigação (HAMMERSLEY Y ATKINSON, 1995, p. 21 apud. JIRÓN, 2012, p. 5)



Fotografia 2 – O grupo de *Drag Queens* e *Drag Kings* andando pelo bairro “Vila Drag”. (Fonte: própria)

Embrenhar-se nas experiências móveis, entendendo a aproximação etnográfica enquanto multilocalizada, perfaz um entendimento da investigação não enquanto encerrada em um só lugar, mas sim experienciada em uma miríade de espaços interconectados, onde as relações entre estes são tão ou mais importantes que as próprias relações dentro deles (Ibid., pp. 5-6). Partindo destas interconexões — e do aspecto

²⁸ “Um exemplo mais sofisticado disto é o trabalho de Alan Latham, o qual utiliza o mapeamento espaço-temporal de uma maneira participativa, através de métodos de diários fotográficos e entrevista, solicitando às pessoas que escrevam diários e fotografem suas experiências cotidianas, assim como os lugares e eventos interessantes e significativos da semana”. (JIRÓN, 2012, p. 5, tradução minha.)

espaço-temporal da cidade, do bar, da boate e do sanitário — o acompanhamento, como aponta Paola Jirón, permite que se compartilhe e se proponha colaborativamente uma reflexão acerca das próprias experiência em movimento **com** a Outra e o Outro (Ibid., p. 6).

Mover-se junto das *Drag Queens*, acompanhando-as como uma sombra, individualmente ou em grupo, em suas atividades, estando atento às formas como se organizam e experimentam o trajeto e os espaços, discutindo, compartilhando e propondo a reflexão colaborativa tanto do método quanto das práticas ali observadas permite capturar importante aspectos das experiências móveis dos seus corpos, quer no espaço urbano, no espaço do bar, da boate ou dos banheiros de uso coletivo.

O processo, o método de acompanhamento, enquanto buscando apreender as experiências móveis “é sempre incompleto, em processo, em transformação, e sua compreensão será sempre parcial” (Ibid., p. 11). Paola Jirón deixa evidente que, tratando-se de uma aproximação metodológica como qualquer outra, a imagem do todo nunca se revela completamente (Ibid., pp. 11-12). Perceber o método a partir de uma constante construção, enquanto parcial, é também perceber a situação analisada enquanto uma construção e, sobretudo, entender que a imagem completa das práticas não se revela e, como a autora coloca, “tão pouco é a intenção”. (Ibid., p. 12)

3.1 ESTUDO DE CASO A PARTIR DOS MÉTODOS MÓVEIS

Deixe-me ir
Preciso andar
Vou por aí, a procurar
Rir pra não chorar

Quero assistir ao sol nascer
Ver as águas dos rios correr
Ouvir os pássaros cantar
Eu quero nascer
Quero viver

[...]

Se alguém por mim perguntar
Diga que eu só vou voltar
Depois que me encontrar

[...]

Deixe-me ir
Preciso andar
Vou por aí, a procurar

O estudo de caso, enquanto uma etnografia multilocalizada, se deu através da utilização de métodos móveis. Com base no acompanhamento proposto por Paola Jirón, apresentado no subcapítulo anterior, o método teve como foco as práticas de mobilidade dos corpos nos espaços dos banheiros de uso coletivo, buscando evidenciar as relações de poder inerentes a estes espaços.

Construído a partir da minha vivência como *Drag Queen* em Foz do Iguaçu, o estudo abrangeu a atuação de companheiras e companheiros de cena e minha própria atuação em bares e casas noturnas da cidade. A pesquisa aconteceu através do registro e da discussão dos acontecimentos em alguns eventos onde as *Drag Queens* e *Drag Kings*, de alguma forma, participaram.

Dada a certa escassez de festas e eventos drags — isso é, apresentações, performances, contratações de transformistas como *hostess* e *host* de eventos sociais, etc. — no período do ano em que se deu o estudo de caso, a maior parte das oportunidades dos acompanhamentos aconteceram em situações onde acordamos e/ou organizamos nossa participação. É importante salientar, entretanto, o cuidado que tivemos em programar os acompanhamentos a partir de eventos realizados que fossem, de certa forma, aleatoriamente pulverizados no tecido urbano; na medida do possível, os eventos foram escolhidos dentro de uma série de possibilidades que permitissem a decupagem das experiências dos corpos das artistas e dos artistas nos banheiros de uso coletivo em bares e boates da cidade.

Enquanto método a ser utilizado no estudo, a organização das atividades de pesquisa aconteceu junto da co-orientadora e do orientador. Através de suas asserções e suas orientações, e tendo como base o trabalho de Paola Jirón (2012), estabeleci quais elementos deveriam compor os registros e qual a abordagem a ser tomada ao longo do estudo. Logo na primeira tentativa uma série destes elementos se mostraram pouco úteis e, em meio a própria prática, alteraram-se — buscando, cada vez mais, melhorar a representação das experiências do grupo.

Ao longo do estudo, entre as conversas com a co-orientadora e o orientador, o método caminhou para uma abordagem da atividade de registro flexibilizada, mas que permitissem evidenciar as práticas móveis, as experiências e, por conseguinte, as

²⁹ Ver OLIVEIRA, Angenor de (Cartola). Preciso me encontrar. In: **Cartola**. [?]: Discos Marcus Pereira, 1976. LP/1976. Faixa 5.

relações de poder entre os diferentes corpos.

Deixando de lado um rígido *script* — acompanhar o grupo de uma distância específica, anotar os acontecimentos, tirar fotos, repetir... —, os acompanhamentos foram sendo construídos coletivamente. As estratégias de registro alteraram-se conforme o tamanho do grupo e a forma do espaço; ora eu registrava em texto, ora registrava em texto e em fotografias, ora participantes tiravam fotos com seus próprios aparelhos e assim por diante.

Os debates, as análises dos acontecimentos aconteciam e seus registros aconteciam durante e depois dos acompanhamentos. O próprio trajeto era percebido — e registrado — de maneiras distintas; ora acompanhava as artistas e os artistas, ora o grupo todo se descolava junto, ora parte do grupo percebia espaços diferentes e trazia registros simultâneos. A experiência acontecia em dimensões espaciais e temporais distintas, o método tratava, portanto, de se adequar à essas experiências também distintas.

É possível apontar, assim, que uma linha geral foi estabelecida: perceber-se o corpo no espaço, os acontecimentos, as inter-relações e registram-se as experiências da forma que melhor retratar a situação; seja com maior precisão, de maneira mais fidedigna ou, predominantemente, de modo a preservar a segurança do grupo. Com os registros do *shadowing* — ou dos acompanhamentos — em mãos, parte-se para a análise, representação e demais atividades de desdobramento das informações observadas.

Em uma tentativa de apreender as dimensões espaciais-temporais das práticas e das experiências, elaboraram-se mapas espaço-temporais; mapas estes que relatem as experiências do grupo em cada um dos acompanhamentos, revelando os incidentes, mas não a localização destes espaços. Os mapas espaço-temporais servem de suporte, portanto, para uma representação sintética das práticas móveis, das experiências individuais, do trajeto dos corpos e de questões sutis que surgem da tentativa de desvelar as relações de poder inerente aos espaços dos sanitários dos bares e casas noturnas percorridos.

Por fim, entendendo o estudo enquanto uma etnografia multilocalizada, busquei representar — para além dos produtos fruto do método de acompanhamento, como os mapas espaço-temporais e as análises textuais — o relato da experiência de ser uma artista ou um artista que questiona a normatização dos corpos, de *Drag Queens*, *Drag Kings* e transformistas que se sentissem à vontade de compartilhar suas experiências e suas práticas de mobilidade dentro do espaço dos banheiros de uso coletivo, perpassando, evidentemente, as práticas e experiências do trajeto e dos seus corpos dentro dos bares e casas noturnas de Foz do Iguaçu. Estas representações partiriam da construção coletiva

de sínteses visuais dos relatos, buscando propor uma outra representação do próprio espaço.

Enquanto produto final, este trabalho constrói um apanhado teórico e conceitual das questões de gênero que se desvelam ao analisar o espaço dos banheiros de uso coletivo através do acompanhamento dos corpos das *Drag Queens* e dos *Drag Kings*. A partir do estudo de campo, sínteses visuais na forma de *collages*, construídas coletivamente, dão forma a uma outra representação das práticas e das experiências dos corpos dissidentes dentro do próprio espaço construído. Lançando mão de todo o material produzido, o estudo de caso dá subsídio à uma crítica ao traçado arquitetônico dos banheiros de uso coletivo, perpassando a representação destes espaços, e a uma proposta ou um caminho possível a se (re)pensar o projeto arquitetônico de sanitários, vestiários, banheiros família e banheiros unissex.

3.2 RELATOS E RESULTADOS ETNOGRÁFICOS

Não quero lhe falar meu grande amor
Das coisas que aprendi nos discos

Quero lhe contar como eu vivi
E tudo o que aconteceu comigo
Viver é melhor que sonhar
Eu sei que o amor é uma coisa boa
Mas também sei que qualquer canto
É menor do que a vida
De qualquer pessoa

Por isso cuidado meu bem
Há perigo na esquina
Eles venceram
E o sinal está fechado prá nós
Que somos jovens

Para abraçar seu irmão
E beijar sua menina na rua
É que se fez o seu braço
O seu lábio e a sua voz

[...]

Minha dor é perceber
Que apesar de termos feito tudo, tudo
Tudo o que fizemos
Nós ainda somos os mesmos [...]
E vivemos como os nossos pais.³⁰ **Elis Regina**

³⁰ Ver COSTA, Elis Regina Carval (Elis Regina). Como nossos pais. In: **Falso Brillhante**. [?]: Phonogram, 1976. CD (relançamento). Faixa 1.

Partindo da proposta de um estudo de caso voltado a um trabalho etnográfico, a aproximação com o grupo foi imprescindível. Composto por *Drag Queens* e *Drag Kings* que já faziam parte do meu convívio enquanto transformista, o grupo foi formado a partir de convites informais acompanhados de uma breve explicação sobre a questão a ser debatida pelo trabalho e sobre como seria o acompanhamento. O grupo demonstrou pronto interesse em participar; no mesmo dia já organizamos quais seriam os primeiros eventos onde eu acompanharia as artistas e os artistas.

Tal como as ferramentas da metodologia alteraram-se ao longo do estudo de caso, o próprio grupo passou por mudanças. Ao longo dos diferentes acompanhamentos o grupo teve a participação de diferentes *Drag Queens* e *Drag Kings*, demonstrando uma alteração na quantidade de participantes disponíveis — diminuindo a cada um dos acompanhamentos —, e passou a tomar uma postura de resguardo muito maior.

Os acompanhamentos aconteceram nos dias 19 de agosto, 01 de setembro e 17 de outubro de 2018. As idas a campo do estudo de caso aconteceram às vésperas o início da campanha eleitoral, do primeiro e do segundo turno das eleições. Ao passo que o cenário político se tornava cada vez mais agressivo, onde os discursos de ódio às minorias políticas ganhavam cada vez mais força, o grupo ponderava sobre as questões mais minuciosas acerca da sua exposição e a sua segurança.



Fotografia 3 – “ELE NÃO X ELE SIM”, por Rodrigo Zaim. (Fonte: <https://www.instagram.com/rodrigozaim>)

Alguns dias após o terceiro encontro, depois de um esvaziamento das participantes e dos participantes, todo o grupo decidiu por encerrar os acompanhamentos e dar início às atividades de decupagem das informações — e, mais tarde, a produção das *collages*. O método mais uma vez alterava-se, agora motivado pelas dezenas de notícias de espancamentos e assassinatos de pessoas LGBTI+³¹, negras e negros e outras opositoras e outros opositores ao discurso fascista que ecoava pelo país.

Em maior ou menor número, durante os acompanhamentos o grupo percorreu de maneiras diferentes os espaços — a rua, o bar ou o sanitário. No encontro do dia 19 de agosto, onde percorremos um longo trajeto pelas ruas de um antigo bairro operário da cidade, fizemos o trajeto todas juntas e todo juntos. Ao percorrer as ruas percebemos diversos olhares, carros que diminuía a velocidade para observar o que estava acontecendo e, por vezes, risos.

Estando montado — isso é: maquiado e vestido como uma *Drag Queen* —, afastar-se do grupo para observar logo mostrou-se arriscado. Ao passo que estar junto do grupo perceberia os acontecimentos de maneira parcial, estar distante significava passar pelos mesmo processos violentos, sozinho e estando muito mais vulnerável. Fotografei algumas vezes o grupo caminhado à frente e decidi por me juntar a elas e a eles.

Ao chegar nos locais dos eventos — ou no caso dos dois outros encontros onde não percorremos a rua em grupo, mas sim individualmente e em meios de locomoção distintos — nos separávamos em grupos menores para executar as atividades que ali necessitávamos desempenhar. Ora um pequeno grupo de duas ou mais pessoas se dirigia até o caixa, ora até o palco, ora até o bar, ora até os sanitários, e assim percebiam e experimentavam o espaço de maneiras diferentes, ao mesmo tempo e possibilitando, sobretudo, observar o que o próprio pequeno grupo que se deslocava e não conseguia apreender determinados aspectos do espaço.

A dinâmica do grupo, que mudava de configuração nos encontros isolados e mudou ao longo do estudo como um todo, possibilitou perceber o espaço de maneiras muito interessantes, desvelando questões que certamente passariam despercebidas em uma configuração engessada do trabalho etnográfico.

Perceber o espaço — desde os banheiros de uso coletivo, os bares, as ruas, a cidade — a partir das muitas configurações do grupo tornou clara a sobreposição de camadas que compõem entorno social; com suas múltiplas representações conflitantes, modelos sociais de comportamento e relações de poder e práticas hegemônicas que são

³¹ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais e outras identidades de gênero e sexualidades dissidentes.

(re)estabelecidas ou subvertidas, questionadas e/ou neutralizadas.³²



Fotografia 4 – O grupo no salão do “Djamila Lanches”. (Fonte: própria)

Buscando compreender estas representações — tomando especial atenção à normalização de corpos, sexualidades e identidades de gênero —, o grupo confrontou, sinalizou e então relatou as experiências e as suas percepções acerca das inter-relações que tinham como palco os espaços percorridos. Estas experiências, observadas por mim e/ou relatadas pelo grupo, eram registradas, agrupadas, discutidas e então sintetizadas nos mapas espaço-temporais ou nos demais suportes que davam voz aos seus relatos e às suas experiências.

Ao passo que as experiências e as impressões eram registradas, era possível perceber padrões, estabelecer relações e entender um pouco mais acerca da própria espacialização das mesmas — o que possibilitou, ao longo da decupagem das informações, a elaboração de tipias que representassem os acontecimentos (CAÚLA E SILVA, 2008;2010). Cada um dos encontros se deu em áreas distintas da cidade, e estas áreas, cada uma com sua particularidade, trouxeram diferentes facetas dos conflitos e processos violentos relacionados ao gênero — ou ao questionamento das suas amarras.

O primeiro encontro aconteceu em um dos antigos bairros operários da cidade. Era evidente que a maior parte, se não a totalidade, das pessoas que encontravam o grupo pelas ruas e bares eram famílias nucleares, casais heterossexuais ou homens cisgênero. Os demais encontros aconteceram em dois pontos diferentes que são, embora

³² Ver VALVERDE, R.R.H.F. Sobre espaço público e heterotopia. *Geosul*, Florianópolis, v. 24, n. 48, p 7-26, jul./dez. 2009

em posição distintas dentro do centro da cidade, consideradas áreas boêmias de Foz do Iguaçu; com densidades e públicos diferentes, mas que já abrigaram e ainda abrigam festas LGBTI+ ou apresentações artísticas e musicais que fujam do corriqueiro; Nestes locais o público era mais diverso, fato este que não necessariamente levou a experiências menos problemáticas.

A cidade como um todo é pouco habituada ao convívio com transformistas e artistas transvestigêneres³³, onde estas e estes são limitados às apresentações noturnas em teatros e casas culturais, uma ou outra boate voltada ao público LGBTI+ ou, em esparsos movimentos de resistência, em restaurantes e em praça pública. O estranhamento é evidente — e recorrente —, mas as formas como este estranhamento dos corpos dissidentes e as relações estabelecidas nos espaços se demonstraram distintas.

Quanto mais o grupo se destacasse do meio, maior era o estranhamento. A sobreposição de camadas do entorno social ligadas à tradição, ao conservadorismo, às normas sociais e à uma concepção nuclear de família intensificava a forma como era espacializada e a personificada a aversão à diferença. O estranhamento pode ser tratado de distintas maneiras, entretanto a ausência do diverso — ou o excesso do “mesmo”, do homogêneo, do sentimento de “pertencer à normalidade” — fazia saltar aos olhos a incapacidade de conviver com aquilo que era diferente.

Os encontros foram permeados, portanto, de uma dimensão que precedia a violência: ‘Quanto espaço a aversão à diferença pode ganhar aqui?’, me perguntava. Neste ponto, a rua durante a noite, e os banheiros de uso coletivo — em relação aos processos violentos — pareciam cada vez mais próximos. A coletividade, no início do estudo de caso, parecia ser um ponto seguro que aumentava e diminuía este sentimento de segurança. Mesmo que as pessoas estivessem rindo e fazendo piada, o estavam fazendo na frente de todos, e isso era infinitamente mais seguro do que estar sozinha ou sozinho, quer na rua, quer no sanitário.

Contextualizadas estas dimensões, os mapas espaço-temporais podem, assim, ser apresentados. Os acompanhamentos por eles representados aconteceram em pontos distintos do tecido urbano, cada um com suas sobreposições de camadas, e com trajetos diferentes. Os três mapas espaço-temporais trazem, portanto, o trajeto percorrido por cada um dos corpos, de maneiras distintas, desde o deslocamento do espaço onde estavam na iminência de chegar aos bares e boates acompanhados até a continuidade dos seus trajetos.

³³ Termo criado pela militante trans (transvestigênera) Indianara Siqueira que se refere a qualquer corpo que fuja dos padrões cisheteronormativos.

Estes diferentes aspectos do trajeto possibilitaram perceber as práticas móveis e as experiências das *Drag Queens* ou dos *Drag Kings* nestes espaços — nomeadamente a rua, o bar, o sanitário. Com estas informações decupadas em representações espaço-temporais, para cada encontro, podemos o acompanhar e, de alguma forma, nos embrenharmos nas camadas e relações de poder desveladas através dos métodos móveis.

Os mapas espaço-temporais aqui apresentados, enquanto uma provocação à prática projetiva, também se colocam como resistência. Lançando mão da abordagem de Miguel de Cortés sobre os mapas “Para se perder, não para se orientar” (BELCOVE, 2009) de Guillermo Kuitca, as representações gráficas das experiências das *Drag Queens* em forma de mapas espaço-temporais “traem sua função principal e se transformam em espaços de narrativa simbólica e em cartografias para a imaginação”. (CORTÉS, 2008, p. 128)

Inspirados nos mapeamentos de produções audiovisuais, como os do concurso da Fast Company³⁴ para mapas/infográficos do filme *A Origem*³⁵ e o trabalho de Randall Munroe³⁶, os mapas produzidos abordam as dimensões espaciais e temporais de maneiras distintas. Tal qual os mapas do enredo das produções audiovisuais, as experiências, os entrecruzamentos e os acontecimentos ao longo do trajeto das *Drag Queens* e *Drag Queens* ganham protagonismo em detrimento do trajeto em si.

Pouco importa a exatidão de quantos metros o grupo percorreu do ponto A ao ponto B — muito menos qual a real localização destes pontos dentro do mapa físico de Foz do Iguaçu —, o real foco dos mapas espaço-temporais é o que os corpos do grupo têm a dizer sobre o trajeto, sobre os espaços e sobre as violências por estes enfrentados. Tal qual os mapas do artista argentino Guillermo Kuitca, este deslocamento produziria:

[m]apas que partem da reconfiguração dos espaços privados, que se deslocam temporalmente do passado para o presente, que carregam as próprias origens às costas e se desdobram como símbolos para mostrar seus tesouros e dores, sua perplexidade e estranhamento, um lugar no qual estão, mas onde se sentem desterrados ou exilados. (CORTÉS, 2008, p. 129)

³⁴ Ver Anexo 1 – Referências de mapas espaço temporais.

³⁵ Ver *A ORIGEM* (Inception). Direção: Christopher Nolan. Produção: Chris Brigham; Christopher Nolan; Emma Thomas; Jordan Goldberg; Kanjiro Sakura; Thomas Hayslip; Zakaria Alaoui. EUA/RU: Warner Bros, 2010, [múltiplos formatos].

³⁶ Ver MUNROE, Randall. **Movie Narrative Charts**. Quadrinho n. 657, 2 nov. 2009. Disponível em: <<https://xkcd.com/657/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Ao longo da produção dos mapas espaço-temporais se fez necessário a elaboração de simbologias que representassem as experiências e os acontecimentos. Para tanto, junto do grupo e em uma produção coletiva, propusemos uma série de representações visuais que remetesse aos eventos. Mais tarde estes ícones demonstraram-se, na verdade, tipias (CAÚLA E SILVA, 2008;2010).

As aglutinações de significados, elencados pelo grupo, em ícones específicos gerou um quadro, ou uma legenda, a ser usada para representar todos uma repetição de experiências, de acontecimentos, de práticas ao longo dos mapas — e, mais tarde, do ensaio visual crítico. Este quadro, depois de conversas com a co-orientadora e orientador, ganhou o nome de “mapa das violências” — figura 12.

O quadro de tipias e, por sua vez, a seção de acontecimentos da legenda dos mapas espaço-temporais estão divididos entre olhares, discursos/falas, violências físicas e interdições/contenções. As tipias representam, em seu todo, processos violentos de ordem psicológica, emocional, verbal, sexual e política. Os acontecimentos permeiam a exclusão, o rechaço, a humilhação e o assédio e foram, em sua totalidade, elencados em uma produção coletiva. Dito isso, o quadro, ou o “mapa das violências”, se apresenta da seguinte forma:

Mapa das violências	
Ícone	Acontecimento
	Desvio de olhar: expressão facial ligada aos olhos que denota desconfiança, insegurança,
	Olhar de curiosidade: expressão facial ligada aos olhos que denota dúvida, curiosidade, confusão, perplexidade, desconfiança, etc.
	Olhar de reprovação: expressão facial ligada aos olhos que denota descontentamento, depreciação, desaprovação ou raiva.
	Comentário positivo: discurso que expressa contentamento, apreciação ou aprovação sobre algo ou alguém. Por vezes proferido como uma “obrigação moral” ou tentativa de reparação.
	Comentário depreciativo: discurso que expressa descontentamento, intransigência, depreciação ou desaprovação sobre algo ou alguém.

	Piada: discurso jocoso sobre algo ou alguém. Visa, por vezes, ridicularizar e humilhar a outra e o outro.
	Riso: expressão facial de denota sentimento ou opinião jocosa, cômica. Visa, por vezes, ridicularizar e humilhar a outra e o outro.
	Violência verbal: discurso ou fala agressiva com intenção de ridicularização, humilhação, vexação ou ameaça.
	Violência física: ação deliberadamente violenta, humilhação, agressão física com objetos ou com o corpo, luta corporal, etc.
	Assédio sexual: ameaça, coerção ou insinuação de cunho sexual visando algum objetivo.
	Medo/insegurança: sensação de insegura, receio pela integridade física, acanhamento, percepção de coação ou ameaças.
	Desvio de trajeto: mudança do percurso previamente estipulado, ou usual, em detrimento de fator externo. Desviar da rota, atravessar a rua, etc.
	Vontade contida de ir ao sanitário: interdição, contenção das necessidades fisiológicas, decisão por não adentrar o espaço dos sanitários, receio, etc.
	Preferência por não usar o mictório: interdição, decisão por não utilizar os mictórios, resguardo, apreensão, receio, etc.

Figura 12 – Quadro de tipias – Mapa das violências (Fonte: própria)

As diferentes conformações do grupo possibilitaram experiências espaciais distintas. Estar em “dois lugares ao mesmo tempo”, ou entender a auto-percepção de diferentes seções do grupo, permitiu que os mapas espaço-temporais apresentassem uma sobreposição sinestésica. Ao passo que parte do grupo percebia os olhos da outra e do outro, mas não conseguiam escutar o que diziam, outra parte do grupo escutava comentários sem que conseguissem perceber os olhares — ou, dependendo de onde estavam, sequer saber de onde vinham. Em outros encontros a situação se invertia ou, de maneira mais intrigante, transparecia a própria hesitação de parte das *Drag Queens* e *Drag*

Kings de trocar olhares com a outra e com o outro.

A partir deste entendimento, as violências mais sutis começaram a ser percebidas e debatidas pelo grupo. Em meio a um cenário político que cada vez mais violento, a percepção das interdições e das contenções ganhou centralidade. Não olhar, não ir, desviar o olhar e desviar o trajeto apontam violências silenciosas mas que transparecem a exclusão, o rechaço e um profundo mal-estar, um sentimento de não pertencimento ou, pior, de estar transgredindo algum acordo tácito sobre não poder utilizar aquele espaço.

As *Drag Queens* e os *Drag Kings* questionam, enquanto performance, a norma heterossexual e a lógica hegemônica masculina. Mesmo que apenas como expressão artística e utilizando-se de maquiagem e indumentárias para tal — característica esta que as coloca em uma posição privilegiadíssima em relação às dissidências sexuais, identitárias e de gênero —, subverter a performatividade de gênero coloca-as — junto das travestis, das transexuais, dos transexuais, d@s não binári@s e das demais transgeneridades (JESUS, 2012) — em uma posição antagônica ao homem heterossexual cisgênero e a norma.

Tal posição antagônica em relação ao grupo social com mais poder, como aponta Cortés (2008), resulta em exercícios de poder e ações deliberadas de violência. Em um espectro muito próximo, as violências — do olhar de desaprovação ao homicídio — têm o evidente objetivo de calar a voz da diferença e proteger uma masculinidade tão artificial quando as sexualidades e corporeidades que esta visa elidir.

Introduzidas as tipias e enunciadas os diferentes “níveis” de violência por elas representadas, os mapas espaço-temporais tornam-se um pouco mais intuitivos. Entretanto existe uma dimensão importantíssima sobre os processos de violência que pode passar despercebida: as relações de poder, e seus efeitos de poder, acontecem de maneira ambivalente entre os indivíduos. Ao passo que a *Drag Queen* e o *Drag King* percebem a violência do outro para com ela ou ele, a outra e o outro podem também sentir-se violentados.

O grupo buscou, na medida do possível e sobretudo em relação a outras minorias políticas e outros corpos dissidentes, perceber e registrar, em um processo de alteridade, a experiência da outra e do outro. Da mesma forma, as interdições e contenções aconteciam ao nível individual e, em uma representação homogênea, ficariam também invisibilizadas.

Deste modo a representação das tipias nos mapas espaço-temporais são divididas em duas dimensões: as relações e as tomadas de decisão que partem da outra e

do outro para o grupo/o indivíduo — representadas em positivo —, e as relações e tomadas de decisão que partem do grupo/do indivíduo para com a outra e o outro — em negativo.

Como anteriormente explicitado, o primeiro acompanhamento — explicitado no mapa espaço-temporal 1 (figura 13) — aconteceu em um antigo bairro operário da cidade, hoje um bairro residencial que conta com um grande número de serviços e equipamentos. Dentre os bairros de Foz do Iguaçu, a “Vila Drag” — em uma tentativa de manter o anonimato dos espaços referenciados — é conhecida pelo seu caráter conservador e tradicional. Quer pelo caráter conservador do bairro, quer pelo infortúnio ou pelo acaso, o percurso — desde o encontro das artistas e dos artistas para um ensaio fotográfico próximo à “Av. Ongina” — foi permeado por pequenas violências. Ora o olhar de reprovação do morador que atravessava a rua, ora o carro que acelerava, ora a profunda sensação de insegurança e medo de parte do grupo em percorrer as ruas escuras.

O mapa espaço-temporal 2 (figura 14) explicita o segundo acompanhamento do grupo. Agora em menor número, participou de uma festa voltada ao público LGBTI+. Embora as *Drag Queens* Magenta Canterlot, Desirée Tavares e Yala tenham relatado, em comparação com o encontro anterior, sentirem-se mais seguras, as “pequenas” violências fizeram-se presente. Não é possível afirmar se todas e todos ali presentes eram pessoas LGBTI+, muito menos especular se caso todas e todos o fossem estas violências não teriam acontecido.

Enquanto na pista de dança e nas imediações do bar as *Drags* recebiam comentários positivos, ao usarem os sanitários masculino ou feminino enfrentavam duros olhares. Embora percebessem tais olhares de curiosidade e reprovação enquanto insinuações de que não deveriam estar ali — e na completa falta de um terceiro sanitário que pudessem usar, usual em casas noturnas voltada a tal público — sujeitavam-se a utilizar estes espaços quando estavam mais vazios ou em um grupo de amigas ou amigos.

As experiências e práticas móveis relatadas no terceiro acompanhamento, representado no mapa espaço-temporal 3 (figura 15), trazem de maneira mais incisiva, tal qual o primeiro encontro, o espaço da rua. Cada uma das *Drag Queens* chegou ao espaço do “Bar da Palhaça” por trajetos e meios diferentes — onde os trajetos mais rápidos são representados por linhas retas e os mais dispendiosos, seja via transporte publico ou a pé, linhas curvas.

Às vésperas do segundo turno das eleições presidências deste ano, a sensação de insegurança crescia cada vez mais nas ruas de Foz do Iguaçu. Seja estando montada, seja tentando reproduzir um passibilidade heterossexual, andar pela cidade era ter certeza de sofrer algum tipo de violência. Tão logo chegaram ao bar, as *Drags* Soraya e

Desirée Tavares relataram que se sentiram profundamente inseguras no trajeto. Perseguidas por um automóvel, viram-se obrigadas a alterar o trajeto para chegarem na “Av. Salete Campari”.

Dentro do espaço, que é tradicionalmente heterossexual e que abrigava uma festa *LGBTI+ friendly* — ou seja, que simpatiza com o público LGBTI+ —, as *Drags* relataram diversos processos violentos. Na pista de dança e nas imediações do bar enfrentaram chacotas, risos e comentários depreciativos. Algumas das artistas relataram que, devido a atmosfera do espaço não estar amigável, decidiram se conter e não utilizar os sanitários.

As *Drags* que decidiram usar o sanitário feminino, em uma tentativa de preservar suas integridades, relataram experienciar olhares de curiosidade e dúvida. E, embora recebendo alguns comentários positivos que tentavam mascaravam um visível constrangimento, sentiam que a sua presença não era bem vista por todas que utilizavam aquele espaço.

Os processos violentos mais expressivos, entretanto, aconteceram nos sanitários masculinos. As artistas que decidiram usar tal espaço, constrangidas com a possibilidade de usar o sanitário feminino, enfrentaram desde desvios de olhares, comentários depreciativos até uma situação de assédio sexual.

É importante salientar que dentro destes espaços a longa fila de mictórios, separados por uma estreita divisória, assume um papel preponderante enquanto suporte de práticas que reificam a lógica hegemônica masculina. Com acordos, regras e normas específicas, é no mictório que acontecem as violências mais expressivas e, paradoxalmente, se iniciam as práticas homoeróticas. É no mictório que se mede o pênis uma da outra e um do outro e, ao mesmo tempo, se estabelece um acordo tácito de separação física mínima que deve ser respeitado, a todo custo, entre as suas usuárias e seus usuários.

Durante este último acompanhamento ficaram evidentes questões importantíssimas sobre o espaço dos sanitários. Por um lado, a *Drag Queen* sente-se constrangida ou constrange aquela e aquele que utiliza o sanitário feminino; por outro, está sujeita ao rechaço ou a sua objetificação e ao assédio sexual dentro do sanitário masculino. Ali representando diversos corpos que transgridem a norma heterossexual, a *Drag Queen* e o *Drag Queen* se vêem em um limbo.

Dentro desta lógica binária ao qual os sanitários são submetidos, a artista e o artista, mesmo que só durante aquele instante em que estão caracterizados — que é uma infinitésima parte do que é a vida de um travesti ou uma transexual ou um transexual

—, interdita o seu próprio corpo ou decide resistir e ser alvo de processos violentos ou violentar a outra e o outro.

Embora tenham dimensões completamente diferentes, o desvio de olhar da mulher cisgênero — heterossexual ou não — dentro do banheiro feminino deve, a todo custo, ser levado em consideração ao se analisar as violências submetidas aos corpos dentro destes espaços. É evidente que os sanitários assim concebidos não apreendem os corpos das artistas e dos artistas que questionam o gênero, não apreendem os corpos das lésbicas, dos gays, das travestis, das transexuais e dos transexuais e de todas as outras corporeidades dissidentes. Mas, ao mesmo passo, o sanitário, com sua pretensão de ser um espaço privado e individual, não exime a possibilidade do assédio e da violência acontecer contra o corpo da mulher cisgênero heterossexual que o utiliza.

Assim sendo, e enquanto uma primeira conclusão acerca da etnografia multilocalizada aqui apresentada, a afirmação anterior precisa ser reformulada. Os sanitários assim compreendidos, quer masculino, quer feminino, apreendem — e de maneira virtual — apenas e tão somente o corpo e as necessidades do homem heterossexual cisgênero. Embora mesmo este esteja, constantemente, fadado a reificar sua masculinidade dentro de tal espaço (CORTÉS, 2008), a sua concepção é, historicamente, masculina e, embora permeada por relações homoeróticas, pretensamente heterossexual. (FERREIRA, 2017; GERSHENSON, 2009)

Os sanitários — e os banheiros de uso coletivo —, como estão concebidos, não só não dá respostas às demandas dos corpos das *Drag Queens* e dos *Drag Kings* — e das mulheres, mulheres lésbicas, gays, bichas, travestis, transexuais e demais transgeneridades —, como também (re-)produz discursos que desrespeitam, violentam e abusam tais corpos. Existir dentro destes espaços, por si só, é resistir. Até quando teremos de viveremos em meio a uma concepção do espaço que visa nossa eliminação?

Tempo → x



"KULTUM'S"

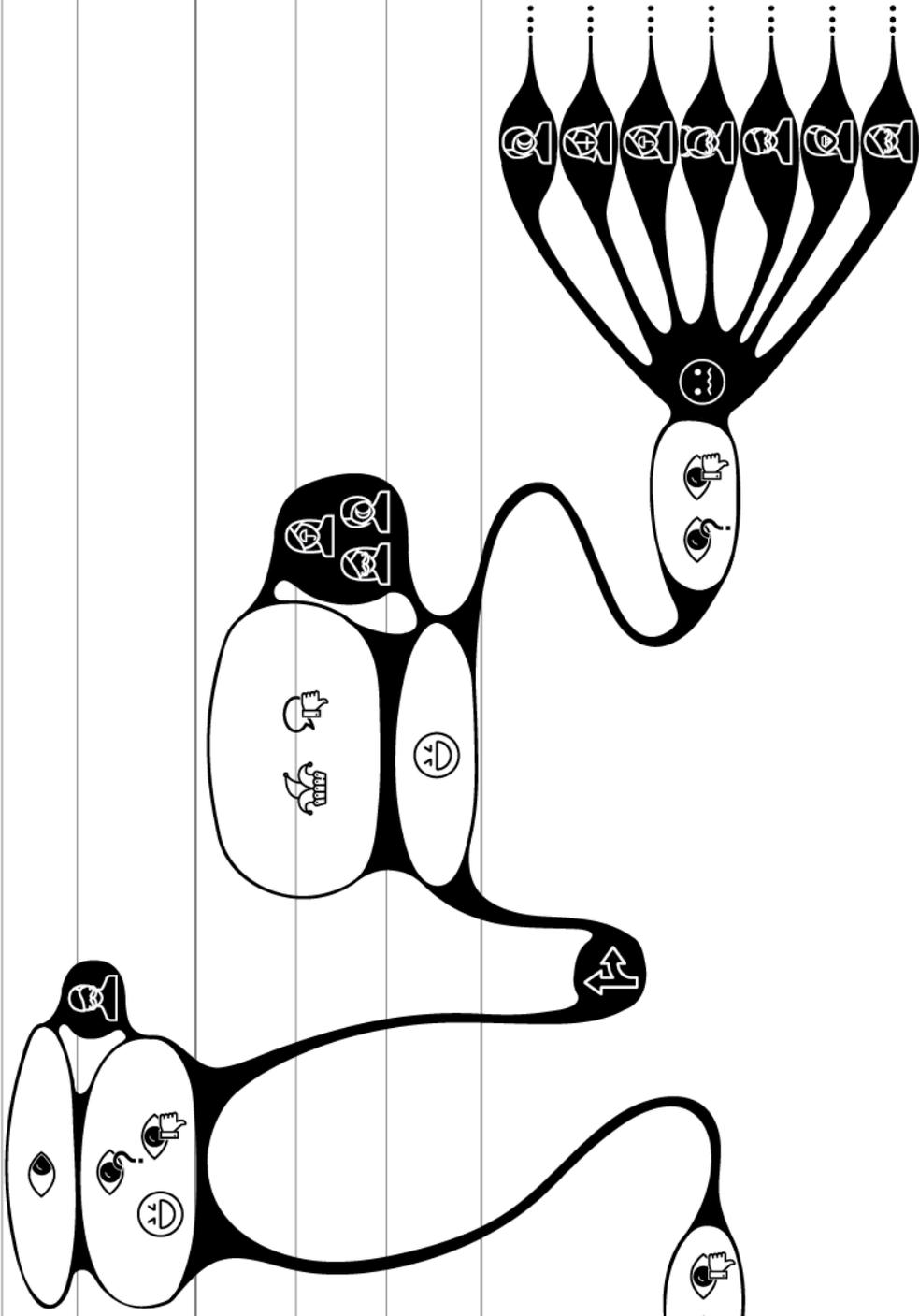


"DJAMILA LANCHES"

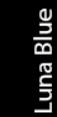
"VILA DRAG"



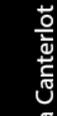
"AV. ONGINA"



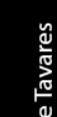
Drag



Luna Blue



Magenta Canterlot



Desirée Tavares



Yala



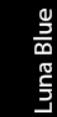
Kassmar



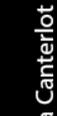
Ruby



Drag X



Milena Kira



Soraya



Espaço

Sanitário Feminino

Sanitário Masculino

Bar/Pista/Salão

Rua/Espaço Público



Acontecimento



Desvio de olhar



Olhar de curiosidade



Olhar de reprovação



Comentário Positivo



Comentário Degregativo



Piada



Riso



Violência verbal e psicológica



Violência física



Assédio sexual



Medo/Insegurança



Desvio do trajeto



Vontade contida de ir ao sanitário



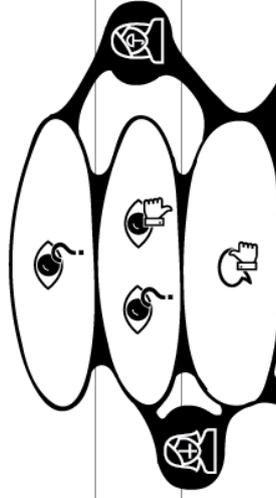
Preferência por não usar o mictório

Tempo → x

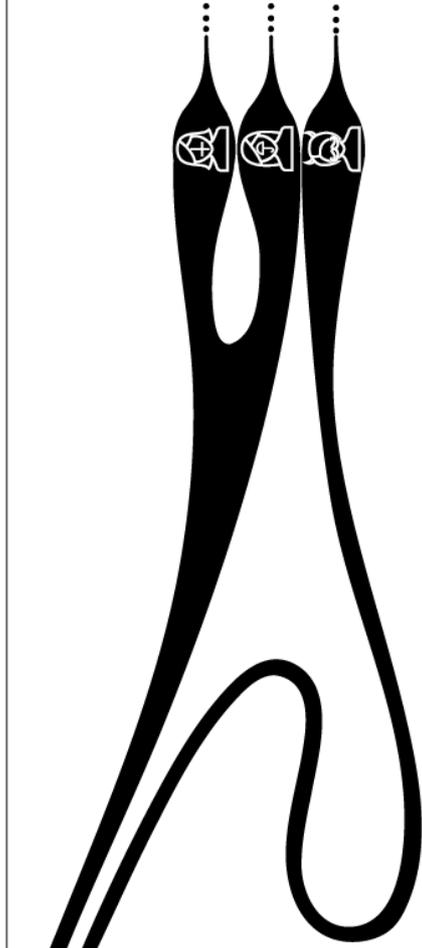
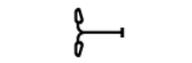
“DISCOTECA MONTILLA”



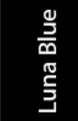
CENTRO



“AV. POTYGUARA”



Drag



Luna Blue

Magenta Canterlot

Desirée Tavares

Yala

Kassmar

Ruby

Drag X

Milena Kira

Soraya



Sanitário Feminino

Sanitário Masculino

Bar/Pista/Salão

Rua/Espaço Público

Acontecimento

Desvio de olhar

Olhar de curiosidade

Olhar de reprovação

Comentário Positivo

Comentário Deprecitivo

Piada

Riso

Violência verbal e psicológica

Violência física

Assédio sexual

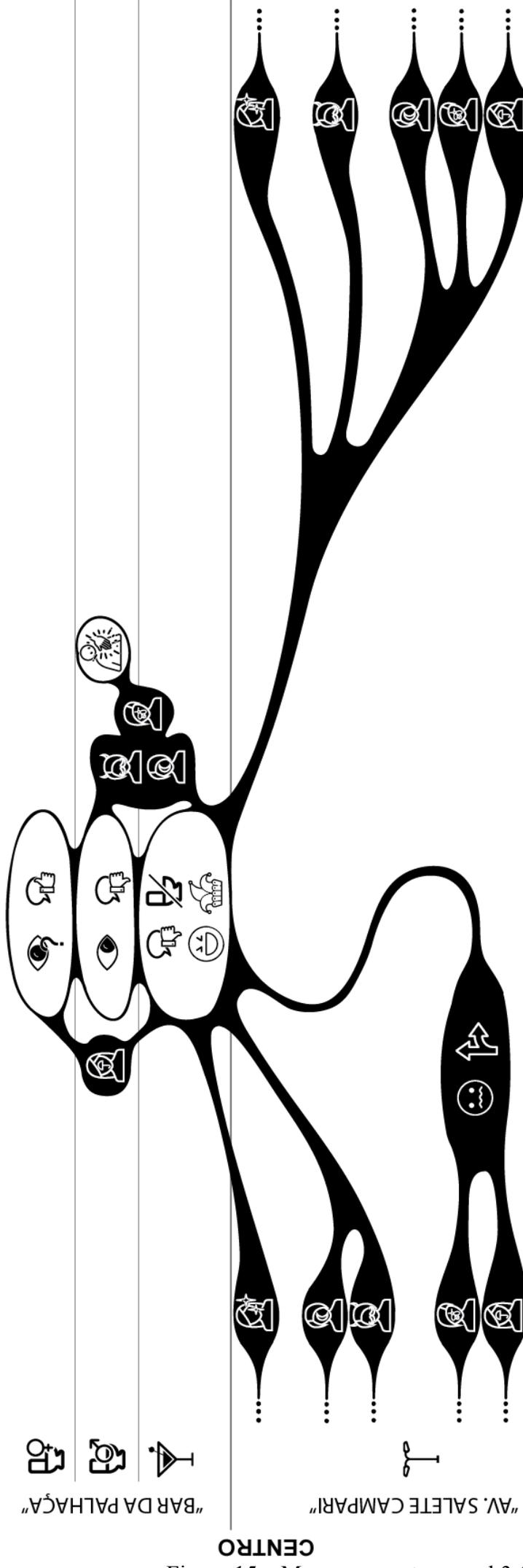
Medo/Insegurança

Desvio do trajeto

Vontade contida de ir ao sanitário

Preferência por não usar o mictório

Tempo → x



Drag	Luna Blue	Magenta Canterlot	Desirée Tavares	Yala	Kassmar	Ruby	Drag X	Milena Kira	Soraya
Sanitário Feminino	Sanitário Masculino	Bar/Pista/Salaão	Rua/Espaço Público	Sanitário Positivo	Comentário Depreciativo	Riso	Violença verbal e psicológica	Medo/Insegurança	Desvio do trajeto
Sanitário Masculino	Bar/Pista/Salaão	Rua/Espaço Público	Sanitário Positivo	Comentário Depreciativo	Riso	Violença verbal e psicológica	Violença física	Desvio do trajeto	Vontade contida de ir ao sanitário
Bar/Pista/Salaão	Rua/Espaço Público	Sanitário Positivo	Comentário Depreciativo	Riso	Violença verbal e psicológica	Violença física	Assédio sexual	Preferência por não usar o mictório	

Acontecimento

- Desvio de olhar
- Olhar de curiosidade
- Olhar de reprovação

- Comentário Positivo
- Comentário Depreciativo
- Piada

- Riso
- Violença verbal e psicológica
- Violença física
- Assédio sexual

- Medo/Insegurança
- Desvio do trajeto
- Vontade contida de ir ao sanitário
- Preferência por não usar o mictório

4 POR UM OUTRO BANHEIRO: (IN-)CONCLUSÕES ACERCA DA PRÁTICA PROJATIVA E A FICÇÃO DO ESPAÇO DESGENERIFICADO

Eu já cansei de falar
 Já perdi a paciência
 Você finge não escutar
 Abusa da minha inteligência

Mas eu tô ligada
 Seu processo é muito lento
 Vou tentar te explicar mais uma vez o fundamento

E se você não aceitar
 Pode doer
 Pode machucar
 Que eu nem lamento
 Vai!

Bixa travesti, de um peito só, o cabelo arrastando no chão
 E na mão sangrando, um coração
 Bixa travesti, de um peito só, o cabelo arrastando no chão
 E na mão sangrando, um coração

O lance é muito simples
 Não tem nenhum mistério
 Pode ir saindo com o pau entre as pernas
 Acabou o seu império.

[...] ³⁷ Linn da Quebrada

‘O espaço não tem gênero!’, bradou o *ocó*³⁸ que há tempo ensina, amparado pelas asserções de uma infinidade de instituições regulamentadoras³⁹, que instalações hidrossanitárias coletivas devem ser divididas entre sanitários femininos e masculinos — e que estes últimos devem, imprescindivelmente, contar com uma infinidade de mictórios. Em sua incapacidade de entender relações outras, coloca o falo no centro de

³⁷ Ver DA QUEBRADA, Linn. Bixa Travesty. In: **Pajubá**. Produção Independente (Financiamento coletivo), 2017. Mídia Digital. Faixa 4.

³⁸ “Homem”, do *Pajubá*, sociodialeto travesti e homossexual de influência afro-brasileira, oriundo de línguas africanas como o iorubá, etc. Ver: VIP, Angelo; LIBI, Fred. **Aurélia, a dicionária da língua afiada**. São Paulo: Editora da Bispa, 2006.

³⁹ Tomo como exemplo o seguinte trecho da Resolução nº 107/2018, da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Paraná: “1.3.10b Possui instalações sanitárias **devidamente separadas para cada sexo**, com compartimentos sanitários e lavatórios na proporção definida de 01 conjunto completo (pia e vaso sanitário) para cada 40 alunos, calculados sempre para o período de maior lotação?” (Resolução SESA nº 107/2018, p. 28, grifo meu). A não conformação com tal item, que diz respeito às instituições de ensino público, acarreta a não obtenção do alvará de funcionamento junto da Vigilância Sanitária.

tudo; e, sem se dar conta que já disse tudo, justifica dizendo: ‘é necessário para se estar em conformidade com a norma’.

Tal sujeito é alegórico. Ele, aficionado pela suposição de que a prática projetiva é isenta e que o projeto nada diz respeito às relações de gênero, está aqui e ali dentro do ensino de Arquitetura e Urbanismo; E, assim, se faz presente dentro dos ateliês, das bancas examinadoras, dos concursos de Arquitetura, dos escritórios, das Secretarias de Planejamento Urbano e qualquer outro lugar que se pense o espaço arquitetural e urbanístico.

Embora o sujeito possa ser alegórico, a sua ação está deliberadamente ligada à reprodução de discursos hegemônicos e a uma (re-)produção do espaço que rechaça as diferenças e o diverso, e que está a serviço do que Arturo Escobar chama de ontologia universalizante da modernidade — e seu projeto de um “mundo feito de um só mundo”. (ESCOBAR, 2008, pp. 84-85)

Uma vez que tem como base uma construção histórica, o espaço está calcado em dimensões materiais, financeiras e culturais (CORTÉS, 2008, p. 21) e é, por conseguinte, socialmente construído. O projeto do espaço ativamente produz social, sexual e, sobretudo, discursivamente as práticas representacionais, a corporeidade e as experiências da outra e do outro (Ibid., p. 123). Ao passo que a cidade, a rua, o bar e o sanitário são projetados, o projeto é, portanto, (re-)produtor de discursos, interdições e sanções sobre o corpo daquela e daquele estão e convivem nestes espaços.

O espaço é permeado por relações, mecanismos e efeitos de poder, que se reiteram e rearranjam constantemente. Neste interim, o entendimento do poder enquanto um feixe aberto de relações mais ou menos organizadas, e que não pode ser entendido enquanto uma “teoria geral” ou subordinado a um “conceito universal”⁴⁰, dá subsídio a todos os outros conceitos abordados.

Partindo do dispositivo da sexualidade, e estabelecendo relações com os conceitos de dispositivo e seus efeitos de poder, o entendimento sobre a normalização dos corpos se mostra fundamental à compreensão do espaço enquanto parte destes investimentos microfísicos que fazem parte do exercício da norma (CANDIOTTO, 2012, p. 20).

Foucault, ao definir não só a sexualidade enquanto socialmente construída, mas também o sexo-natureza, possibilita uma das importantes críticas apresentadas por Judith Butler ante uma visão limitada da relação sexo-gênero enquanto algo estático

⁴⁰ Argumento abordado no capítulo segundo. Para um maior aprofundamento nesta crítica, veja o prefácio de *Microfísica do Poder* (MACHADO, 1979 apud FOUCAULT, 1979, p.X-XI).

(FOUCAULT, 1988, pp. 67-68; BUTLER, 2007, p. 57). Para Butler o gênero não é uma categoria “fixa” e “pré-discursiva”, mas sim uma miríade de combinações possíveis e permanentemente aberta pelos movimentos da vivência cotidiana (SILVA, 2008, p. 6; SILVA et. al., 2011, pp. 27-28). O gênero, portanto, se daria — também, mas não só — por meio de representações através de performances dos indivíduos e que é experienciado pelos sujeitos através de uma “vivência espacial cotidiana e concreta” (SILVA, 2008, p.6).

Butler aponta que as relações individuais, longe de uma concepção de “unidade essencial” que emana deste, como uma série de combinações possíveis dentro de um sistema sexo-gênero-desejo. Este sistema, segundo Silva, Ornat e Chimin Junior, desestabilizam as rígidas fronteiras que são estabelecidas por uma normalização da heterossexualidade e, portanto, “subvertem a lógica naturalizante das construções identitárias baseadas nos polos hierarquicamente estabelecidos entre masculino e feminino”. (SILVA et. al., 2011, p. 28)

Esta ideia do sistema de sexo-gênero-desejo transparece uma importante dimensão do gênero. Para Butler este não é substantivo ou um conjunto de atributos vagos que se dá em torno do indivíduo — tal como o atributo de “homem” ou “mulher” —, mas sim é composto por efeitos substantivos que são produzidos através dessa performatividade de gênero, e estes efeitos, sobretudo, nos são impostos por práticas reguladoras da coerência do gênero (BUTLER, 2007, p. 84). É dentro desta prática reguladora de coerência de gênero que se estabelecem as relações conceituais que formulam a normalização dos corpos dentro da matriz heterossexual.

Esta norma heterossexual, ou heteronormatividade, se coloca como uma hegemonia; ou seja, um predomínio da masculinidade, enquanto classe dominante, que se sobrepõe à classe dominada (CURIEL, 2013, pp. 35-36) — nomeadamente a mulher, a mulher lésbica, o homem *gay*, a bicha, a travesti, a transexual, a transformista e outras expressões tidas como dissidentes. Cunha-se, portanto, uma masculinidade hegemônica, conceito utilizado por Cortés para estabelecer as relações dessa dominação masculina sobre o corpo da outra e do outro dentro do espaço. (CORTÉS, 2008, p. 140)

A masculinidade hegemônica colocar-se-ia como um parâmetro, dentro do processo de organização e formulação do espaço, mediante o qual todas as outras corporeidades são “medidas” e normalizadas. Entre estas práticas estão as relações sociais, os comportamentos afetivos e sexuais, a utilização do espaço, as atitudes físicas e as formas corporais. Esta dominação masculina coloca-se, portanto, como a “única forma possível e natural” (Ibid., p. 140) — toda resistência e dissidência é, portanto, anormal e “deve ser combatida”.

A concepção do espaço da cidade — e não só o espaço público, mas também o espaço privado — se dá seguindo a lógica da masculinidade hegemônica e, na sociedade ocidental, da cultura da subordinação do feminino. O espaço é construído, e altera-se, levando em consideração apenas o trabalho, as atividades, as prioridades e as necessidades dessa masculinidade. A hegemonia masculina organiza, dá forma à casa e a cidade — estas, por conseguinte, “se adaptam aos movimentos, tempos e desejos” deste indivíduo que atendem à norma heterossexual — e, de modo contrário, omite as “experiências diferentes ou dissidentes dessa masculinidade”. (Ibid., p. 140)

Enquanto efeito de poder dessa atuação do jogo de poderes da dominação masculina no espaço, a lógica da hegemônica que se estabelece exerce uma pressão social sobre aquelas e aqueles que fogem à norma. Estas e estes enfrentam, portanto, uma série de mecanismos, tais como a internalização dessa dominação — que imputa uma narrativa de que estas e estes não fazem parte daquele espaço e reificam um sentimento de culpa, desvalorização e interiorização —, a segregação espacial e a repressão espacial. (Ibid., p. 134 e 140)

A repressão espacial, enquanto um exercício de poder de controle social que enfrenta resistência, também se vale, ao nível individual, da força. Seguindo Diana Lan, todo exercício de poder que se dá por meio da força sobre as pessoas é uma forma de violência (LAN, 2011, p. 121). Por extensão da definição de Lan, é possível afirmar que estes processos violentos, inerentes à um efeito de poder — a nível individual — da repressão espacial, se dão por meio da agressão física, podendo também ser de ordem psicológica, emocional, verbal, sexual ou política. (Ibid., pp. 121-122)

Partindo deste entendimento, os banheiros de uso coletivo colocar-se-iam enquanto catalizadores de efeitos de poder, de conflitos e de processos violentos; e estes estariam espacializados nas diferentes dimensões que compõem o espaço. Joseli Maria Silva (2008) ainda coloca o espaço dos sanitários enquanto fundamental à reprodução dos corpos, que marcam, de forma definitiva, as fronteiras entre masculino e feminino (Ibid., p. 13).

Portanto, enquanto catalizadores, os sanitários e vestiários são percebidos, ao mesmo tempo, como locais de convivência, de refúgio, de expressão de identidades e sexualidades dissidentes, de vigília e insegurança, de resistência e enquanto palco de violências psicológicas, físicas, sexuais e de gênero.

Moça é estuprada no banheiro de show no Mineirão

O agressor foi preso e tem uma extensa ficha criminal: dois homicídios consumados e uma tentativa, porte ilegal de armas, 13 furtos e outro estupro.

13 de novembro de 2017

Figura 16 – *Lead* de notícia em portal digital. (Fonte: <https://www.alterosa.com.br/programas/alterosa-alerta/moca-e-estuprada-no-banheiro-de-show-no-mineirao/>)

NOTÍCIAS

Tentativa de estupro no banheiro da praça ao lado do Terminal Urbano



Published 4 meses atrás on 16/03/2018

Por CLMais

Figura 17 – *Lead* de notícia em portal digital. (Fonte: <https://clmais.com.br/tentativa-de-estupro-no-banheiro-da-praca-ao-lado-do-terminal-urbano/>)

Fisioterapeuta nega estupro, mas imagens de câmeras e relato de adolescente o levam a prisão

Crime ocorreu no banheiro de um hipermercado de Campo Grande



27 FEV 2018



Thiago de Souza



19h16min



Curtir 384

Compartil

Figura 18 – *Lead* de notícia em portal digital. (Fonte: <http://www.topmidianews.com.br/policia/fisioterapeuta-nega-estupro-mas-imagens-de-cameras-e-relato-de/85661/>)

Notícia

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Duas jovens são estupradas dentro de banheiro de bar no Agreste

Publicado em 07.05.2018 , às 08:54 / Atualizado em 07.05.2018 , às 09:04

Figura 19 – *Lead* de notícia em portal digital. (Fonte: <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2018/05/07/duas-jovens-sao-estupradas-dentro-de-banheiro-de-bar-no-agreste-42384.php>)

Entre as violências, o **assédio sexual** e o **estupro** despontam entre as mais incisivas, estarrecedoras e, desgraçadamente, recorrentes dentro de uma análise das violências dentro de sanitários e demais banheiros de uso coletivos a nível nacional. Quer pela distorcida divisão entre público, privado, social e individual em que estes espaços estão inseridos — onde se colocam como espaços reclusos e ocultos dentro de um espaço de livre circulação —, quer pelo aval imputado pelo princípio masculino hegemônico, dentro da perspectiva de dominação sexual (BARRY apud RICH, 2010, p. 30), de elidir o corpo da outra e do outro, o homem sente-se livre para rechaçar, violentar, assediar e estuprar o corpo da mulher, da mulher lésbica, do gay, da travesti e de toda aquela e todo aquele que ouse transgredir as amarras do gênero.

De maneira “quase invisível”, estas violências — o assédio, o estupro, etc. — são tratadas como naturais ou inevitáveis. A corporeidade das mulheres e das dissidências apenas são entendidas enquanto suporte ou fomento para que as necessidades sexuais e emocionais do homem heterossexual cisgênero sejam atendidas (Ibid., p. 30).

Dessa forma, o ideal para o corpo do homem, inclusive em sua ausência, sempre foi a ação (demonstrada ou implícita), e por isso, um dos maiores medos da masculinidade é o da passividade e o que isso implica em termos de perda de privilégios e de possibilidade de vir a se tornar como uma mulher. (CORTÉS, 2008, p.125)

A outra e o outro, aos olhos hegemonia masculina, são o anormal, o feminino, o “improdutivo”, aquilo que nunca tonar-se-á homem, e portanto devem ser reclusas e reclusos à dimensão privada, individual e íntima, rechaçadas e rechaçados ou eliminadas e eliminados. (CORTÉS, 2008, p. 140)

Tencionando a reflexão em direção as transgêneridades, Silva vai adiante e diz que:

[a]s performances construtivas da masculinidade heterossexual são reconhecidas pela travesti que se exclui do ritual a partir de dois constrangimentos. O primeiro diz respeito à sua identificação com gênero feminino que a impede de compartilhar com os outros meninos os atos de sociabilidade como a exposição coletiva das genitálias. O segundo constrangimento está relacionado ao medo da atração ao corpo do outro já que isso rompe com os códigos presentes no ritual performático da masculinidade. As áreas abertas dos mictórios permitem tanto a socialização de práticas culturais como possibilita a vigilância da norma heterossexual. Por outro lado, estas mesmas áreas abertas incitam aos experimentos sexuais que têm permissão de ocorrer nas áreas mais privadas das cabines.” (SILVA, 2008, p. 14-15)

A imagem do corpo — uma vez que este não só é construído cultural e socialmente, mas também psiquicamente — é efeito, resultado e a construção produzida

através da “subjetivação das estruturas que antecedem nossa entrada nesse mundo” (Ibid., p. 125). Este corpo, dotado de energia e de capacidades de ação, embrenha-se em uma relação dialética em que o corpo que cria, produz e reproduz do espaço é, ao mesmo tempo, produto de um marco histórico e temporal específico — o qual constantemente estabelece as “pautas de comportamento” destes corpos (Ibid., p. 126). Cortés, citando Linda McDowell, afirma que os espaços surgem das relações de poder; estas, por sua vez, estabelecem as normas; e, por conseguinte, a norma estabelece quem de fato pertence àquele lugar e quem deverá permanecer excluído (Ibid., p. 126). O autor continua dizendo que:

[p]or essa razão a configuração da cidade revela, àqueles em função do corpo mediante um conjunto de pistas, traços e pegadas que falam de acontecimentos políticos, sociais e culturais que ajudam a conformá-lo. Desse modo, em sua estrutura arquitetônica reflete-se o passado e cristalizam as projeções da sociedade. (Ibid., p. 126)

O espaço e o corpo são, portanto, arquitetural e urbanisticamente (re-)produzidos. Por sua vez, a Arquitetura e Urbanismo é uma “representação das aspirações e valores da cultura que a produz” (Ibid., p. 145). O falo, amplamente reiterado pela prática projetiva, expressa os valores ligados à verticalidade desejados pela hegemonia masculina: a dominação, a superioridade, a elisão do corpo da mulher e das dissidências sexuais, identitárias e de gênero.

A representação, quer ela tangendo as representações do espaço — o espaço concebido — ou os espaços de representação — o espaço vivido —, diz respeito a o que e a que corpo se destina aquele espaço. A prática projetiva encontra-se imbuída na dimensão do espaço representacional, e, enquanto organização do conhecimento intimamente ligado a produção material do espaço, na dimensão do espaço concebido (LEFEBVRE, 2006). As plantas, os desenhos projetivos, os mapas e as imagens compõem as formas, ou os elementos elaborados intelectualmente, que encerram as representações do espaço que surgem do nível do discurso e da fala. (Ibid., pp. 66 e 71-72)

Ao passo que a profissional e o profissional das áreas do planejamento, nomeadamente a arquiteta e o arquiteto, agem segundo uma representação do espaço, as “usuárias” e os “usuários” apenas suportam aquilo que lhes foi imposto, como Lefebvre coloca, “mais ou menos inserido e justificado” dentro do espaço de representação desta usuária e deste usuário. (Ibid., p. 73)

Penetrados de imaginário e de simbolismo, [os espaços de representação] têm por origem a história, de um povo e a de cada indivíduo pertencente a esse povo. Os etnólogos, os antropólogos, os psicanalistas estudam,

sabendo ou não, esses espaços de representação, freqüentemente esquecendo de confrontá-los com as representações do espaço que coexistem, conciliando-se ou neles interferindo, negligenciando ainda mais a prática espacial. (LEFEBVRE, 2006, p. 70)

Embora imbuídos de uma pretensão de neutralidade técnica, o esboço, o desenho técnico e a síntese gráfica são códigos e linguagens que reiteram e contribuem à manutenção das relações e efeitos de poder, das discriminações e dos processos violentos (CORTÉS, 2008, p. 126-127). A expressão e representação arquitetônica coloca-se enquanto uma “geometria autoritária que sustenta o pensamento hegemônico, reproduz a subordinação do feminino, exacerba as diferenças sociais e nega a existência espacial das minorias.” (Ibid., p. 127)

Este trabalho monográfico, enquanto surtido das ausências e buscando elaborar uma provocação à prática projetiva, perpassa a produção de uma outra representação possível. Parte da etnografia multilocalizada aqui apresentada levou à confrontação de questões que evidenciam alguns dos limites da própria representação arquitetônica. Seria possível representar o espaço material dos sanitários através de plantas e cortes? Sim, mas, sem o devido cuidado, o espaço social passaria completamente despercebido.

Mesmo produzindo os mapas espaço-temporais, notei que parte das experiências e práticas móveis do grupo de *Drag Queens* e *Drag Kings* estava, mais uma vez, sendo invisibilizada — quer por informações que escapavam das dimensões espaço-temporais da etnografia, quer pela crescente sensação de insegurança do grupo percorrer os espaços. Em uma iniciativa de propor uma outra representação, dando continuidade as experimentações feitas desde o início deste trabalho, demonstrei ao grupo o meu interesse em construir, coletivamente, um ensaio visual crítico em forma de *collage*. Convidando cada uma das *Drag Queens* e *Drag Kings* que participaram dos encontros do estudo de caso, formei um pequeno grupo disposto a produzir coletivamente as sínteses visuais

Enquanto resistência, busquei construir uma outra representação (gráfica), não com o intuito de habilitar a produção deste outro espaço, mas sim de dar voz às artistas e aos artistas transformistas para que estes pudessem, a partir de um ponto de vista da produção arquitetônica, expressar os seus próprios espaços representacionais e as suas vivências dentro do espaço dos sanitários. Inspirado no trabalho de Suzanne Moxhay, propus a produção de uma *collage* que buscava dar suporte a representação gráfica de um

“outro lugar”, de um sanitário heterotópico⁴¹ que se volta à coexistência de muitos mundos.

A representação desse **outro espaço** literal e abstrato, que têm dimensões materiais e psíquicas, transborda a representação bidimensional. A *collage* de fotografias do contexto das artistas e dos artistas transformistas — do espaço físico, dos banheiros de uso coletivo e de pessoas e plantas que vivem dentro deste contexto próximo — sobre lâminas de vidro, enquanto poética visual, colocar-se-ia como a captura instantânea, tal qual uma Câmera Multiplano, desta sobreposição de relações que se complementam dentro do espaço heterotópico.⁴²

Assim que a proposta foi apresentada às artistas Desirée Tavares, Magenta Canterlot e Soraya — bem como eu, Luna Blue —, o pequeno grupo deu início a um trabalho de pesquisa e construção de um referencial imagético, com fotografias, elementos visuais, referências intertextuais, etc. A atividade fora dividida em alguns encontros, o que permitiu que o ensaio visual crítico pudesse ser constantemente reelaborado e fosse, aos poucos, construindo significado.

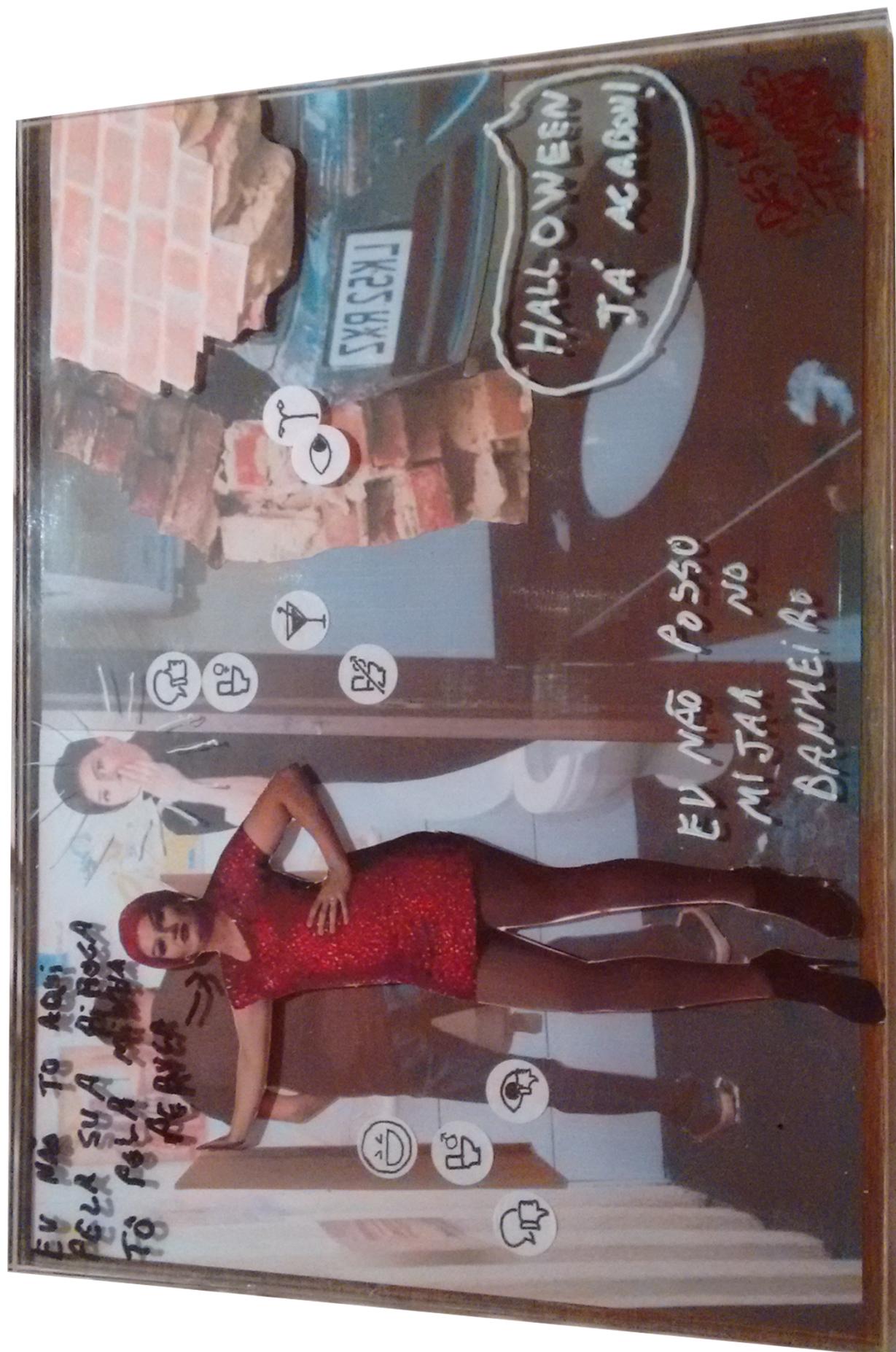
As imagens escolhidas eram separadas entre fotografias de sanitários masculinos e femininos encontrados durante o *shadowing*, fotografias das artistas, fotografias do espaço urbanos de Foz do Iguaçu, as tipias produzidas durante a primeira etapa do estudo de caso e outras imagens que auxiliassem a construção da narrativa proposta pelas artistas.

Ao final desta segunda etapa da decupagem das informações do estudo de caso, as *Drag Queens* produziram uma série de quatro sínteses visuais que, por meio de uma representação gráfica do espaço dos sanitários, demonstram as experiências e as práticas móveis dos corpos de cada uma delas dentro destes espaços — fotografias 5, 6, 7 e 8. Com uma profundidade simbólica muito mais expressiva do que os mapas espaço-temporais, a representação gráfica destes espaços — enquanto espaços representacionais e/ou heterotópicos — transparecia as diferentes camadas que compunham as realidades sociais ali retratadas.

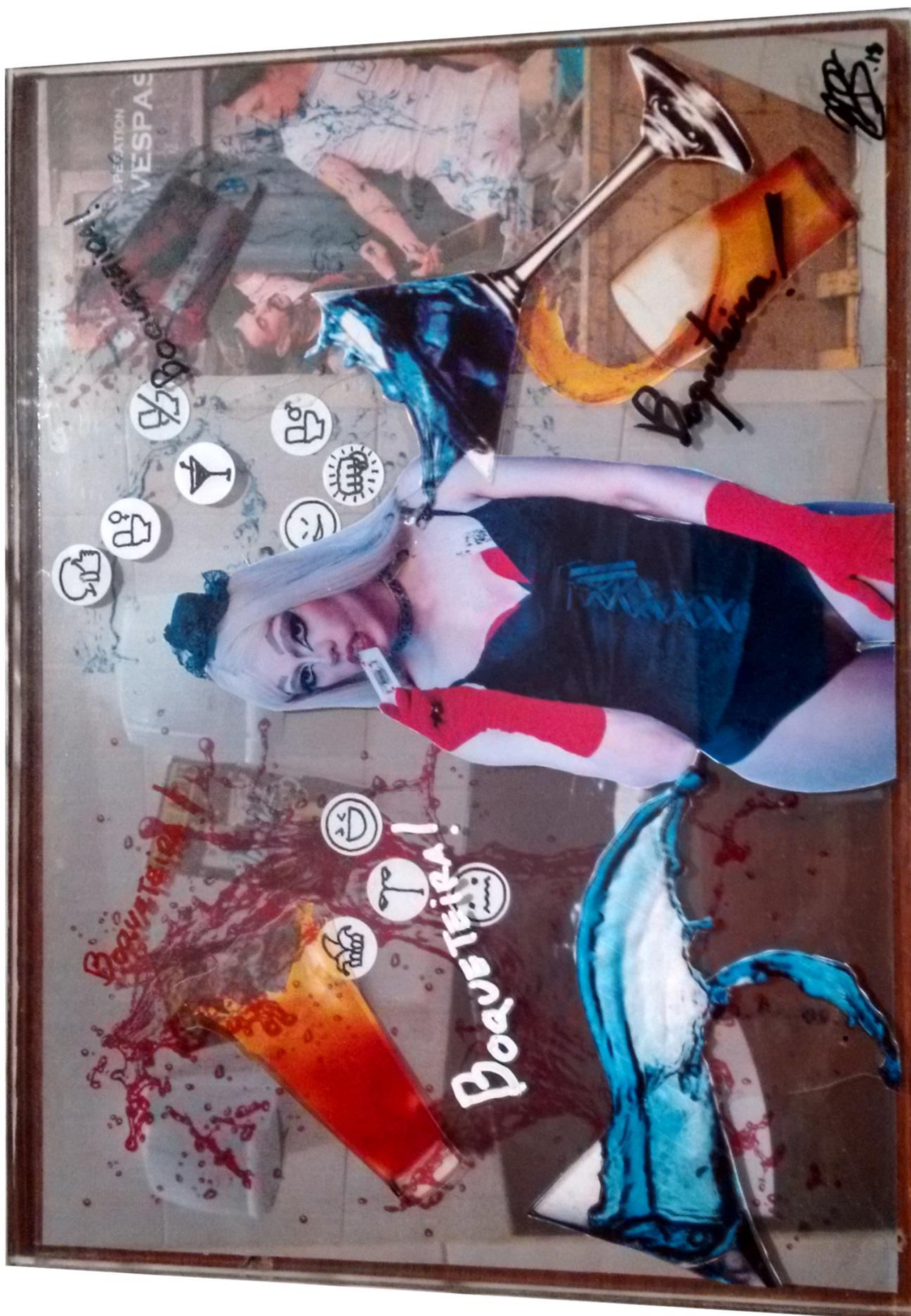
Abraçando a parcialidade destes ensaios visuais críticos, as *Drag Queens* representaram, usando dos códigos anteriormente estabelecidos no trabalho e recursos por elas elencados, os efeitos de poder, os processos violentos — os rechaços, os comentários negativos, os olhares, os assédios, etc. — e as resistências, e as vezes que, ao invés de aceitar a imposição de que aquele espaço não era seu, se lutou para dizer: **‘É tudo nosso!’**.

⁴¹ Ver FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Ditos e escritos III), pp. 411-422, 2009.

⁴² A *collage* em questão está representada na figura 14 e na fotografia 5.



Fotografia 5 – Collage sobre lâminas de vidro. Síntese visual das experiências como Drag Queen nos banheiros de uso coletivo em bares e boates de Foz do Iguaçu. Autoria: Desirée Tavares (Fonte: própria)



Fotografia 6 – *Collage* sobre lâminas de vidro. Síntese visual das experiências como Drag Queen nos banheiros de uso coletivo em bares e boates de Foz do Iguaçu. Autoria: Luna Blue (Fonte: própria)



Fotografia 7 – Collage sobre lâminas de vidro. Síntese visual das experiências como Drag Queen nos banheiros de uso coletivo em bares e boates de Foz do Iguaçu. Autoria: Magenta Canterlot (Fonte: própria)

Partindo da etnografia multilocalizada, da produção e análise dos mapas espaço-temporais e dos ensaios visuais críticos, fundamentados pela teoria, procuro concluir a minha provocação à prática projetiva. Lançando mão das propostas elencadas e/ou formuladas por José Miguel Cortés (2008, *passim*) e Mónica Cevedio (2010, pp. 99-101), busco evidenciar a necessidade de uma outra arquitetura — e de um outro banheiro de uso coletivo — que se voltem ao fomento da diversidade e, sobretudo, se propunham a responder demandas sociais e identitárias das populações atingidas pela repressão espacial e os processos violentos inerente a estes espaços.

Históricamente, como apresenta Cortés (2008, p. 124), a cidade e os espaços públicos e privados e sócias e individuais, por meio das representações do espaço — e da arquitetura —, tiveram a dimensão da sexualidade reprimida. Como explicitado no capítulo dois, o espaço, estéril, mantém-se enquanto uma “economia técnica sob o controle do mito da arquitetura de projetos” que evita, a todo custo, abordar o problema da diferença social, sexual ou de gênero. (*Ibid.*, pp. 123-124) Cortés continua dizendo que:

Por esse motivo, uma das tarefas pendentes na cidade contemporânea é a reinvenção do erotismo em suas ruas e relações, transformando-a em um lugar de transparência e sentido, mas também de mistério e transgressão. (CORTÉS, 2008, p. 124)

Esta transformação da Arquitetura — partindo da corporeidade, do sexo, do erótico, da ambiguidade e das diferenças — diz respeito a uma profunda transformação das dualidades. “Transforma-se o homem e com ele estará transformando a arquitetura”, diz José Martí (MARTÍ *apud* CEVEDIO, 2010, pp. 99-100), transforme as relações entre masculino e feminino, público e privado, social e individual e com estas estará transformando toda uma conformação de representações e (re-)produções dos espaços.

Segundo Cevedio, em sua proposta acerca da dimensão público-privada das residências (*Ibid.*, pp. 99-101), a mudança da relação entre público e privado deve perpassar a introdução da cidade dentro da dimensão privada — ou o que me parece mais interessante, da fagocitação de uma parte da cidade pela dimensão privada —, tal movimento acabaria:

[...] generando fachadas interiores, calles, pasarelas, rompiendo asimismo con la idea de exterior-interior «abriendo» la fachada a la calle generando transparencia y comunicación entre los espacios.⁴³ (*Ibid.*, p. 99)

⁴³ “[...] gerando fachadas interiores, ruas, passarelas, rompendo assim com a ideia de exterior-interior, ‘abrindo’ a fachada à rua, gerando transparência e comunicação entre os espaços”. (CEVEDIO, 2010, p. 99, tradução minha)

Entretanto a autora alerta que esta mudança do espaço privado não pode acontecer sem ter em conta que é na dimensão pública que as tomadas de decisões acontecem; esta, por conseguinte, precisa também ser alterada. A forma como o espaço é concebido, a representação do espaço, uma vez profundamente relacionadas com os “hábitos impostos pelo Estado, pela sociedade e pela família” (Ibid., p. 97).

Estas dualidades espaciais são sexuadas, mas, como a autora coloca, só pertencem ao gênero masculino ao estarem nem pensados, nem apropriados pelas mulheres — e pelas (mulheres) lésbicas, pelas pessoas transgênero, pelas bichas, etc (Ibid., p. 97). Mudar as relações entre público e privado é, sobretudo, mudar a forma como o espaço é concebido e apropriado.

Mónica Cevedio vai além e aponta que não só a conformação do espaço público enquanto lugar de tomada de decisão deve ser tomada em conta, mas também que este atravessamento da dimensão pública por meio da privada não pode se limitar às formas. Muito além de “janelas que deem transparência ou aberturas” (Ibid., p. 99), esta mudança deve dizer respeito a mudança dos próprios “programas estabelecidos sobre a base da família tradicional e os papéis que se geram a partir dela”. (Ibid., p. 99)

Propor um outro banheiro de uso coletivo é, sobretudo, propor uma outra abordagem ao seu papel dentro dos programas arquitetônicos. Quer através do banheiro família, quer através do sanitário de gênero auto-percebido, a real mudança da abordagem da projeção destes espaços somente acontece a partir do questionamento do olhar da Arquitetura e Urbanismo. Este projeto é destinado para quem? E para que corpo? Sua proposta contribui para o fomento ou a derrocada das diferenças?

Assim sendo, esta mudança de perspectiva da prática projetiva avança para além dos limites dos banheiros de uso coletivo, perpassando todos os espaços (materiais, mentais e sociais). Dar um lugar especial aos espaços representacionais, às corporeidades e às expressões, proporciona meios de retornar estes espaços homogêneos — e homogeneizados, propostos, desde o princípio, a um mundo de um só mundo — aos seus usos.

Este processo se dá, aponta Lefebvre, quando a prática espacial:

[s]e teatraliza, se dramatiza, graças às energias potenciais de diversos grupos que devolvem o espaço homogêneo ao seu uso. O espaço se erotiza, volta à ambiguidade, ao nascimento comum de necessidades e desejos graças à música, graças aos símbolos e valorações diferenciados que ultrapassam as localizações de necessidades e desejos nos espaços especializados, tanto fisiológicos (o sexo) como sociais (os chamados

lugares de prazer). (LEFEBVRE, 2000[2013], p. 450[422] apud CORTÉS, 2008, p. 22)

É necessário, portanto, rumar em direção a proposição — e representação⁴⁴ — de espaços onde as diferenças sociais, culturas e históricas se acentuem, em especial, como Cortés aponta, as que “que provêm do corpo e têm caráter sexual e prazeroso” (CORTÉS, 2008, p. 22). Este outro banheiro, esta outra Arquitetura, coloca-se enquanto resistência à lógica universalizante da modernidade, à “homogeneização pelo poder político e alienação cultural que se produz no espaço, pretensamente abstrato” (Ibid., p. 22). É necessário, como o autor continua dizendo, “reivindicar o direito à diferença, à pluralidade e à multiplicidade de desejos”. (Ibid., p. 22)



Figura 20 – Esboço de collage sobre lâminas de vidro, intitulada “Heterotopia I”. Autoria minha. (Fonte: própria)

⁴⁴ Retomando o conceito apresentado na página 81, a respeito da figura 20 e a fotografia 9.



Fotografia 9 – A obra “Heterotopia I” durante a exposição na I Mostra de Arte Contemporânea da Tríplice Fronteira, entre os dias 3 e 6 de julho de 2018, no campus Jardim Universitário da Unila. Autoria minha. (Fonte: própria)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Violência

Sobrepor o outro com punho e palavra

Palavra é punho cerrado e punho cerrado é palavra

Putá tira vida, mas arma não?

Não entendo essa gente,
 Já apanhei de gente-bixo que tinha punho-palavrão
 E já sorri pra gente-gente que tinha um sorriso violento
 sem nenhuma arma na mão.⁴⁵

André Gustavo Francisconi

Surtido das ausências, este trabalho monográfico se coloca não só como conclusão de um processo de construção argumentativa que se iniciou no ano de 2018, mas como conclusão de toda uma etapa de minha formação enquanto Arquiteto e Urbanista. Com a proposta de construir uma provocação à prática projetiva — e ao ensino de Arquitetura — esta monografia esboçou um viés possível para a compreensão das relações e das violências de gênero dentro dos banheiros de uso coletivo; um espaço tão caro aos corpos das minorias políticas.

Através do embasamento teórico do trabalho etnográfico multilocalizado aqui apresentado, busquei, a todo custo, evidenciar o papel universalizante que é historicamente atribuído ao levantamento arquitetônico. O deslocamento da dimensão do olhar dentro deste processo de apreensão do espaço em direção à corporeidade e as experiências e práticas móveis é, sobretudo, uma tentativa de implementar meios de análise que, ao invés de inviabilizarem, trazem à tona e colocam como caráter central as diferenças, fundamentalmente as sexuais e de gênero.

Ao passo que apresento os conceitos de poder, dispositivo, norma, controle social e os efeitos de poder, tenciono o debate em direção à repressão espacial e os processos violentos que têm como palco o espaço arquitetura e urbanístico. O entendimento do espaço enquanto surtido das relações de poder, das normas e, por conseguinte, dos limites sociais e espaciais que determinam as interdições dos discursos e dos corpos deu subsídio ao estudo de caso com base nas experiências e práticas das *Drag Queens* e dos *Drag Kings* em bares e casas noturnas a partir dos métodos móveis.

A confluência do embasamento teórico e da metodologia etnográfica

⁴⁵ Por André Gustavo Francisconi, extensionista na UNILA.

possibilitou um melhor entendimento da construção do espaço enquanto (re-)produção de processos violentos e tornou evidente a problemática da representação dos espaços. A representação nos diz, sobretudo, quais corpos pertencem ou são excluídos de tal espaço. A prática projetiva e a representação arquitetônica, portanto, estão em função de uma lógica hegemônica de ordenação, organização e produção dos espaços públicos, privados, sociais e individuais.

Mesmo percebendo este trabalho enquanto uma produção *in media res* — isso é, que está em processo, que foi “pego pelo meio da ação” —, é possível apontar algumas considerações:

- a) O corpo e o espaço arquitetura e urbanístico são políticos. Indissociavelmente atrelados à realidade social, são normalizados, interditados, genereficados, e se (re-)produzem mutual e constantemente.
- b) O espaço está em função da norma heterossexual e da lógica hegemônica patriarcal, moldando e colonizando os corpos através da dor, da opressão, do abuso e da humilhação.
- c) A cidade e os espaços públicos e privados e sociais e individuais historicamente foram construídos a partir da repressão da sua dimensão sexual; produzindo assim espaços que visam elidir a diferença social, sexual e de gênero.
- d) O espaço dos banheiros de uso coletivo opera sob a lógica de dominação masculina, constantemente reificando um sentimento de culpa, desvalorização e interiorização — por meio da segregação e repressão espacial e dos processos violentos.
- e) Esta concepção do espaço dos sanitários — e por conseguinte das demais binariedades do espaço arquitetural e urbanístico — só dá respostas às demandas dos corpos masculinos heterossexuais cisgêneros; (re-)produzindo discursos e performatividades que desrespeitam, violentam e abusam dos corpos das mulheres, mulheres lésbicas, gays, bichas, travestis, transexuais, *Drag Queens*, *Drag Kings*, transformistas e demais transgeneridades.

Assim, a provocação à prática projetiva demonstra a urgência **por um outro banheiro** — e, por conseguinte, uma outra Arquitetura. Tomando como base as apreciações de Monica Cavedio (2010) e Cortés (2008), torna-se e vidente a necessidade

de que esta outra concepção perpassa uma mudança das relações entre a cidade, o público e privado e o social e íntimo. Em um movimento que busca subverter a compreensão dos limites dos banheiros de uso coletivo — e de todos os espaços arquiteturais e urbanísticos —, retornando estes espaços homogeneizados à ambiguidade e ao “nascimento comum de necessidades e desejos” (LEFEBVRE, 2013, p. 422).

A proposta destes outros espaços — quer a rua, o bar ou o sanitário —, em uma tentativa de resistir a lógica hegemônica masculina e aos processos violentos, devem, ao contrário de rechaçar e segregar, acentuar e fomentar a convivência entre as diferenças sociais, culturais, históricas e, em especial as diferenças calcadas na corporeidade e de caráter sexual e prazeroso. (CORTÉS, 2008, p. 22)

Embora a o aporte teórico e a construção argumentativa possam ter perdido o fôlego, este trabalho monográfico tem seu crédito, sobretudo, pela sua mudança de perspectiva de abordam do espaço arquitetural. Ao se falar de violências que se sentem na carne, o espaço precisa se recolher e dar lugar às experiências e as práticas móveis dessa mesma carne. As *Drag Queens* e os *Drag Kings*, que me dizem tanto respeito, colocam-se enquanto representantes das corporeidades dissidentes. Perceber a rua, o bar e o sanitário a partir destes corpos é, sobretudo, perceber o espaço através daquela e daquele que sofrem uma violência sistematizada e que os acompanhará na maior parte dos seus espaços de expressão, apresentação e trabalho — isso é, até *fazerem a louca*⁴⁶ e saírem quebrando paredes com seus saltos plataforma.

Quer por não ser meu lugar de fala, quer pelo estudo de caso ter caminhado em direção a um contexto encerrado em si mesmo, outro aspecto que demonstra substancial a uma análise dos sanitários e das violências de gênero — que, de certa forma, não pude abordar neste primeiro momento — é a corporeidade das mulheres lésbicas, das travestis e das pessoas transexuais ante os processos de violência dentro dos banheiros de uso coletivo.

Portanto, enquanto possíveis desdobramentos desta monografia — que certamente incluem o próprio retrabalho a partir da metodologia e do aporte teórico aqui apresentado — caracterizo como de suma importância uma ampliação da abordagem das experiências e práticas móveis em direção a outros corpos e outras minorias políticas; buscando expandir e abarcar indissociável conformação entre gênero, raça e classe que permeiam os processos violentos e de repressão espacial. Do mesmo modo, acredito que é louvável um maior aprofundamento na bibliografia apresentada, buscando, cada vez

⁴⁶ “Enfurecer-se, fazer algo desmedido, não muito bem visto ou violento”, do *Pajubá*. Ver VIP, Angelo; LIBI, Fred. **Aurélia, a dicionária da língua afiada**. São Paulo: Editora da Bispa, 2006.

mais, conectar a produção científica sobre gênero, arquitetura e o espaço dos sanitários.

Neste sentido, embora a bibliografia sobre os banheiros de uso coletivo seja reduzida e as obras de referência sejam consideravelmente densas, tomei como um desafio pessoal levar a cabo o caminho que esta monografia tomou. De maneira modesta, acredito que o material utilizado construiu um aporte teórico sólido, que deu base a uma primeira experimentação dentro da temática e que, certamente, será complementado ao longo da minha vida acadêmica. Neste caminho contei com o amparo da co-orientadora e do orientador e tenho a ciência de que levei a produção desta monografia até onde dispunha de tempo, recursos e fôlego.

Certa vez, em um banheiro masculino, gritaram-me 'Boqueteira!'. E, agora, eu respondi... cantando.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDRICH, Robert. **Homosexuality and the City: An Historical Overview**. *Urban Studies*, v. 41, n. 9, 1719—1737, ago. 2004.
- AMANAJÁS, Igor. *Drag Queen: Um percurso histórico pela arte dos atores transformistas*. **Revista Belas Artes**, São Paulo, n. 16, set-dez, 2014. Disponível em: <<http://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/16/drag-queen-um-percurso-historico-pela-artedos-atores-transformistas.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2018.
- BELCOVE, Julie L. Guillermo Kuitca. In: **W Magazine**. Nova Iorque. 1 nov. 2009. pp. 168-175
- BINNIE, J.; VALENTINE, G.. **Geographies of sexuality — a review of progress**. *Progress in Human Geography* v. 23, n.2, pp. 175—87. 1999.
- BROWN, Michael P. **Closet Geographies: Geographies of Metaphor From the Body to the Globe**. Routledge, 2000.
- BUTLER, Judith. **El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad**. Barcelona; Paidós, 2007.
- CAÚLA E SILVA, Adriana Mattos de. **Trilogia das utopias urbanas: urbanismo, hq's e cinema**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2008.
_____. Utopografias. I **ENANPARQ – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Rio de Janeiro. 2010.
- CANDIOTTO, Cesar. **Disciplina e segurança em Michel Foucault: A normalização e a regulação da delinquência**. *Psicologia e Sociedade*; 24(n.spe.): 18-24, 2012.
- CEVEDIO, Mónica. **Arquitectura y género: Espacio público / espacio privado**. Barcelona: Icaria Editorial S.A. 2010.
- CORTÉS, José Miguel G.. **Políticas do espaço. Arquitetura, gênero e controle social**. São Paulo, Senac São Paulo, 2008.
- COSTA, Benhur Pinós da. **Práticas Espaciais de 'Pegação' Homoerótica: O Caso dos Banheiros Públicos nas Cidades de Presidente Prudente (SP) e Vitória da Conquista (BA)**. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, pp. 152-179, jan./jul. 2014
- CURIEL, Ochy. **La nación heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación**. Bogotá: Brecha Lésbica. 2013.
- DECLERCQ, Marie. **Por dentro do banheiro brasileiro**. *Vice*. 2018. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/neej4w/o-banheiro-no-brasil>. Acesso em: 30 junho 2018.

DE LAURENTIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloíse Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp. 206-241.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño: La realización de lo comunal**. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

FERREIRA, Ignez Ferreira Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 18, pp. 155-168, aug. 2005.

FERREIRA, Fernando P. **Another (In)Convenience: Tracing Same-Sex Desires**. Tel-ling: Indicative of the much otherwise unnoticed architectural themes. T+U architectural publications. Pub. VIII, nov. 2017. Disponível em: <<http://t-plus-u.com/portfolio/fernandopferreira/>> Acesso em: 28 abril 2018.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. _____ . **História da Sexualidade: Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1988.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

_____. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Ditos e escritos III), pp. 411-422, 2009.

_____. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. **Revista Verve**, n. 20, 2011.

GERSHENSON, Olga. **Introduction: The private life of public conveniences**. Philadelphia Ladies and Gents: Public Toilets and Gender. 2009. Disponível em: <http://works.bepress.com/olga_gershenson/4/>. Acesso em: 1 Maio 2018.

GOMES, Paulo César da Costa. 'Versalhes não tem banheiros!' As vocações da geografia cultural. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: UERJ, n. 19-20, pp.41-49, Jan./Dez., 2005.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Publicação online, abr. 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em 19 de nov. 2018.

JIRÓN, Paola. Transformándome en la "Sombra". **Revista Bifurcaciones**, n. 10, primavera 2012.

KOVALESKI, Nadia Veronique Jourda; TORTATO, Cintia de Souza Batista; CARVALHO, Marília Gomes de. Gênero: Flashes de uma construção. In: CASAGRANDE, Lindamir Sa-

lete; LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de(Orgs.). [Igualdade na diversidade] **Igualdade de gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia**. Curitiba: UTFPR, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Traduzido por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006. Disponível em: < <https://grupogpect.info/2014/06/02/livro-a-producao-do-espaco-de-henri-lefebvre/>>. Acesso em 5 junho 2018.

_____. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MAICANTIS, Phaedra Maria. **Gender and Sexuality in Design: Discourses on Gender, Sexuality and Inclusivity in Community Design and Analysis of Theoretical Frameworks for Gender-Neutral and Gender-Sensitive Design**. Tese (*Master of Landscape Architecture*) - *School of Environmental Design and Rural Development, University of Guelph*. Ontário, Canadá. 2016.

MIRANDA, O. C.; GARCIA, P. C. **A Teoria Queer como representação da cultura de uma minoria**. Comunicação oral. III EBECULT: Encontro Baiano de Pesquisas em Cultura, 18 a 20 de abril de 2012.

NERY, M. C. R. . **Sociologia Contemporânea**. 1a.. ed. Curitiba: IESDE, 2007

PPC — **PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**, Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), 2014. Disponível em: <https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/ppc_arquitetura_e_urbanismo.pdf>. Acesso em: 9 abril 2018.

PRECIADO, Paul B. Basura y Género. Mear/ Cagar. Masculino/ Femenino. **Eseté 06**, Bilbao, Ed. Amasté comunicación, 2002, pp.40-49.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 maio 2018.

RIBEIRO, Moneda Oliveira. **A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem**. *Rev. Esc. Enf. USP.*, v. 33, n. 4, pp. 358-63, dez. 1999.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas**, nº 5, pp. 17-44, 2010.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, pp. 19-54, Junho 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 maio 2018.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. In: **GEO UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, a. 10, n. 18, v. 1, 1º semestre, 2008.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs.). **Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2011.

LAN, Diana. Género y violencia: Una ostentación de género en cada concepto. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da (Orgs.). **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2011.

OLIVEIRA, Angenor de (Cartola). Preciso me encontrar. In: **Cartola**. [?]: Discos Marcus Pereira, 1976. LP/1976. Faixa 5.

SILVA, Kessila Maria da; LONGHINI, Geni Daniela Núñez; FERNANDES, Felipe Bruno. Arquitetura material-simbólica dos banheiros: funcionalidade a quem?. **PENSATA | Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**. v. 4, n. 1, ano 4, pp. 48-68. 2014. Semestral.

SOARES, Elza. Mulher do fim do mundo. In: **Mulher do fim do mundo**. Rio de Janeiro: Circus, 2015. 1 CD. Faixa 2.

SPARGO, Tamsim. **Foucault e a teoria queer**. Tradução de Vladimir Freire. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

VIANELLO, Mino; CARAMAZZA, Elena. **Género, espacio y poder: para una crítica de las Ciencias Políticas**. Universitat de València, 2002.

VIEIRA, Paulo Jorge. Aeminiumqueer, a Cidade Armário: Quotidianos Lésbicos e Gays em Espaço Urbano e Mobilidades, Migrações. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, pp. 5-13, jan./jul. 2010.

_____. Mobilidades, Migrações e Orientações Sexuais. Percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias. **Ex aequo**, n. 24, pp. 45-49, 2011.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:2002 Informação e documentação: referências — elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 10520: Informação e documentação: apresentação de citações em documentos**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos — apresentação**. Rio de Janeiro, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

EDELMAN, Lee. Banheiro dos Homens. In: PENTEADO, Fernando Marques; GATTI, José (Orgs.). **Masculinidades: teoria, crítica e artes**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

EDELMAN, Lee. Men's Room. In: SANDERS, J. (Org.) **Stud: Architectures of Masculinity**. New York: Princeton Architectural Press. 1996.

HIGGS, D. (Org.) **Queer sites: gay urban histories since 1600**. London: Routledge. 1999

HALBERSTAM, Judith. Techno-homo: on bathrooms, butches, and sex with furniture. In: TERRY, Jenifer; CALVERT, Melodie (Org.), **Processed Lives. Gender and Technology in the Everyday Life**, Routledge, London e New York, 1997, p.185.

RENDELL, Jane; PENNER, Barbara; BORDER, Iain (org.). **Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2000.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 179-183, Apr. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100012&lng=en&nrm=iso>. access on 15 June 2018.

VALENCIA, Olver Quijano. Arturo Escobar (2016), Autonomía y diseño. La realización de lo comunal, Popayán, Universidad del Cauca, 280 páginas. **Otros Logos — Revista de Estudios Críticos**. Centro de Estudios y Actualización en Pensamiento Político, Decolonialidad e Interculturalidad. Universidad Nacional del Comahue, nº 8, pp. 176-181, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.ceapedi.com.ar/otroslogos/Revistas/0008/11-qui-jano.pdf>>. Acesso em: 15 junho 2018.

WITTIG, Monique. La categoría sexo. **Feminist Issues**, nº. 2, 1982.

ANEXOS

ANEXO 1 – GLOSSÁRIO DAS SEXUALIDADES E IDENTIDADES DE GÊNERO DISSIDENTES



Glossário das sexualidades e identidades de gênero dissidentes: Drag Queens. Ilustração de Nimbus Aragon. (Fonte: <https://www.instagram.com/nimbusdesenios/>)



Glossário das sexualidades e identidades de gênero dissidentes: Travesti. Ilustração de Nimbus Aragon. (Fonte: <https://www.instagram.com/nimbusdesenios/>)



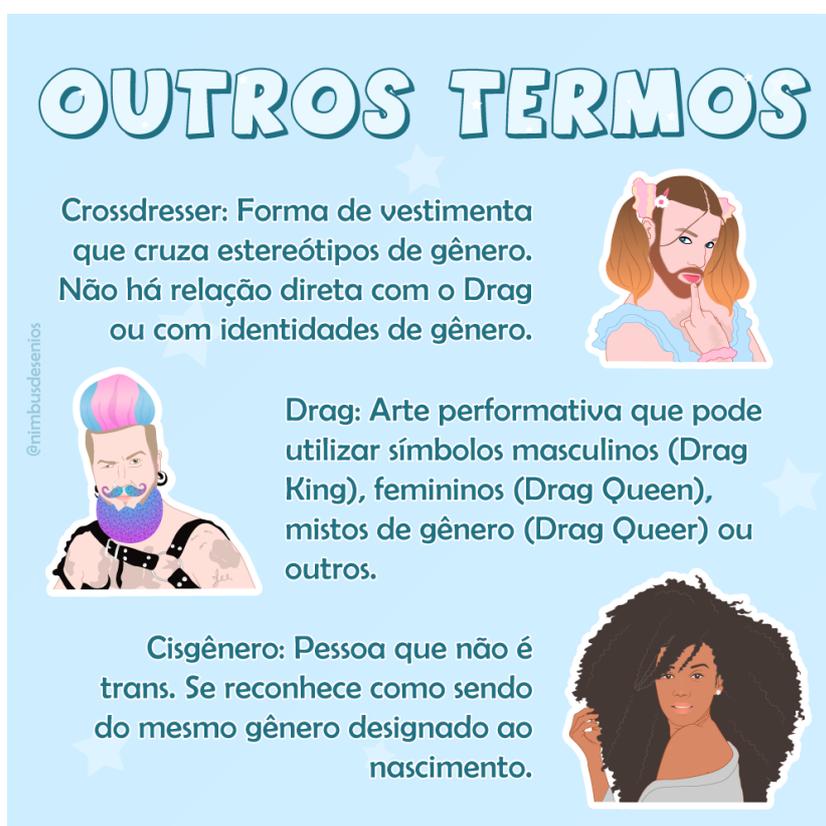
Glossário das sexualidades e identidades de gênero dissidentes:: Mulher trans.
Ilustração de Nimbus Aragon. (Fonte: <https://www.instagram.com/nimbusdesenios/>)



Glossário das sexualidades e identidades de gênero dissidentes: Homem trans.
Ilustração de Nimbus Aragon. (Fonte: <https://www.instagram.com/nimbusdesenios/>)

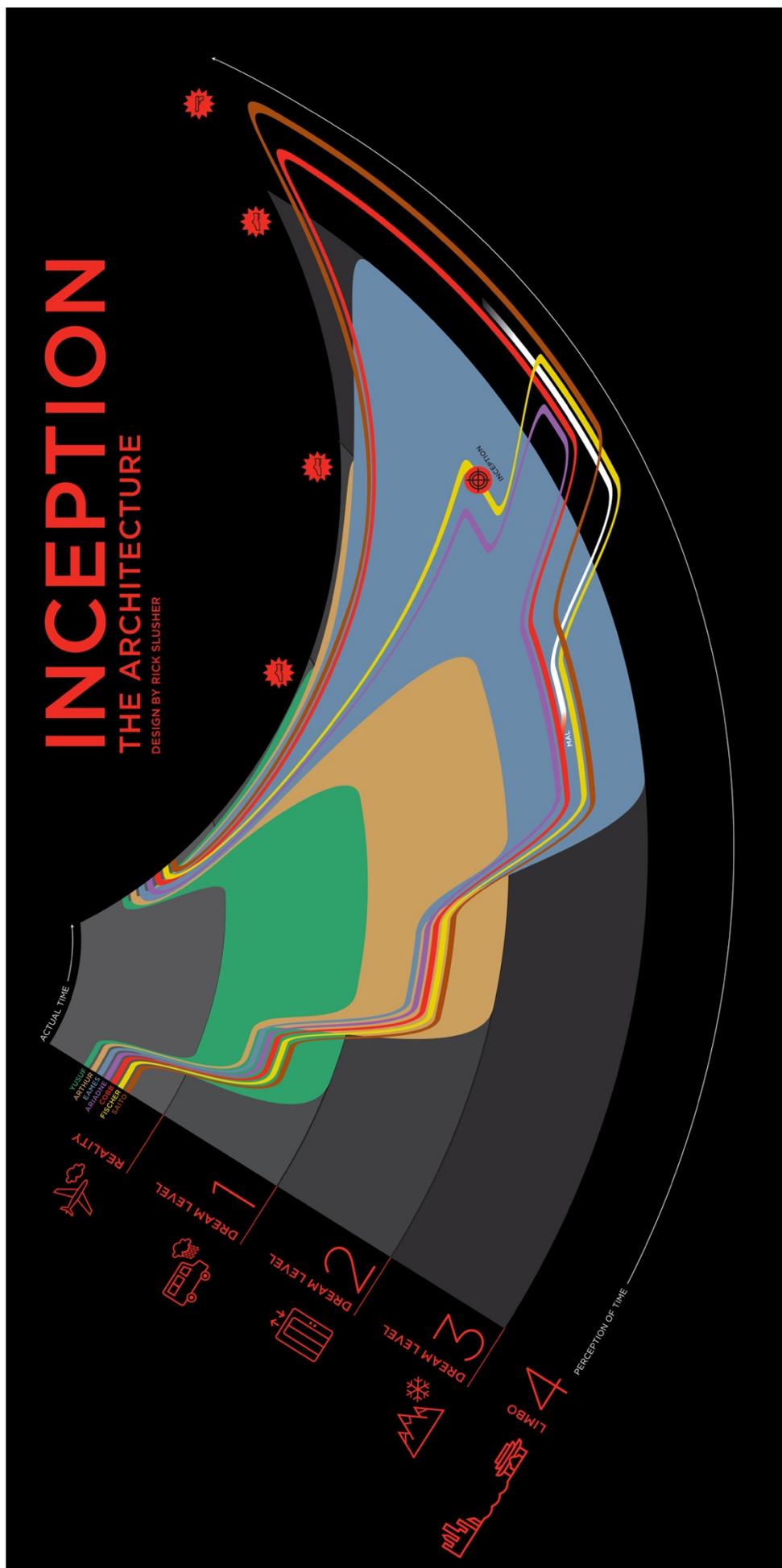


Glossário das sexualidades e identidades de gênero dissidentes: Não-binário. Ilustração de Nimbus Aragon. (Fonte: <https://www.instagram.com/nimbusdesenios/>)



Glossário das sexualidades e identidades de gênero dissidentes: Crossdresser, Drag e Cisgênero. Ilustração de Nimbus Aragon. (Fonte: <https://www.instagram.com/nimbusdesenios/>)

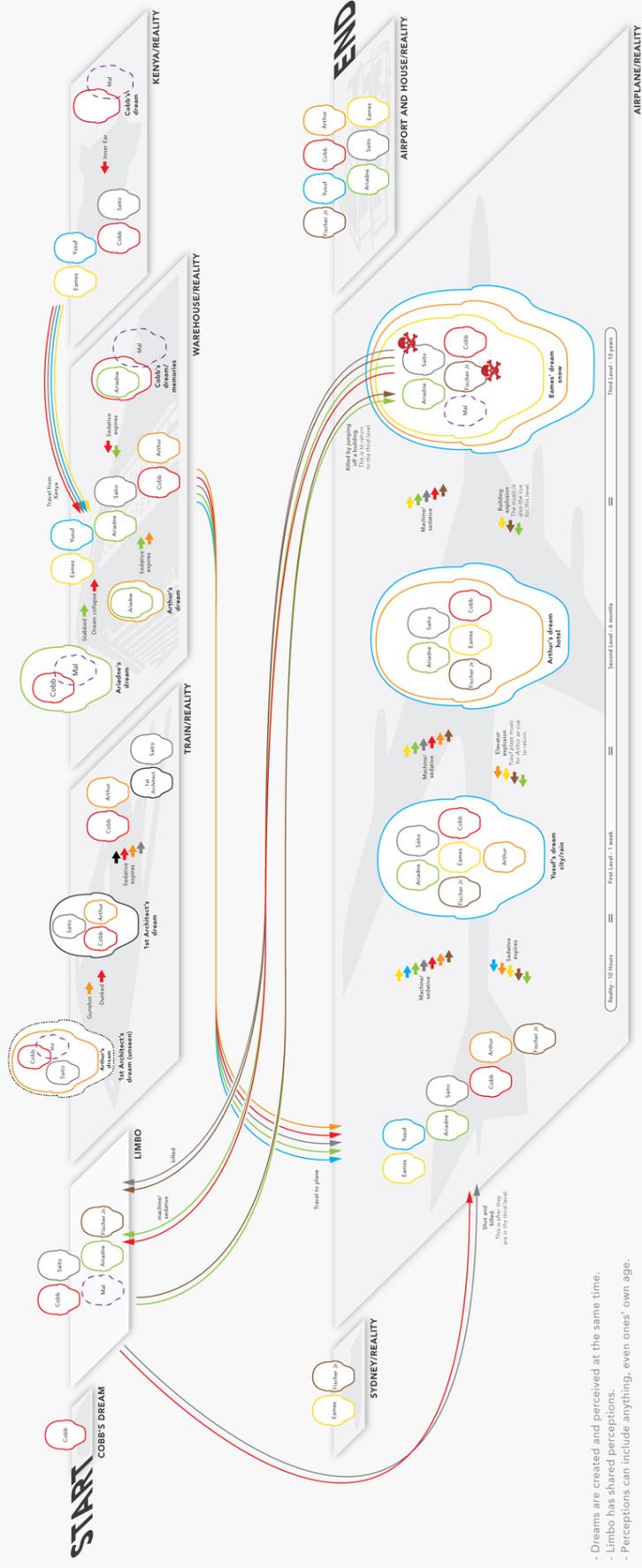
ANEXO 2 – REFERÊNCIAS DE MAPAS ESPAÇO TEMPORAIS



Inception: the architecture. Vencedor do concurso da Fast Company. Ilustração de Rick Slusher. (Fonte: <https://www.fastcompany.com/1662130/infographic-of-the-day-inception-contest-winner>)

INCEPTION

I am the architect



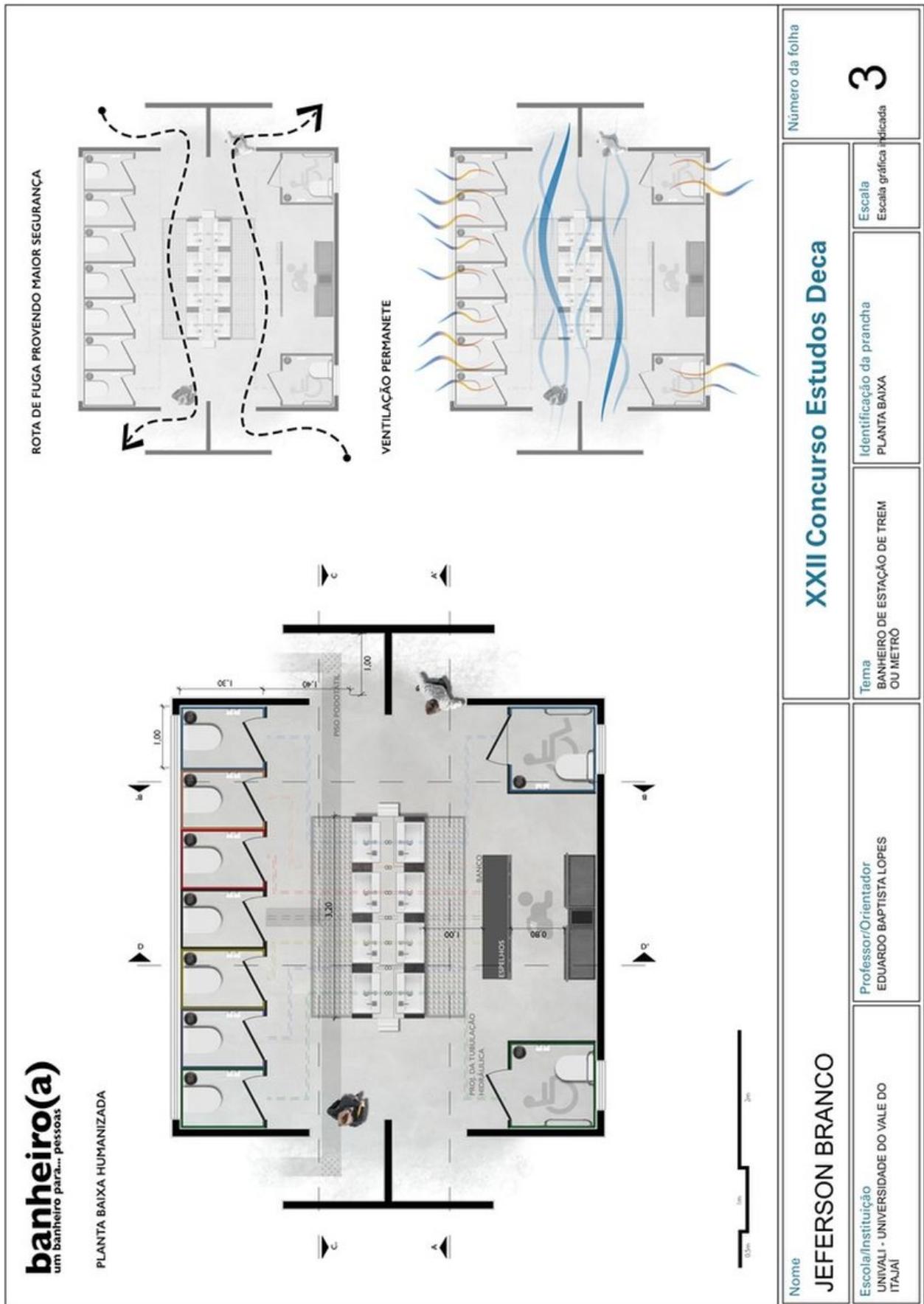
- Dreams are created and perceived at the same time.
- Limbo has shared perceptions.
- Perceptions can include anything, even ones' own age.

Inception: I am the architect: Ilustração de Adam Martin. (Fonte: <https://www.fastcompany.com/1662131/infographic-of-the-day-inception-contest-runner-up>)

ANEXO 3 – REFERÊNCIAS PROJETIVAS DE BANHEIROS DE USO COLETIVO

		Número da folha <h1>5</h1>	
<p>banheiro(a) um banheiro para... pessoas</p>		<p>XXII Concurso Estudos Deca</p>	
<p>PERSPECTIVA 01</p>		<p>Identificação da prancha PERSPECTIVA 01</p>	
<p>Tema BANHEIRO DE ESTAÇÃO DE TREM OU METRÔ</p>		<p>Professor/Orientador EDUARDO BAPTISTA LOPES</p>	
<p>Nome JEFERSON BRANCO</p>		<p>Escola/Instituição UNIVALI - UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI</p>	
<p>PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA</p>		<p>PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL</p>	
<p>CRIANÇAS</p>		<p>SEM GÊNERO DEFINIDO</p>	
<p>IDOSOS</p>			

“Banheiro(a): um banheiro para... pessoas”. Projeto de Jeferson Branco, ganhador da 22ª edição do Concurso de Estudo Deca, na categoria “Banheiro de estação de trem ou metrô”, em 2017. (Fonte: http://www.decaclub.com.br/concurso/historico/exibir_2017)



“Banheiro(a): um banheiro para... pessoas”. Projeto de Jeferson Branco, ganhador da 22ª edição do Concurso de Estudo Deca, na categoria “Banheiro de estação de trem ou metrô”, em 2017. (Fonte: http://www.decaclub.com.br/concurso/historico/exibir_2017)